

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Ciências Sociais



Territórios estigmatizados e espaços de exclusão nas sombras das facções em Fortaleza-CE

Joke Langens

Orientadora: Doutora Simone Miziara Frangella

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Brasileiros.

2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Ciências Sociais



Territórios estigmatizados e espaços de exclusão nas sombras das facções em Fortaleza-CE

Joke Langens

Orientadora: Doutora Simone Miziara Frangella

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Brasileiros.

Júri:

Presidente: Doutor Miguel Alexandre Dantas da Cruz, Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Taniele Cristina Rui, Professora Doutora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil;
- Doutora Simone Miziara Frangella, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e orientadora.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero expressar aqui os meus sinceros agradecimentos à Professora Doutora Simone Frangella, minha orientadora, por ter aceite acompanhar a realização deste trabalho e, ao mesmo tempo, pela amizade que nos uniu ao longo desta jornada. Obrigada pelas inúmeras horas passadas, orientando-me não só no caminho deste trabalho, mas sobretudo convidando-me a pensar para além dos limites que eu própria inicialmente tinha traçado. Essas conversas compõem a memória mais preciosa que guardo deste mestrado. Obrigada também pela sua sabedoria em me guiar na decisão delicada de gerir os prazos de entrega deste trabalho, apesar da minha pressa, permitindo-me assim tecer um fim bonito a este capítulo, que guardarei comigo com carinho.

Agradeço a Víctor Barros, que, quando ainda éramos meros conhecidos, ajudou-me e incentivou-me a formular uma candidatura ao Mestrado em Estudos Brasileiros. Durante este percurso, leu e revisou vários dos meus trabalhos, mas também contribui para que os leitores desta dissertação possam desfrutar de uma leitura mais suave e menos acidentada. A tua ajuda linguística e metodológica e, acima de tudo, o teu companheirismo e solidariedade, foram inestimáveis. Especialmente quando sentaste comigo enquanto eu trabalhava até às tantas da noite, só porque sim.

A minha profunda gratidão vai também para a minha amiga Maria Inês, que, mesmo nas pausas breves dos seus turnos no hospital, dedicou tempo à leitura da minha dissertação. Para além de melhorar a minha escrita, aqueceu-me o coração saber que posso contar na minha vida com pessoas como ela, genuinamente interessadas nas coisas às quais os amigos dedicam as suas horas. Agradeço igualmente às minhas queridas amigas Rosa e Lucia, leais companheiras de escrita, leitura e trabalho pelas pausas, partilhas e gargalhadas que foram traçando muitos caminhos de amizade, para além das várias bibliotecas que fomos experimentando.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, o meu profundo obrigado aos sempre queridos cearenses, que me acolhem com tanto carinho e hospitalidade. Não há visita ao Ceará sem as conversas ao fim da tarde, entre bolos caseiros, suco de goiaba ou aquela cervejinha gelada. Sem a vossa abertura e calor, não haveria este tema de dissertação e, mais importante, sem a vossa resiliência e amor pelas vossas comunidades, o mundo seria um lugar bem mais difícil de habitar. Um bem-haja a todos.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender de que forma o controle exercido pelas facções criminosas afeta as comunidades urbanas periféricas em que estão inseridas. Foca-se, em particular, nos impactos sociais da chamada ‘guerra de facções’ no cotidiano, nas relações sociais e na mobilidade dos moradores do bairro de Pirambu, em Fortaleza, Ceará (Brasil). Para contextualizar este fenômeno, são discutidos temas como a dicotomia sertão/litoral e o nexo violência-juventude. A violência urbana em Fortaleza tem raízes numa migração historicamente precária do sertão para o litoral, motivada por secas e pobreza, que deu origem a várias favelas. O deslocamento para áreas urbanas degradadas permitiu a emergência de novas dinâmicas, agravando problemas estruturais e intensificando a violência urbana. Atualmente, Fortaleza é uma das capitais mais violentas do Brasil. A análise procura demonstrar como a ligação entre juventude periférica e violência urbana está intrinsecamente relacionada com a pobreza, a ausência do Estado e a perpetuação da precariedade. Parte do estudo explora como o contexto e a estrutura do capitalismo global contribuiu para a formação e organização das facções criminosas. Contudo, a fase final do trabalho foca-se nas consequências práticas das atividades das facções no cotidiano das pessoas comuns. A recente transição das gangues para facções criminosas trouxe novas dinâmicas e desafios para os moradores de comunidades periféricas. Uma breve incursão etnográfica no bairro do Pirambu revela alguns processos de agência e resistência desenvolvidos pelos membros da comunidade para superar as limitações geradas e impostas pelas facções, particularmente no que diz respeito às “fronteiras invisíveis” que restringem a sua mobilidade social.

Palavras-chave: violência; periferia; juventude; facções criminosas

Abstract

This study aims to understand how the control exerted by criminal factions affects peripheral urban communities in which they operate. It focuses particularly on the social impacts of the so-called ‘faction war’ on the daily life, social relations and mobility of the residents of the Pirambu neighborhood in Fortaleza, Ceará (Brasil). To contextualize this phenomenon, themes such as the *sertão*/coastal dichotomy and the nexus between violence and youth are discussed. Urban violence in Fortaleza has roots in a historically precarious migration from the *sertão* to the coast, driven by droughts and poverty, which led to the formation of several favelas. The displacement to degraded urban areas allowed the emergence of new dynamics, exacerbating structural problems and intensifying urban violence. Today, Fortaleza is one of the most violent capitals in Brazil. The analysis seeks to demonstrate how the relationship between peripheral youth and urban violence is intrinsically linked to poverty, the absence of the State, and the perpetuation of precariousness. Part of the study explores how the context and structure of global capitalism contributed to the formation and organization of criminal factions. However, the final phase of the study focuses on the practical consequences of the factions’ activities on the daily lives of ordinary people. The recent transition from gangs to criminal factions has brought new dynamics and challenges to the residents of peripheral communities. A brief ethnographic exploration in the Pirambu neighborhood reveals some processes of agency and resistance developed by community members to overcome the limitations imposed by the factions, particularly concerning the “invisible borders” that restrict their social mobility.

Keywords: violence; peripheries; youth; criminal factions

Índice

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT.....	V
FIGURAS.....	IX
LISTA DE ABREVIACÕES	XI
INTRODUÇÃO	1
1. A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO-NAÇÃO	11
<i>1.1 Perspetivas sobre a dicotomia sertão/litoral</i>	<i>12</i>
<i>1.2 “No dia em que eu saí de casa”: o êxodo rural</i>	<i>23</i>
<i>1.3 Espaço urbano em transformação: urbanização e expansão de periferias</i>	<i>29</i>
1.3.1. Fortaleza, Ceará.....	37
2. VIOLÊNCIA URBANA – DE GANGUES A FACÇÕES	43
<i>2.1 Juventude periférica e violência urbana</i>	<i>45</i>
2.1.1 Nexus criminoso: drogas, armas e violência urbana	50
<i>2.2 Formas de organização do crime: de gangues a facções.....</i>	<i>55</i>
2.2.1 Gangues.....	58
2.2.2 As gangues em Fortaleza.....	63
2.2.2 Facções criminosas	69
2.2.2.1 Caracterização.....	69
2.2.2.2 O papel do sistema carcerário.....	74
2.2.2.3 O Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital: origem, aliança e guerra.....	76

3. ESPAÇOS DE CONFLITO: A PERIFERIA DE FORTALEZA SOB A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES	
83	
<i>3.1 Pirambu: dimensões históricas de periferização e resistência</i>	83
<i>3.2 Facções criminosas em Fortaleza</i>	90
<i>3.3 Início de uma nova era: da pacificação à “guerra entre as facções”</i>	95
4. PIRAMBU FRAGMENTADO: VIDA E RESISTÊNCIA EM TERRITÓRIO DE FACÇÕES	105
<i>4.1 Quotidiano e afeto sob vigilância</i>	106
<i>4.2 Fronteirização e resistências sociais no Pirambu</i>	116
<i>4.3 O corpo como marcador de fronteiras</i>	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
BIBLIOGRAFIA	135

Figuras

Figura 1	Mapa do Pirambu	109
Figura 2	Regras de circulação na Avenida Dr. Theberge	115
Figura 3	Pichação da GDE	123
Figura 4	Tinta azul da polícia, tentando cobrir pichação	123
Figura 5	Vista para a orla na Vila do Mar	134

Lista de abreviações

ANEV	Atores Não-Estatais Violentos (ANEV)
COT	Crime Organizado Transnacional
CV	Comando Vermelho
FDN	Família do Norte
GDE	Guardiões do Estado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
ONG	Organização Não Governamental
PCC	Primeiro Comando da Capital
PM	Polícia Militar
SSPDS-CE	Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará
TCP	Terceiro Comando Puro
UFC	Universidade Federal do Ceará

Introdução

“Esta avenida aqui fica perto da fronteira entre duas facções rivais. Há pouco tempo, nenhum carro podia passar aqui sem baixar o vidro, desligar as médias e ligar a luz de dentro do carro. Havia pichações com esta ordem em todo o lado. Queriam ver a cara de cada pessoa que passava por aqui”¹. O ano é 2022, já perto do fim. Quem fala é Airton, motorista de Uber, durante uma viagem de volta de Caucaia para a Praia de Iracema, em Fortaleza, Ceará (Brasil). Já passava das dez horas da noite quando atravessávamos a Avenida Leste Oeste, no Grande Pirambu, e as palavras do Airton despertaram-me instantaneamente da sonolência. Eu nunca tinha ouvido falar de facções, nem de fronteiras, nem de pichações com ordens para civis. Afinal, já não visitava Fortaleza desde 2017 – quando, como viria a descobrir mais tarde, a cidade encontrava-se nessa altura em plena guerra de facções, tendo nesse âmbito passado por um período particularmente sangrento. Todavia, nessa altura, não passei pelas periferias.

Foi naquele momento, mais precisamente em dezembro de 2022, que eu deparei literalmente no que veio a ser o tema desta dissertação de mestrado. Estava a passar algumas semanas no Ceará como tutora de alunas que realizam estágios de integração em comunidades periféricas e urbanas em Fortaleza, ou em comunidades rurais no sertão cearense, no âmbito de uma Pós-Graduação em *Global Citizenship and Development*, da University Colleges Leuven-Limburg (UCLL), em Lovaina, Bélgica. Durante cinco meses, as alunas colaboram com projetos sociais e vivem em famílias de acolhimento, nas mesmas comunidades. Eu mesma fui aluna deste programa há mais de uma década. Foi a partir dessa experiência anterior, e das famílias e pessoas que conheci naquela época, que comecei a construir a minha atual rede de contatos no Ceará, ao iniciar meu trabalho como tutora no referido programa, no ano letivo de 2022-2023. Estava no meio da minha visita anual ao Ceará quando me deparei com este tema, durante aquela viagem de Uber. Interessada no assunto que o motorista trouxe à tona, comecei a investigar. Até então, ainda não tinha decidido o tema da minha dissertação deste Mestrado em Estudos Brasileiros, mas isso mudou precisamente naquele momento. Esta dissertação visa, precisamente, analisar o impacto da presença das facções na vida quotidiana dos moradores do bairro de Pirambu, na capital cearense.

Em Fortaleza, a única metrópole do vasto estado do Ceará, o sertão nunca está longe. Com as secas recorrentes das últimas décadas, muitos filhos do sertão migraram para Fortaleza. Lá, muitos fundaram ou se estabeleceram em comunidades marginalizadas, nos limites do centro

¹ Caderno de campo, 13/12/2022.

ou na periferia da cidade (Garmany, 2011). Estes novos espaços urbanos são permeados por dinâmicas tanto de agência quanto de exclusão, onde a violência tampouco esteve distante. De fato, Fortaleza é uma das capitais mais violentas do Brasil, principalmente devido às gangues² locais que, por muito tempo, controlaram esses territórios. Há alguns anos, em 2016, as gangues foram absorvidas pelas facções criminosas (Paiva, 2019).

Com essa transformação, houve uma breve trégua na violência: entre o final de 2015 e o início de 2016, ocorreu em Fortaleza a chamada “pacificação das periferias”. Essa *pax* não foi resultado de políticas públicas estatais, mas sim de um pacto de paz entre as duas principais facções do crime organizado no país, ativas em Ceará: o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro (Paiva, 2022). Antes dessa paz, houve a nível nacional uma rutura na aliança de duas décadas entre essas duas facções. A pacificação das periferias resultou numa queda acentuada na taxa de homicídios em Fortaleza. No entanto, o acordo entre as facções rivais durou pouco tempo e chegou ao fim entre meados e o final de 2016. Com isso, a facção cearense Guardiões do Estado (GDE) aliou-se ao PCC, enquanto a facção amazonense Família do Norte (FDN) juntou forças com o CV. Desde então, a violência explodiu novamente com a chamada “guerra de facções” (*Ibidem*, 2022).

Além do estigma e da frequente ausência do Estado nos territórios urbanos e periféricos, a presença das facções trouxe novas camadas de exclusão para os moradores. Além de controlar presídios e a comercialização e o refino de drogas, as facções também dominam bairros inteiros, impactando significativamente a vida de quem lá reside: elas traçam fronteiras invisíveis que afetam especialmente a mobilidade social das populações (Filho, 2020).

Essas fronteiras invisíveis surgiram inúmeras vezes nas conversas que mantive com moradores de diferentes bairros periféricos, em Fortaleza, inicialmente em dezembro de 2022. Sem que eu tivesse perguntado sobre o tema (a existência e a presença das facções criminosas e tudo o que isso implica na vida das pessoas), o assunto surgiu e ressurgiu em várias ocasiões, em diferentes contextos e com diversas pessoas. Desde as crianças de Serviluz, que deixaram de frequentar um projeto social muito querido porque a sua sede foi transferida para uma parte da comunidade controlada por outra facção, até a fundadora de um projeto social em Vila Velha, que se sente frustrada por só conseguir atender as crianças e os adolescentes de uma determinada parte da comunidade, pois a outra faz parte de um território controlado por uma

² Em português de Portugal, a palavra “gangues” é masculina, enquanto no português do Brasil, é feminina. Dado que a literatura que consultei é proveniente do Brasil e que o contexto do tema é brasileiro, optei conscientemente pelo uso da palavra na sua forma feminina e brasileira, em toda a dissertação.

facção rival. Em Pirambu, uma avenida larga que atravessa transversalmente toda a comunidade serve como fronteira invisível entre os territórios de facções rivais. Os moradores desses locais sentem na pele as grandes repercussões de viver à sombra das facções.

É este impacto na vida quotidiana das pessoas que habitam o bairro de Pirambu que procuro analisar. Este estudo tem como objetivo compreender de que forma as vidas das pessoas são afetadas pelas ações e pelo controlo que as facções exercem nas comunidades. Mais especificamente, pretende-se investigar os efeitos sociais da chamada "guerra de facções" no quotidiano, nas relações sociais e na mobilidade dos moradores de uma comunidade como a de Pirambu. Além disso, o estudo explora os processos de agência e de resistência desenvolvidos pelos atores da comunidade – sejam eles moradores ou projetos sociais que atuam no bairro – para superar as diversas limitações geradas e impostas pelas ações das facções.

Segundo a produção académica sobre o tema, facções criminosas são grupos compostos por indivíduos que fazem parte do mundo do crime. Eles compartilham códigos e valores específicos que estabelecem uma ordem social própria, regulando sua convivência e atuação. Pode-se afirmar que o crescimento do fenómeno das facções criminosas nas últimas duas décadas teve um duplo impacto: elas exercem influência tanto dentro das prisões quanto nas áreas externas, como comunidades urbanas empobrecidas, onde controlam diversas atividades criminosas. A existência das facções está intimamente ligada às atividades ilícitas que operam como empreendimentos económicos, garantindo renda para seus membros. Elas podem ser definidas ainda como organizações complexas, estruturadas e hierárquicas, regulamentadas por normas internas que regulam o comportamento tanto dos membros quanto daqueles que estão sob sua influência, utilizando a violência de forma estratégica e possuindo um forte apelo identitário e ideológico (Lourenço, 2022).

As facções criminosas são, segundo Villa (2022), um tipo específico de Atores Não-Estatais Violentos (ANEVs), definidos como organizações relativamente autónomas que não estão sob o controlo direto e total do Estado e que possuem capacidades coercivas significativas e sustentadas para a violência organizada. Esses grupos, frequentemente associados ao crime organizado, utilizam a violência como ferramenta para atingir os seus objetivos, sem a intenção de alterar a estrutura política do Estado, mas minando a autoridade estatal sobre o território e a população (Villa, 2022).

Para poder analisar de forma mais adequada o fenómeno social das facções criminosas, é necessário, primeiramente, discutir os temas fundamentais que alicerçam o contexto sobre o qual trabalhei. Nos primeiros três capítulos, são discutidos temas como as dicotomias sertão/litoral e rural/urbano, o nexó entre violência e juventude, e o funcionamento dessas

dinâmicas num determinado lugar. A questão da violência urbana vem desde uma primeira precarização do movimento do sertão para o litoral, motivado pelas secas. Essa migração está na base de origem de muitas favelas em Fortaleza, que são atravessadas por uma forma de vida que vem do rural, de um lugar de pobreza. O deslocamento para um lugar urbano precário permitiu a emergência de movimentos que tentam responder a estas dinâmicas de exclusão. No entanto, esta resposta é contida pela violência. Estes capítulos formam a base para contextualizar, mais especificamente, os efeitos da presença destes movimentos – neste caso, as facções criminosas – no cotidiano dos pirambuenses.

O primeiro capítulo explora a constituição do território brasileiro enquanto país, destacando tanto as dinâmicas de exclusão e estigmatização quanto as formas de agência presentes nas comunidades urbanas fragilizadas de Fortaleza. Através da análise da dicotomia litoral/sertão e do impacto do êxodo rural, discutem-se as consequências do capitalismo contemporâneo na periferia urbana, especialmente no Nordeste. Aborda-se como esses espaços marginalizados, particularmente as favelas, são permeados por processos históricos e sociais que agravam a desigualdade, a precariedade e a violência. Esta análise é crucial para os capítulos seguintes, onde se investigam as repercussões do controle exercido pelas facções criminosas sobre essas comunidades. Não se pode compreender plenamente o impacto das facções sem considerar os problemas estruturais que já afetam essas áreas, como a segregação espacial, o estigma de ser morador da periferia, a ausência do Estado e a consequente falta de serviços básicos como transportes públicos, saúde e educação.

Embora as facções atuem como catalisadoras de repercussões específicas, elas também intensificam e complicam problemas que existem há muito tempo. Simultaneamente, é importante reconhecer que as facções não surgem como elementos externos ao bairro; elas são fruto deste mesmo contexto. Deste ponto de vista, em determinados momentos da análise, a natureza da explicação para estas repercussões não pode ser dada unicamente pela presença das facções, mas também pela identificação de outros problemas subjacentes e estruturais nestas comunidades. Embora o foco seja nos processos de marginalização, menciona-se também a presença de formas de agência nesses espaços, questionando a naturalização da violência nesses contextos e evidenciando a complexidade dessas realidades.

É necessário especificar o que se entende com os termos Nordeste e sertão. No caso do Nordeste, esta dissertação refere-se à descrição administrativa da região Nordeste, composta pelos estados de Maranhão, Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, especialmente a zona da Caatinga, de clima semiárido, no coração do Nordeste (Ministério das Relações Exteriores, s.d.). A palavra "sertão" é profundamente

polissêmica, referindo-se não apenas a diferentes biomas e regiões geográficas em todo o Brasil, mas também carregando um significado simbólico no imaginário nacional. Como observam Janaína Amado (1995) e João Guimarães Rosa, o sertão “está em toda parte” e pode ser encontrado em regiões tão diversas como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Amazonas. Para além de sua diversidade geográfica, o sertão simboliza o desconhecido e o distante, frequentemente associado ao atraso em contraste com o mundo urbano.

Por outro lado, o termo ‘sertão’ remete também para um modo de viver, um lugar de aconchego, de tradição e suposta autenticidade. Embora alguns “sertões” tenham se transformado em pequenas cidades com a urbanização, o estigma e o sentido de ser do sertão permanecem, marcando aqueles que vivem fora das grandes urbes (Arruda, 2000). Nesta dissertação, o ‘sertão’ em foco remete para a área descrita por Bernard J. Siegel (1971), abrangendo partes dos Estados de Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Piauí, dentro da região conhecida como o “*drought polygon*” (Siegel, 1971: 235). Este sertão, apesar de heterogêneo, é caracterizado por áreas suscetíveis a secas, bem como por regiões montanhosas com diferentes condições climáticas (*Ibidem*, 1971).

No segundo capítulo, será analisada a questão da violência urbana. O objetivo é compreender melhor a transição das gangues para as facções no contexto da organização do crime. Para isso, será necessário abordar também a juventude, com especial enfoque na relação entre a juventude periférica e a violência urbana. Este mapeamento é fundamental para discutir como o problema da juventude e da criminalidade no Brasil está intrinsecamente ligado à pobreza, à falta de atenção do Estado e, em última análise, à perpetuação da precariedade.

Esta ligação nem sempre foi devidamente considerada. Schneider e Schneider (2008) realizaram um levantamento sobre a forma como os estudos de criminalização têm interpretado a questão da violência. Segundo esses autores, as transformações sociais ocorridas no século XIX, impulsionadas pelo imperialismo e pelo capitalismo industrial, fomentaram o desenvolvimento de um discurso criminológico que associava a atividade criminal às chamadas “classes perigosas” (Schneider & Schneider, 2008: 352). Um exemplo disto é o pensador positivista Lombroso, que, no final do século, procurou explicar as taxas mais elevadas de criminalidade no Sul em comparação com o Norte de Itália. Embora estivesse ciente de fatores estruturais, como o clima, a falta de acesso à terra, entre outros elementos que afetavam as classes baixas, segundo Schneider e Schneider, Lombroso desconsiderou esses fatores em favor de uma explicação genética, classificando estas pessoas como “criminosos natos” (*Ibidem*, 2008: 353). Na mesma época, outros pensadores também mencionaram uma suposta

predisposição natural das pessoas negras para a atividade criminal. Ao longo do século XX, a associação entre criminalidade e elementos marginalizados da sociedade continuou a ser reforçada por diversas escolas de pensamento, criando uma tendência em que “os grupos sem poder” foram sendo criminalizados, especialmente os jovens do sexo masculino (*Ibidem*, 2008: 352).

Os autores indicam que, a partir da década de 1970, emergiu uma nova conjuntura, marcada pelas inseguranças do capitalismo neoliberal, o declínio do *welfare state*, a reestruturação económica, e o colapso de serviços estatais. Nos Estados Unidos, em vez de se interpretar a epidemia de crack dos anos 1980 neste contexto mais amplo, optou-se por culpar e encarcerar os utilizadores negros, numa verdadeira guerra às drogas. Como resultado desta abordagem, a população prisional nos Estados Unidos triplicou desde a década de 1970. Estatísticas recentes revelaram, inclusive, que um em cada nove homens afro-americanos entre os 20 e os 34 anos está encarcerado (*Ibidem*, 2008).

Mais recentemente, diversos pensadores começaram a considerar a combinação e a sobreposição de várias formas de opressão que deslocam, marginalizam e excluem pessoas, ao analisarem a questão da violência e juventude. Segundo Vigil, entre outros, a violência urbana e o surgimento de *street gangs* podem ser atribuídos às “múltiplas marginalizações de uma juventude pobre e moderna”. Estes jovens, “constrangidos a viver nos bairros mais feios e com menos serviços, não têm trabalho nem oportunidades; as suas famílias estão em crise; e não têm acesso às escolas e a outras instituições da sociedade em geral” (Vigil *Apud* Schneider & Schneider, 2008: 361). Será no contexto desta conjuntura que o segundo capítulo desta dissertação abordará a questão da juventude em relação à violência urbana.

O terceiro capítulo explora o funcionamento dessas dinâmicas num contexto específico: a cidade de Fortaleza. Analisar-se-á as gangues e facções com um foco particular nas territorialidades urbanas e na juventude. Serão investigados os espaços de conflito na periferia de Fortaleza, onde a influência das facções criminosas é mais intensa, com destaque para o bairro do Pirambu. Este bairro será examinado não apenas nas suas dimensões históricas de periferização e resistência, mas também como um exemplo das complexas dinâmicas entre criminalidade e comunidade. A análise incluirá ainda o início de uma nova era, marcada pela transição das gangues para facções e, posteriormente, pela passagem de um período de pacificação para a chamada “guerra das facções”, evidenciando as transformações na estrutura do crime organizado em Fortaleza.

Ao contrário dos capítulos anteriores, nos quais a pesquisa foi baseada numa análise bibliográfica, o último é dedicado a uma breve incursão etnográfica no Pirambu. Aqui o

objetivo é compreender, a partir de observações diretas e conversas com os moradores, como é viver à sombra das facções criminosas. Esta incursão foi fundamental para elucidar algumas das chaves teóricas e analíticas que explorei nos capítulos anteriores, ainda que o tempo disponível não me tenha permitido aprofundar teoricamente alguns aspectos relacionados com as reflexões decorrentes. Foi a minha relação com o bairro que me levou a incluir este capítulo na dissertação. Frequento uma parte da comunidade de Pirambu há algum tempo, no âmbito das atividades de tutoria que desenvolvo com alunos belgas, o que me permitiu obter uma visão mais próxima da realidade dos moradores, cujas vidas são diretamente afetadas pela ação destas facções. A partir das notas do meu caderno de campo, recolhidas durante estadias em dezembro de 2022 e 2023, estabeleci ligações entre as observações etnográficas e a literatura académica, focando-me no impacto das facções sobre o quotidiano das pessoas. Os laços que tenho com as pessoas dos projetos sociais locais e as famílias de acolhimento que recebem estudantes belgas do projeto já referido anteriormente, possibilitaram a minha circulação no bairro e permitiram-me ter inúmeras conversas sobre as facções criminosas e especialmente sobre as formas como as ações desses grupos condicionam as vidas dos moradores.

Em nenhuma ocasião a conversa sobre este tema foi iniciada por mim; o tópico estava sempre subjacente (direta e indiretamente) nas conversas dos meus interlocutores. Após observar que vinha à tona com frequência, adotei a metodologia da "atenção flutuante", um conceito primeiro discutido por Thiollent e ampliado por Glória Diógenes (2008). Como indica a autora, este método permite uma interação mais natural com os entrevistados, na qual a conversa flui sem um questionamento forçado. A atenção flutuante envolve uma escuta ativa e sensível, onde o investigador acompanha o fluxo da conversa, estimulando os entrevistados a explorar o seu universo cultural de forma espontânea. Quando necessário, o investigador introduz temas de interesse ou pede esclarecimentos, mas sempre de forma cuidadosa e não intrusiva (Diógenes, 2008: 69). Esta abordagem foi particularmente útil durante as semanas que passei no Pirambu, onde estava na posição de tutora das alunas belgas, e não como investigadora anunciada. Dado que não tive a oportunidade nem a legitimidade para realizar um trabalho de campo de longa duração ou conduzir entrevistas estruturadas, adotar esta metodologia permitiu-me respeitar os limites éticos da pesquisa. Além disso, não me pareceu ético realizar entrevistas formais, uma vez que não me apresentei como investigadora interessada neste tema específico. Assim, a atenção flutuante permitiu-me compreender de forma mais profunda e autêntica as experiências vividas pelos moradores, sem comprometer a naturalidade das interações. Esta metodologia é útil em contextos delicados, como o das comunidades afetadas por facções criminosas, pois permite uma compreensão mais profunda e

autêntica das experiências vividas pelos moradores, sem que se perca a naturalidade das interações (*Ibidem*, 2008).

Neste último capítulo, o foco não recai sobre as facções criminosas em si, mas sim sobre o impacto que elas têm na vida dos moradores. Embora os capítulos anteriores se dediquem a explicar como a estrutura do capitalismo global moldou essa criminalidade e como essas organizações se formaram e se estruturaram, na parte etnográfica esse foco estrutural cede lugar a uma análise das repercussões concretas das facções sobre as pessoas comuns e o cotidiano destas. Não estou a explorar o modo de vida das gangues, mas sim as repercussões que a presença das facções tem no dia a dia dos moradores. Esta escolha reflete a minha experiência no terreno, onde o meu contato foi predominantemente com os habitantes, e não com os membros das facções. Foi precisamente através dos moradores que o tema emergiu e o ponto de vista apresentado neste capítulo é, portanto, o das pessoas cujas vidas são profundamente afetadas pela ação das facções. Esta análise revela a grande vulnerabilidade dos habitantes, que se vêem sitiadas entre a ausência estrutural do Estado e o autoritarismo das facções.

Propus-me, assim, a analisar como é a vida em territórios sitiados através deste pequeno exercício etnográfico. Embora não tenha pretendido realizar um trabalho antropológico no sentido estrito e profissional do termo, acredito que este esforço oferece contribuições interessantes e relevantes para a concretização deste projeto de dissertação. A minha formação anterior em ciências sociais, embora valiosa, foi desafiada pela distância em relação ao trabalho académico, tornando esta experiência particularmente exigente. Em linha com a natureza de uma dissertação de mestrado, este trabalho tem um carácter estritamente exploratório, tanto no plano teórico como no empírico.

Outro aspeto do trabalho que não foi possível aprofundar foi a questão racial. Ao abordar temas como o êxodo rural, as dinâmicas de marginalização e periferização nos bairros periféricos de Fortaleza, e a ausência estrutural do Estado nesses locais, concentrei-me principalmente nas secas, na pobreza e na classe social como fatores explicativos. No entanto, há uma questão que foi pouca explorada apesar de fundamental. É importante reconhecer que a pobreza no Brasil é profundamente racializada. Embora a classe social seja um fator determinante para se entender a questão racial no país, ela não é suficiente para explicar a complexidade do racismo, que também se manifesta nas classes média e alta. A questão racial não foi aprofundada neste trabalho por diversas razões. Em primeiro lugar, a bibliografia consultada foca-se predominantemente no êxodo rural e na formação das periferias no Ceará, abordando as dinâmicas de exclusão e violência sem dar ênfase à dimensão racial. Em segundo lugar, além disso, ela não emergiu como fator central nas conversas com os meus interlocutores.

Sendo uma breve incursão etnográfica, não foi possível aprofundar. No entanto, é crucial questionar essa ausência, especialmente considerando que, em outras regiões do Brasil, como nas favelas de Salvador, a discussão racial pode ter uma presença muito mais marcante. É possível que o fato de eu ser uma pessoa branca e europeia tenha influenciado a forma como os entrevistados abordaram, ou deixaram de abordar, esse tema. Embora não tenha emergido como central nem na bibliografia, nem nas conversas que tive com os moradores antes de iniciar a escrita a dissertação, reconheço que é um elemento central nos temas tratados.

Em suma, o tema abordado nesta dissertação é de grande complexidade, refletindo a multiplicidade de fatores que influenciam o fenômeno em questão. O ângulo analítico escolhido representa apenas uma das diversas perspectivas possíveis na problematização deste objeto de estudo, que pode ser examinado através de múltiplas lentes teóricas e metodológicas. Reconhecendo esta diversidade de abordagens, esta dissertação procura contribuir para o debate acadêmico, ciente de que outras vias de análise poderão oferecer novas compreensões e aprofundamentos sobre a questão em foco.

1. A constituição do espaço-nação

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco sem parentes importantes*

E vindo do interior

Mas sei que nada é divino

Nada, nada é maravilhoso

Nada, nada é secreto

Nada, nada é misterioso, não

[Belchior, “Apenas Um Rapaz Latino Americano”, 1976]

Falar sobre territorialidade e violência urbana implica, necessariamente, lançar luz sobre a constituição do território enquanto país. O Brasil é um país atravessado por várias realidades e consequentes dicotomias, sejam elas o Norte/Nordeste em relação ao Sul/Sudeste, o litoral em relação ao sertão, ou o centro das cidades em relação às suas periferias. Estes espaços não são homogêneos e assumir que o são implicaria silenciar a sua heterogeneidade, tanto na sua caracterização como na sua identidade (Mendes, 2018). Por isso, é importante sublinhar que cada uma destas dicotomias alude tanto a experiências de agência como de exclusão, sendo estas vividas no Nordeste, no sertão ou na periferia/favela. Para situar melhor os processos de exclusão presentes no espaço sobre o qual esta dissertação debruçar-se-á – comunidades urbanas fragilizadas em Fortaleza –começaremos por abordar a dicotomia litoral/sertão. Esta questão, tão presente no Nordeste brasileiro, é também atravessada pelo êxodo rural, fenômeno que, ao longo da história, tem levado, e continua a levar, milhares de sertanejos para os espaços urbanos do litoral nordestino. É no Brasil urbano e contemporâneo que encontramos outro espaço permeado por dinâmicas de exclusão: a periferia. Esta periferia sofreu modificações significativas nas últimas décadas, apanhada no turbilhão do capitalismo contemporâneo e dos seus efeitos desestruturantes. As mudanças que este Brasil urbano sofreu alavancaram a desigualdade, a precariedade e a violência (Telles, 2010).

Viver num espaço estigmatizado levanta, frequentemente, um conjunto de desafios e dificuldades, principalmente para os habitantes locais. Os espaços urbanos estigmatizados de Fortaleza – objeto de estudo desta dissertação – são caracterizados por vários sentidos de agência e camadas de exclusão. As pessoas que compõem a realidade das favelas em Fortaleza, realidade essa que será discutida mais amplamente no último capítulo desta dissertação,

defrontam-se quotidianamente com vários níveis e processos de estigmatização que dificultam as suas vidas, bem como a sua mobilidade social. Estas pessoas não só são vistas como “faveladas” dentro da cidade, como também carregam o estigma adicional de serem nordestinas e, ainda, naturais do sertão ou de famílias sertanejas que anteriormente migraram para o litoral. Com uma análise da constituição do território brasileiro por este ângulo, este capítulo tenta desmistificar a ideia de que a violência, principalmente nas favelas, seja um estado natural das coisas ou, como resume Bentes (2007), algo que existe e que não tem solução.

1.1 Perspetivas sobre a dicotomia sertão/litoral

*Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga do roçado.
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado*
[Gilberto Gil, “Lamento Sertanejo”, 1975]

Citemos aqui um acontecimento que ilustra bem a dicotomia Nordeste³/Sul, mencionada no início deste capítulo, e que ocorreu décadas atrás com pessoas originárias do contexto sociogeográfico que será analisado nesta dissertação. Em 1941, quatro jangadeiros⁴ viajaram

³ O termo ‘Nordeste’ nem sempre esteve em uso. Durante muito tempo, apenas se falava em “Norte” e “Sul”. Por volta de 1919, o termo “Nordeste” começou a ser utilizado em documentos governamentais, mas apenas para designar a região da seca no país. Embora, na década de 1920, intelectuais prominentes como Gilberto Freyre tenham começado a escrever ensaios sobre a região, foi apenas com o censo de 1940 que o país foi, de facto, dividido em regiões. Fizeram parte do Nordeste os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Só no censo de 1970 é que os estados da Bahia e de Sergipe passaram também a integrar a região do Nordeste (Campbell, 2017: 173-174).

⁴ Aquele que pilota uma jangada, que no português do Brasil é uma “embarcação de pesca, costeira ou do alto, constituída por uma plataforma de troncos de árvore, unidos por meio de cavilhas de madeira, e uma vela triangular” (Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa, s.d.). Na sua obra *Cidades e sertões: páginas de história e geografia do Brasil* (1941), José de Lima Figueiredo também se referiu à quase mítica figura do Ceará, o jangadeiro, nas seguintes palavras: “É a bravura super-maravilhosa com que o sertanejo enfrenta as agruras da sêca. É a coragem não

de Fortaleza para o Rio de Janeiro, tendo esse périplo terminado no Palácio Guanabara⁵. O propósito da viagem (heroica e altamente mediatizada) desses nordestinos era obter uma audiência com o Presidente Getúlio Vargas. Motivados pela injustiça a que os pescadores estavam submetidos – devido à exclusão imposta pelas novas leis trabalhistas do Estado Novo brasileiro – esses quatro nordestinos decidiram resolver o assunto com as suas próprias mãos. Além do destaque noticioso nacional, essa viagem-protesto foi também notícia nos holofotes internacionais. Orson Welles, depois de ter lido um artigo na revista *Time* sobre o acontecimento, decidiu integrar o episódio desses quatro jangadeiros no filme que estava a realizar na altura, intitulado *It's All True*⁶. No entanto, este filme nunca chegou a ser concluído, e um dos pescadores, de nome Jacaré, afogou-se tragicamente durante as filmagens (Campbell, 2017).

Toda essa atenção motivou debates internacionais sobre o significado do Nordeste como região (*Ibidem*, 2017). O mesmo aconteceu, evidentemente, dentro do país. O Nordeste tem um longo histórico de ser considerado uma região atrasada, pobre e um entrave ao progresso nacional. Ao mesmo tempo, é visto como o berço de uma brasilidade autêntica, imune à corrupção de influências externas, sejam elas a globalização, o cosmopolitismo ou os avanços tecnológicos. Há inúmeros exemplos de regiões no mundo que são consideradas

menos miraculosa dos jangadeiros que enfrentam destemerosamente, ‘aqueles verdes mares bravios’” (Figueiredo, 1941: 71).

⁵ Desde o mandato de Hermes da Fonseca até o segundo mandato de Getúlio Vargas, que decorreu de 1951 a 1954, o Palácio Guanabara serviu como residência oficial dos presidentes da República do Brasil (iPatrimônio, s.d.).

⁶ O documentário foi encomendado pelas autoridades promotoras da Política de Boa Vizinhança entre os países latino-americanos – neste caso, o Brasil – e os Estados Unidos. Em 1941, no contexto da Segunda Guerra Mundial, Orson Welles tornou-se embaixador estadunidense desta iniciativa política na América Latina. O realizador foi encarregado de fazer um documentário com ênfase no carnaval do Brasil, para atrair visitantes ao país (Hirano, 2016). Contudo, durante a sua estadia no Brasil, Welles ficou fascinado com o ambiente ao seu redor, o que fez com que o enredo do filme se desviasse do original, para incluir várias outras narrativas. Tratava-se de três histórias, entre as quais o episódio dos quatro jangadeiros que passaram 63 dias em mar aberto, sem compasso e apenas guiados pelas estrelas. Nas palavras de Welles, *It's All True* chamava-se assim “because these stories really happened” (Sganzerla, 1986). No entanto, essas histórias não se alinhavam exatamente com o que havia sido estabelecido com as instituições da Política de Boa Vizinhança: além de focar em manifestações culturais de raiz africana, como o samba, incluíam também um grande número de atores negros, entre os quais o renomado ator brasileiro Grande Otelo, numa altura em que a segregação racial no mundo do cinema – e não só – era regra. O filme acabou por nunca ser concluído (Hirano, 2016). Décadas mais tarde, o realizador brasileiro Rogério Sganzerla criou, com *Nem Tudo é Verdade* (1986), uma narrativa imaginada sobre a estadia de Welles no Brasil, especulando também sobre as possíveis razões pelas quais o filme não terá sido realizado. Quando *Nem Tudo é Verdade* foi concluído, mais de trezentos latas contendo cópias dos originais de *It's All True* foram encontradas num depósito da Paramount Pictures. Até então, acreditava-se que os negativos do projeto de Welles tinham sido atirados ao mar, o que, nas palavras de Sganzerla, “prova que no cinema como na vida... nem tudo é verdade” (Sganzerla, 1986).

simultaneamente “atrasadas” e “autênticas” – sempre em grande contraste com as capitais dos seus respetivos países: Oaxaca, no México, e o Sul de Itália, só para citar algumas, ilustram bem essa realidade. Assim, devido ao episódio protagonizado pelos quatro jangadeiros, diversos setores da sociedade brasileira refletiram sobre a identidade regional do Nordeste, numa tentativa de compreender uma nação constituída por regiões desiguais (Campbell, 2017).

No Brasil e no pensamento social brasileiro, há um longo histórico de reflexões sobre a nacionalidade, os espaços sociais e as desigualdades. Num país tão vasto como o Brasil, é quase inevitável que o espaço geográfico seja um elemento frequente e determinante na reflexão acerca da singularidade da nacionalidade. E, tendo em conta que o termo “Nordeste” nem sempre esteve em uso, torna-se importante recordar que foi especialmente a eterna dicotomia litoral/sertão que sempre teve maior ressonância (Souza, 2011). A oposição entre o litoral e o sertão está omnipresente no pensamento social brasileiro. A desigualdade económica e social que desde cedo afligia o sertão foi, por exemplo, o que levou milhares de sertanejos pobres a dirigirem-se para Canudos, na Bahia, no final do século XIX, para se juntarem a Antônio Conselheiro, cearense natural de Quixeramobim. Canudos acabou por ser atacado pelas tropas da recém-fundada República. eclodiu então um conflito extremamente violento, conhecido como a Guerra de Canudos (1896-1897). O escritor Euclides da Cunha esteve presente como repórter nas semanas finais do conflito e testemunhou de perto o trágico massacre de aproximadamente 20 000 sertanejos. Poucos anos depois, publicou *Os sertões* (1902), obra clássica que deixou marcas profundas no pensamento social brasileiro. Como explica Nísia Trindade Lima no seu artigo “Campo e cidade: veredas do Brasil moderno”, Euclides da Cunha aponta o isolamento do sertão como a principal motivação dos moradores de Canudos e sublinha a necessidade de políticas públicas para acabar com esse isolamento. As elites precisavam desviar a sua atenção da Europa e focar-se na incorporação do sertão na sociedade nacional (Lima, 2011). Também Carlos Amaral Paiva (2023: 2-3) constatou que o sentimento de dualidade entre dois Brasis percorre toda a obra euclidiana. Esta, através de uma linguagem científica positivista, sublinha a perspetiva de que os sertanejos, esses “outros brasileiros”, precisavam ser integrados na República recém-inaugurada.

Gilmar Arruda (2000) ilustra como se deu, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, uma mudança na maneira como o país aparece no imaginário social

brasileiro⁷. Se, no século XIX, a natureza⁸ ainda era o elemento determinante para caracterizar a identidade nacional, na viragem do século, o Brasil passa a ser visto como bipolarizado em sertões e cidades, sendo que estas últimas estão maioritariamente situadas no litoral.

O contraste entre litoral e sertão não se manifesta apenas através do isolamento e do povoamento escasso e disperso deste último, mas também através do seu modo de vida e da sua gente singular. Capistrano de Abreu aprofunda esta questão em *Capítulos de história colonial* (1907), um trabalho pioneiro que dá grande destaque ao povoamento do interior e sublinha como este foi em nada comparável ao que aconteceu na costa, em termos de dificuldades e esforços. O historiador menciona como os povoadores se destacaram dos reinóis pela sua “integração com a natureza; com as suas árvores, os seus bichos e o próprio indígena”. No entanto, as dificuldades que o interior sertanejo apresentava – “solo infértil, pobreza das matas, rala mão de obra e capital diminuto” – fizeram com que este se transformasse rapidamente numa zona de pecuária. Assim, nasce a sociedade sertaneja, caracterizada pela pobreza, mas também por um sentimento de “altivez nativa”, onde tudo gira em torno da pecuária. É esta atividade económica que vai moldar a vida característica do sertão, tão antagónica à vida costeira (Abreu *apud* Souza, 2011: 220-222). E como esta última está contaminada por influências não brasileiras – representando, no fundo, a “antinacionalidade” – é na hinterlândia que é o sertão que se encontram as raízes do Brasil (Ricardo *apud* Souza, 2011: 218).

Também Francisco José de Oliveira Viana, na sua obra *Populações meridionais do Brasil* (1920), aprofunda a ideia de Abreu de que a identidade da sociedade sertaneja deriva da vida pastoril. O autor destaca os bandeirantes como responsáveis pela conquista, a pecuária como precursora da civilização e as dificuldades impostas pela natureza sertaneja como obstáculos à verdadeira ocupação. Para Viana, uma vez desbravado e minimamente ocupado o terreno, o vaqueiro e o gado deveriam ser substituídos pela agricultura, atividade económica considerada superior. O facto de isso não ter ocorrido torna o sertão “distoante”. Inserido no sistema de

⁷ No seu livro *Cidades e Sertões: entre a história e a memória* (2000), com pesquisa focada nas regiões do Estado de São Paulo e do sertão pantaneiro de Mato Grosso, Arruda analisa a construção do imaginário brasileiro sobre as relações entre cidades e sertões nesse período. Ele questiona a divisão do Brasil em espaços simbólicos dicotómicos como forma de explicar a sociedade. Essa definição espacial, em que o espaço urbano é considerado o polo avançado da sociedade e o espaço dos sertões é consistentemente estigmatizado pelo seu suposto atraso social, político e económico, é criticada por Arruda e, após demonstrar que ambos os termos são representações culturais, consequentemente rejeitada.

⁸ Para aprofundar este tema, Arruda inspirou-se na obra de Figueiredo, publicada em 1941. Para obter mais informações sobre a transformação da paisagem e a consequente organização espacial do país nas categorias dicotómicas cidades e sertões, consulte-se: Figueiredo, José de Lima (1941). *Cidades e sertões: páginas de história e geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch.

sesmarias, o regime pastoril criou uma realidade de latifúndio com uma população muito dispersa. Além de ter gerado relações sociais e económicas próprias, também solidificou o poder político e a autonomia dos latifundiários no sertão, enquanto a agricultura estimulava a pequena propriedade e a formação de verdadeiros centros populacionais. Por essa razão, o autor considera o prolongamento de um regime que data do período colonial como ultrapassado, indesejável e incompatível com o progresso ocorrido em outras regiões do país, como no Centro-Sul, onde a agricultura assumiu essa posição (Souza, 2011: 222-224).

A partir da publicação de *Os sertões* em 1902, o termo sertão passou a ser amplamente associado às “áreas de clima semiárido do Nordeste”. Contudo, o conceito tornou-se também sinónimo de locais “onde estava ausente o poder público”. A necessidade de incorporação social e política do sertão na ordem nacional é um tema abordado nesta obra seminal de Euclides da Cunha, que moldou o pensamento social brasileiro nas décadas de 1910 e 1920 (Lima, 2011: 72-73). Em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Viana argumenta que o latifúndio levou à formação de uma aristocracia rural no país e criou obstáculos ao estabelecimento da ordem nacional e ao desenvolvimento de instituições de solidariedade social. O autor explica que as expedições das bandeiras apenas expandiram o território, sem, contudo, ampliar o alcance do poder público. Viana associa a pecuária sertaneja a um estado de turbulência e anarquia, marcado por um forte caudilhismo, que se perpetuou devido ao isolamento e à autonomia do sertão pastoril (Souza, 2011: 224).

O período do *interbellum* foi especialmente marcado pelo debate sobre os projetos de nação e o papel do sertão rural e da costa urbana e civilizada nesse contexto. Na década de 1930, foram publicadas obras clássicas que ofereceram grandes interpretações sobre o Brasil, fruto também da institucionalização das ciências sociais como curso universitário. Obras como *Casa-grande e senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936) de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda, discutem questões como o processo de modernização do país, o rumo da nação e o papel do mundo rural, entre outros temas. Como Lima (2011: 70-75) aponta no seu artigo, o contraste entre campo e cidade e a distância cultural entre ambos é um tema recorrente na história social. As representações de ambos os espaços oscilam constantemente entre o positivo e o negativo. Se a cidade representa a civilização e a liberdade, também é vista como um lugar de insegurança e de artificialidade. Por outro lado, o campo é a personificação do conservadorismo e do atraso, mas, ao mesmo tempo, respira autenticidade. A autora explica que a percepção desse contraste esteve “historicamente relacionada à mudança da posição das cidades”.

Embora o centro político e administrativo das sociedades de base agrária estivesse nas cidades, estas eram plenamente dependentes do campo, o coração económico. Na Europa, ocorreu uma primeira transformação das cidades na Idade Média, com a formação de mercados urbanos e o declínio do feudo e da Igreja, seguida por uma transformação mais profunda no século XVIII, com a Revolução Industrial, que causou um êxodo rural em direção às cidades. No Brasil, em contraste, a percepção mais forte dos contrastes entre a vida rural e a vida urbana e burguesa tem as suas raízes na transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, como explica Freyre em *Sobrados e mucambos* (Freyre *apud* Lima, 2011: 71). Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda partilha da mesma opinião, mas também argumenta que a sociedade rural permaneceu bem presente na vida política do país. Segundo este autor, a mentalidade da casa-grande, legado do “passado rural e colonial”, teria invadido as cidades, onde estavam concentradas as posições mais importantes da administração pública e da atividade política.

Estas posições foram ocupadas pelas pessoas mais influentes da sociedade – os donos de engenhos – que levaram consigo seu modo de vida e mentalidade para a cidade (Holanda, 1936: 96- 97). Consequentemente, tanto Oliveira Viana, Freyre, quanto Holanda, embora com abordagens distintas, identificam um denominador comum na formação histórica do Brasil: a forte presença da família extensa, centrada no proprietário rural, e das relações pessoais na sociedade brasileira (Lima, 2011: 70-75). Isso teve fortes implicações no sistema administrativo do Brasil, onde, desde cedo, prevaleceu o conceito de família patriarcal e onde, em casos excepcionais, os interesses e vontades particulares não se sobrepuseram ao interesse público (Holanda, 1936: 175-176).

Entre 1945 e 1964, o interregno entre duas ditaduras, Lima (2011) aponta que os debates sobre os projetos de nação e a oposição sertão/litoral continuaram. A industrialização e a urbanização levaram a grandes transformações socioeconómicas e ao desejo de ver essas mudanças refletidas numa sociedade democrática e moderna. Florestan Fernandes observou fortes resistências culturais a essa mudança, mesmo nas cidades mais importantes do país. Maior ainda era essa resistência nas áreas rurais, onde ainda se vivia, reza o autor, como nos séculos XVIII ou XIX, não muito diferente da realidade descrita por Euclides da Cunha em *Os sertões* (*Ibidem*, 2011). Também Emílio Willems, sociólogo e antropólogo alemão radicado no Brasil e uma referência importante para Florestan Fernandes, destacou a falta de uma base comum entre o litoral e o sertão, observando que, especialmente, a cultura sertaneja, rústica e congelada no tempo, era um obstáculo (*Ibidem*, 2011). Alguns anos antes, Nelson Werneck Sodré, na sua obra intitulada *Oeste* (1941), referiu de modo semelhante ao vaqueiro do sertão,

como uma figura que, distante do alcance do poder público, permaneceu inalterada ao longo do tempo (Souza, 2011).

Num trabalho publicado em 1997⁹, Candice Vidal e Souza abordou estes discursos do pensamento social brasileiro sobre a nacionalidade e o espaço nacional, imaginados como sertão e litoral. Para isso, Souza inspirou-se, em parte, em obras pioneiras¹⁰ que justamente desafiam estes discursos de estranhamento sobre o espaço nacional, imaginado exclusivamente nessa dualidade entre o sertão e o litoral, como acontece nas obras anteriormente mencionadas. Nestas, o sertão aparece conseqüentemente como um espaço antagônico ao litoral, a antítese da civilização. Ao mesmo tempo, se o litoral é considerado o lugar de partida para a difusão daquilo que deveria ser a referência da nacionalidade, é também visto como um lugar corrompido por influências não brasileiras. No entanto, nestas cartografias do Brasil, as ambiguidades mais fortes encontram-se nas interpretações sobre o sertão. Por um lado, é visto como um espaço que representa o indesejável, marcado por atraso e uma autonomia incômoda. Por outro, é na sua rusticidade e autenticidade que se considera que estaria a essência da brasilidade (Souza, 2011).

Na sua análise dos discursos sobre a “gênese da nação” e a evolução da formação nacional, Souza toma como ponto de partida as interpretações do Brasil como sendo uma nação singular por causa do seu espaço geográfico. Desde os primórdios da colonização, houve um movimento geográfico do litoral em direção ao interior para conquistar espaço. Precisamente, este avanço sobre o espaço tem sido interpretado por muitos intelectuais como o aspecto decisivo da originalidade da nacionalidade brasileira. Este espaço é composto por sertão e pelo litoral, dois extremos do mesmo contínuo que é o território brasileiro. O mapa do Brasil traçado pelo pensamento social, especialmente desde o início do século passado, período de construção ideológica da identidade nacional, ficou assim marcado por uma profunda divisão geográfica. Aqui também se esconde o “problema nacional”: como interpretar e explicar a nação brasileira se nela coexistem lado a lado duas realidades tão distintas? (*Ibidem*, 2011: 211-214).

Ainda segundo a análise de Souza, os pensadores têm encontrado nesta “bipartição geográfica e cultural do território nacional” a explicação para as “clivagens políticas, sociais e económicas” que existem no país. A oposição sertão/litoral polariza uma pluralidade de

⁹ Catorze anos depois, a autora publicou um capítulo de livro que apresenta um novo estado de coisas sobre este tema, incluindo também estudos que não fizeram parte do argumento original ou que foram publicados posteriormente. É precisamente a este capítulo que a referência faz alusão.

¹⁰ Estas obras são *História e mito: conquistando o Oeste nos EUA e no Brasil* (1992) de Janaína Amado; *A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica* (1986) de Custódia Selma Sena; e *Everlasting golden sertões* (1978) de Mireya Suárez.

questões e políticas ligadas aos problemas nacionais, a nível político e económico. Mas, mais do que isso, as representações sobre ambas as regiões criaram uma hierarquia entre elas, em que o litoral pertence mais plenamente ao espaço-nação e se encontra mais perto da nacionalidade idealizada do que o sertão. É este que tem de ser transformado para estar alinhado com o imaginário da nacionalidade desejada, em que caberá um povo num território que é um só (*Ibidem*: 212-214).

No entanto, a autora salienta que tudo isso são *representações e imaginações*¹¹ sobre o espaço-nação e a nacionalidade brasileira. Do trabalho de Edward Said¹² (*Apud* Souza, 2011: 213), que fez uma ousada reflexão sobre a “importância das ideias que constroem geografias imaginativas”, consegue-se tirar uma visão importante sobre como o pensamento social apresenta representações do espaço brasileiro, o que é fundamentalmente diferente de “descrições de realidades ‘naturais’”. Outra ponte que se pode fazer com o trabalho de Said é o facto de estas representações sobre sertão e litoral terem sido produzidas exclusivamente por autores e para leitores que fazem parte do litoral. É este o lugar que está numa escala mais alta na hierarquia e que lhes é familiar. O sertão, por outro lado, é aquele lugar que é estranho e que representa a subalternidade. Dentro de um e o mesmo espaço, não só coexistem o conhecido e o desconhecido, como também existe um verdadeiro abismo entre ambos (Souza, 2011: 213-214). Se estas representações sobre o espaço são o resultado de um ato ficcional, as representações sobre a nacionalidade brasileira – na perspectiva de muitos pensadores, tão intrinsecamente ligada a este espaço – também o são. No entanto, isto não significa que podem ser interpretadas como “declarações fictícias”, tampouco que os seus efeitos podem ser subestimados. Souza opta antes por considerá-las mitos, e pensa os intelectuais que os produziram como contadores de mitos. Nas narrativas do pensamento social sobre a génese da nação e da brasilidade, e sobre o sertão e o litoral, a autora reconhece as características do mito, como demonstrado por Claude Lévi-Strauss. Segundo este antropólogo francês, o valor inerente do mito é que os acontecimentos passados aos quais se refere acabam por se tornar intemporais: a partir do momento da sua criação, passado, presente e futuro fundem-se (*Ibidem*: 211-213).

A percepção da subalternidade sertaneja como obstáculo para a modernização da nação é outro elemento que está ubíquo no pensamento social. O litoral inquieta-se com a persistência da realidade social do sertão, um anacronismo quando comparado com a sua própria

¹¹ Grifos meus.

¹² Um importante foco do trabalho de Edward Said foi o orientalismo, e como este foi um sistema de conhecimento sobre o Oriente que foi inteiramente produzido por pensadores ocidentais que não pertenciam ao Oriente (Souza, 2011: 213).

modernização. Neste sentido, a diferença – e a aversão – que existe entre ambos, não é aceite e tem de ser superada. O sertão é considerado um entrave para o destino de um país que se quer ver civilizado. É o litoral que representa este país e esta civilização, e o sertão põe em risco a sua expansão (Souza, 2011: 226-227).

Nas análises de Elísio de Carvalho em *O fator geográfico na política brasileira* (1921), nem mesmo a ênfase dada ao sertão em certos projetos de nação significa que deixa de haver hierarquia e desigualdade entre ambos os espaços. Para o autor, a civilização do sertão de um lado, e a nacionalização do litoral do outro lado, são aliados na formação de uma “civilização propriamente brasileira”. Este é um processo que não é pacífico nem igualitário: é um projeto feito no litoral – espaço que recebe influências não brasileiras, que ao viajarem em direção ao sertão perdem as suas impurezas – e ao qual é submetido o sertão, que passa a ser mais civilizado. O que existe neste espaço, com o seu atraso cultural, apenas será aproveitado se for considerado valioso para a brasilidade. Deste ponto de vista, o sertão é o lugar indicado para uma transformação acontecer, porque ali esta acontece pelos dois lados. O litoral e o sertão não estão em pé de igualdade, porque o primeiro é o lugar superior onde se cria – e onde se encontra então “o melhor do Brasil” – e o segundo é o lugar inferior onde se recebe o que para lá é levado. O que existe e nasce no litoral serve para o país como um todo. Apesar de reconhecer os obstáculos e as imperfeições nos dois espaços, há uma hierarquia ao afirmar que a direção a seguir para criar uma nova brasilidade autêntica é costa-sertão e não o contrário. Entre “o Brasil a ser extinto e o Brasil permitido” existe uma linha muito ténue (Carvalho *apud* Souza, 2011: 227-231).

Já na época colonial, o movimento costa-sertão foi a direção predileta a seguir. No caso brasileiro, as bandeiras formam um evento fundador. Os autores considerados na análise de Souza são unânimes quando classificam as expedições paulistas da zona costeira para os sertões como a alvorada da construção de uma nação com uma identidade singular. Por isso, esta expansão colonial em direção ao interior, apesar de ter acontecido entre os séculos XVI e XVIII, transcende o seu prazo histórico. Ainda hoje, este avanço sobre a terra é interpretado como muito mais do que uma mera expansão territorial. Deixou as suas marcas na evolução do país e, acima de tudo, tornou-se um dos símbolos da brasilidade (Souza, 2011). Cassiano Ricardo, considerado narrador de mitos, defendeu explicitamente esta ideia em *Marcha para Oeste* (1940). As bandeiras aconteceram num determinado momento histórico, num determinado espaço. Todavia, segundo o autor, apenas a dimensão espacial tem limites. Mais do que desenhar a geografia nacional, os bandeirantes desenharam a nacionalidade. A partir das expedições paulistas para o sertão, o Brasil deixou de ser uma mera extensão de Portugal. Com

o romper metafórico dos seus laços com o poder real, o país começou a traçar a sua nacionalidade singular. O movimento para o oeste tornou-se, assim, sinónimo da própria nação e símbolo da brasilidade. Para Ricardo, “a investida rumo ao interior é a primeira iniciativa da nacionalidade a ser repetida ao longo da história” (Ricardo *apud* Souza, 2011: 216-219).

No entanto, esta direção costa-sertão deixou de ser o caminho a seguir há muito tempo. Tem sido precisamente o caminho inverso que mais define a constituição do território na contemporaneidade. Por conseguinte, a relação entre ambos os espaços tem sido fortemente marcada pelo êxodo rural do sertão para o litoral. Podemos questionar como esta linha ténue entre o que Elísio de Carvalho chama de “o Brasil a ser extinto e o Brasil permitido” (Carvalho *apud* Souza, 2011: 227-231) se molda e se desloca quando o sertão também começa a mover-se e a transbordar para fora das suas fronteiras, imaginárias ou não. Quando um sertanejo migra para o litoral em vez do contrário, será que traz o sertão consigo, corrompendo a ideia do “Brasil permitido” e alterando a ideia fixa e quase intemporal sobre a sua identidade que o litoral tem dele?

É interessante ligar esta questão com a análise de Campbell (2017) sobre o episódio dos quatro jangadeiros. Segundo o autor, se o sertanejo se tornou sinónimo quase intemporal de uma pessoa sofrida, mas resistente e resiliente, com um carácter forte moldado pelas secas severas e frequentes do sertão, esta conotação é herança da admiração de Euclides da Cunha pelo sertanejo, após ter testemunhado a Guerra de Canudos. Dentro deste universo, é natural que os cearenses também carreguem esta conotação. Ela foi, inclusive, muito destacada pelos jornalistas que cobriram a viagem épica dos quatro jangadeiros de Fortaleza a Rio de Janeiro em 1941. Estes combinaram a força e a resistência do sertanejo, que sofre com as secas, com a natureza estoica dos pescadores, para dar origem a uma nova personagem mais abrangente. Esta figura combina na sua essência os “dois Nordeste” de Gilberto Freyre: o sertão e o litoral (Campbell, 2017: 192-195).

No âmbito da música brasileira, Mendes (2008) ilustra como o assim intitulado “Pessoal do Ceará”, um grupo de cantores e compositores cearenses composto por Ednardo, Belchior e Fagner, na década de 1970, adotou uma perspetiva semelhante. Esta supera a dicotomia de sertão e litoral, em que o primeiro é sempre tomado como sinónimo de Nordeste e seca, e o segundo como equivalente de paraíso e abundância. Nas suas letras, o grupo contempla o Nordeste/Ceará como um espaço heterogéneo, onde tanto o litoral como o sertão são lugares marcados por uma pluralidade. E, se além de sertão e litoral, existe também uma oposição entre

sertão e cidade, e entre tradição e modernidade, o “Pessoal do Ceará”¹³ rompe com todas estas dicotomias. Nesta visão espacial plural, a emigração assume um papel importante. Mendes (*Ibidem*) argumenta ainda que Fortaleza, enquanto cidade no litoral do Nordeste, ocupa um lugar mais marginal na cultura nacional do que as cidades do Sudeste¹⁴, como o Rio de Janeiro e São Paulo, ou mesmo quando comparada com outras cidades grandes do Nordeste, como Salvador ou Recife.

Mas dentro das próprias cidades existe ainda outra dicotomia, que opõe centro e periferia, em que também esta última tende a ser interpretada como fazendo menos parte do espaço-nação. No caso do Nordeste em geral, e certamente no caso de Fortaleza, as periferias nascem em grande parte devido ao êxodo rural em direção às cidades. Voltemos à canção “Lamento Sertanejo” de Gilberto Gil, da qual um trecho foi citado no início deste subcapítulo. Segundo a análise de Paiva (2023), a canção retrata a dualidade sertão/litoral, presente em grande parte do pensamento social e literário brasileiro, através dos lamentos na primeira pessoa de um sertanejo exilado na cidade. No entanto, em “Lamento Sertanejo” não se trata tanto de uma dicotomia no contexto de um país fraturado, como acontece em *Os sertões*, mas antes da relação entre estes dois espaços. É importante sublinhar que a canção, aliás, fala mais em unidade do que em dualidade. Nas palavras do autor, “uma audição atenta de “Lamento Sertanejo” permite traçar um retrato do país no qual o paradigma sertão/cidade ganha um novo significado na figura do exilado na cidade grande”. Esta realidade observa-se em Fortaleza e, mais especificamente, no Pirambu, através do êxodo rural do sertão para o litoral (Paiva, 2023: 17).

¹³ Falta espaço para entrar em detalhes, mas para saber mais sobre esta pesquisa sobre múltiplos espaços nas canções do Pessoal do Ceará, consulte Mendes (2008).

¹⁴ Arruda (2000: 22) salienta que não é incomum que as pesquisas historiográficas sobre o Rio de Janeiro e São Paulo são consideradas ou transformadas em “história do Brasil”. O mesmo não acontece com as obras sobre outros espaços. Estes são frequentemente classificados como “história regional”, o que já em si atesta a existência de relações de poder e hierarquias dentro do espaço nacional.

1.2 “No dia em que eu saí de casa”¹⁵: o êxodo rural

A relação entre o sertão e o litoral é profundamente atravessada pela questão do êxodo rural. Não se entrará aqui em detalhes sobre o movimento do interior para qualquer parte do país. A tese, centrada em Fortaleza, limitar-se-á a uma visão geral do fenómeno que levou milhares de nordestinos do sertão para as grandes cidades nordestinas, situadas no litoral, o que contribuiu de forma significativa para a formação de muitas favelas nordestinas.

Porém, antes de mais, é importante lembrar que a palavra “sertão” é essencialmente polissémica. A letra da anteriormente mencionada canção “Lamento Sertanejo”, ao referir-se a diferentes biomas como a caatinga e o cerrado, deixa transparecer esta polissemia. Existem vários sertões, e cada um deles evoca diversos significados, associados a diversas partes do país. Carlos Paiva (2023: 6) lembra as palavras de Riobaldo, personagem do romance *Grandes Sertões: Veredas* de João Guimarães Rosa: “O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga”. Gilmar Arruda (2000), que focou a sua pesquisa em cidades e sertões nas regiões do Estado de São Paulo e no sertão pantaneiro de Mato Grosso, observa que o termo sertão, quando identificado com as regiões Norte e Nordeste, é também conotado com uma forma de explicar a sociedade brasileira através de uma dicotomia entre o mundo urbano e os sertões. Mas, segundo o autor, o mundo dos sertões, apesar de representado característica e indistintamente pelas regiões Norte e Nordeste, na realidade não tem uma localização geográfica especificada (Arruda, 2000). Para explicar o leque de significados geográficos conectados ao termo sertão, Janaína Amado (1995: 147) menciona a conclusão de Guimarães Rosa no seu romance clássico: “(...) o sertão está em toda parte; o sertão é dentro da gente”. A autora entra ainda em detalhe, demonstrando como a palavra “sertão” é aplicada em distintas regiões do país, desde Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso, a Santa Catarina, Paraná e Amazonas¹⁶ (*Ibidem*, 1995: 145).

¹⁵ Esta canção de 1995, da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, retrata o êxodo rural, do sertão do Nordeste para as cidades do litoral, e as emoções de quem o vive. Como já se viu na anteriormente mencionada canção “Lamento Sertanejo”, a melancolia ligada a esta migração é um tema recorrente na música brasileira em geral e na música nordestina em particular (Paiva, 2023). Também Luiz Gonzaga eternizou esta melancolia na sua famosa canção *Asa Branca* (1947): *Hoje longe, muitas léguas / numa triste solidão / Espero a chuva cair de novo / pra mim voltar pro meu sertão* (Luiz Gonzaga, “Asa Branca”, 1947). Em linha com isto está a análise de Siegel (1971), que sugere que existe um forte apego dos sertanejos à região, que apenas a deixam em caso de necessidade extrema, e muitas vezes apenas temporariamente. O mesmo sentimento consegui constatar entre várias das minhas interlocutoras que, apesar de viverem na favela de Pirambu, em Fortaleza, há várias décadas, sonham com o dia em que eventualmente voltarão para a sua aldeia no sertão profundo.

¹⁶ Sobre este assunto, a autora escreve o seguinte: “Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no quotidiano do Brasil,

Além do significado geográfico, a palavra “sertão” também representa aquilo que é considerado uma incógnita para o poder e para os habitantes das cidades. Embora existam “sertões” que com a urbanização foram transformados em pequenas cidades e, por conseguinte, deixaram de ser denominados sertão, o sentido de *ser do sertão*¹⁷ não desapareceu. Quem mora fora das grandes urbes continua a ser considerado morador do “sertão”, o que equivale a ser visto como “atrasado” (Arruda, 2000: 239).

Por estas razões, é necessário especificar que o sertão ao qual esta dissertação se vai referir daqui em diante é aquele descrito por Bernard J. Siegel (1971) como sendo geograficamente composto por partes dos Estados de Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Piauí, uma região que faz parte de uma área maior chamada de “*drought polygon*” do país (Siegel, 1971: 235). Esta não é, de todo, uma região homogênea, apresentando também áreas montanhosas – serras ou chapadas – onde não ocorrem secas, bem como áreas onde as secas são mais ou menos pronunciadas (*Ibidem*, 1971).

Ao demonstrar que a imensidão territorial resultante das expedições paulistas para o interior não se refletiu numa evolução social e económica neste espaço, alguns pensadores sublinham o lado menos positivo das bandeiras¹⁸, em contraste com a visão mais comum. Este espaço no interior do país não foi devidamente ocupado nem desenvolvido. Em *Histórico da formação económica do Brasil* (1922), Victor Viana aponta para a inconstância do povoamento e da colonização desse território como causa da pobreza social que ali prevalece (Souza, 2011). Por sua vez, na sua obra *A cultura brasileira* (1971), Fernando de Azevedo assinala a falha em integrar os novos territórios na vida política e económica do país. Com o movimento dos bandeirantes para o interior, nasceu então não só o desafio de um território enorme, mas também um problema nacional: criou-se uma desigualdade abismal entre dois espaços sociais, em que um deles é considerado a referência para a nação como um todo (*Ibidem*, 2011).

materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria especial: entre os nordestinos, é tao crucial, tao prenhe de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de suas referências essenciais. Que seria de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem os sertões, como pensá-los? Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão “sertão” para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área interior de outro estado, São Paulo, próximo a Sorocaba. No Amazonas, “sertão de dentro” refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, no interior do Rio Grande do Sul, “sertão de fora” também nomeia área de fronteira, porém situada... no Urugai!” (Amado, 1995: 145).

¹⁷ Grifos meus.

¹⁸ Refere-se à palavra com o seguinte significado: “uma expedição armada, mais ou menos numerosa, destinada a explorar os sertões, a descobrir terrenos mineiros” (Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa, s.d.).

Segundo Siegel (1971), este é um elemento que tem marcado profundamente a instabilidade – tanto social como física – dos sertanejos no Ceará. Outro fator importante é a ocorrência de secas severas e recorrentes, que definem grande parte do interior do Nordeste brasileiro. Estas secas têm se revelado um grande obstáculo para os habitantes da região, causando um dos efeitos mais devastadores: a emigração maciça e forçada do interior para as cidades no litoral. Isso faz com que o sertão seja caracterizado por um movimento contínuo de pessoas que simultaneamente chegam e saem da região. A singularidade desta região semiárida entre as florestas tropicais secas do mundo reside nas suas características ambientais específicas. Não existe precipitação consistente; ao mesmo tempo, as secas são imprevisíveis e variáveis, em vez de periódicas e de duração mais ou menos fixa, como ocorre noutras florestas secas do mundo (Siegel, 1971).

A característica mais dramática da região é a seca total. Contudo, é mais comum haver uma variedade pronunciada na precipitação anual, que pode até variar significativamente entre territórios muito próximos. Em anos considerados normais, há uma época chuvosa, ou “inverno”, que vai de janeiro a julho, e uma época seca, ou verão, que vai de agosto a dezembro. Ambas podem chegar com atraso ou de forma adiantada, dificultando ainda mais a agricultura, que é de subsistência e não mecanizada. Grande parte da terra é também impermeável. Além disso, a pecuária e as plantações de algodão têm sido sempre influenciadas tanto pelas secas como pelas flutuações dos preços no mercado mundial (*Ibidem*, 1971). Como disse Hirschman (*Apud* Siegel, 1971: 240), esta região semiárida do interior do Nordeste brasileiro deveria ser classificada como uma de “incerteza climática para a agricultura”, o que torna decisões e estratégias de longo prazo muito difíceis.

Garmany (2011) observa que as condições climáticas têm impedido o desenvolvimento da região desde os tempos coloniais, especificamente a partir do século XVII. Enquanto as plantações de cana-de-açúcar proliferaram em Pernambuco e na Bahia, o clima mais seco do Ceará impediu que o mesmo acontecesse numa escala semelhante.

As secas recorrentes começaram a afligir os nordestinos principalmente a partir do final do século XIX, em particular durante a seca de três anos que teve início em 1877, na qual terão morrido mais que 500.000 pessoas. Desde então, tentar resolver a questão das secas tornou-se um foco político. Segundo Siegel (1971), estas tentativas concentraram-se em tornar as secas mais previsíveis e em atenuar os seus efeitos desastrosos, entre os quais a emigração em larga escala. As medidas tomadas pelo governo do Ceará centraram-se principalmente na expansão das fontes regulares de abastecimento de água, através da construção de pequenos açudes, da abertura de poços de águas subterrâneas e da construção de estradas. Estas estradas permitiram

a mobilidade às pessoas que se viram obrigadas a deslocar-se dentro do sertão em tempos de seca. No entanto, as obras de estradas, barragens e açudes sempre paravam quando a seca terminava e só retomavam quando uma nova catástrofe se tornava iminente (*Ibidem*, 1971).

Na sua obra sobre cidades e sertões, publicada em 1941, José de Lima Figueiredo observou que o Estado do Ceará consiste em três zonas distintas: o litoral, o sertão e as serras: “A primeira e a última são zonas de fixação, onde se acolhe a gente do sertão nas épocas das grandes secas. Nas vertentes das serras a população se concentra, fugindo do horror, do quadro macabro debuxado pela falta de água quando não procura o litoral em busca de outros Estados” (Figueiredo, 1941: 73). A migração é mais intensa nos períodos das grandes secas, mas também ocorre de forma relevante no período entre elas. Isto parece indicar que existe um padrão seminómada na região, com sertanejos a migrar de uma fazenda para outra, embora existam grandes diferenças de lugar para lugar devido às variações nos microclimas, que fazem com que a precipitação possa variar significativamente. No entanto, apesar de haver uma série de motivos para os nordestinos migrarem, as secas severas são o denominador comum. Este foi o caso nos anos das grandes secas de 1877-1880, 1888, 1900, 1915, 1919, 1932, 1942 e 1958. Um motivo claro ligado a isso é a falta de trabalho. Contudo, não foram apenas os camponeses atormentados pelas secas do Nordeste que emigraram; estudantes, empresários e burocratas nordestinos também rumaram para outras partes do país (Campbell, 2017; Siegel, 1971).

Siegel (1971) concluiu que, em geral, há poucos fatores que consigam impedir os camponeses, confrontados com circunstâncias desfavoráveis, de se mudarem para lugares que oferecem melhores condições de vida. Quando trocam uma fazenda por outra, apesar de conseguirem uma nova estabilidade, em termos económicos, o impacto líquido é praticamente nulo. O autor também aponta que as secas em si não são o único problema: sempre houve secas, mas o que mudou foi o sistema em que esta região e a sua população se encontram. Ademais, o foco acentuado nas grandes secas como fator explicativo para as migrações dos sertanejos acaba por ofuscar outras explicações. A densidade populacional e a demanda do mercado cresceram e influenciaram muito a vivência e a sustentabilidade de uma região com um clima tão peculiar. Existem processos demográficos no Ceará, como a tendência geral de imigração para Fortaleza ou, alternativamente, para os grandes centros metropolitanos do sul do país. O autor sugere que os processos de migração são, no fundo, o resultado do cruzamento de diferentes condicionamentos sociais e económicos (*Ibidem*, 1971).

Na sua obra de referência *A caminho da cidade*¹⁹ (1984), Eunice R. ilustra que a migração rural-urbana é tanto resultado das secas como da industrialização do país. Segundo a sua análise, os deslocamentos populacionais e a migração para as cidades são fenómenos que sempre existiram, mas que ganharam uma nova escala durante o século XX. Estes movimentos migratórios internos no Brasil, juntamente com o rápido processo de urbanização, apontam para transformações económicas e sociais profundas na própria estrutura da sociedade brasileira. Por esta razão, não podem ser entendidos isoladamente. A autora alerta para a necessidade de se considerar o quadro geral dessas transformações, a nível demográfico, económico e social, que também dizem respeito à integração da sociedade nacional no mercado mundial (Durham, 1984).

A partir da década de 1930, a migração interna começou a substituir a migração estrangeira²⁰ na busca por mão-de-obra para fomentar o desenvolvimento económico. Este processo intensificou-se nas décadas seguintes, com a integração de cada vez mais população de origem rural na sociedade industrial e na vida urbana. Isto indica que a emigração é um recurso tradicional para a população rural enfrentar as dificuldades de uma economia de subsistência insatisfatória e procurar melhores condições de vida (*Ibidem*, 1984). A pesquisa de Durham revela que a migração se explica menos pelo sucesso do modo de vida urbano e mais pela falência da sociedade rural, onde existe uma linha ténue entre a subsistência e a fome. Por estas razões, a migração não é, em geral, o resultado de uma situação anormal de miséria, provocada por calamidades naturais. Mais do que isso, parece ser uma reação à miséria como condição permanente. No entanto, isto não significa que calamidades naturais não possam acelerar a emigração (*Ibidem*, 1984). Este é o caso, por exemplo, no Ceará e no Nordeste em geral.

É importante salientar que a realidade da migração nordestina tem características próprias. De facto, a migração nordestina fomentou a mão-de-obra em outros estados em vários momentos da história. Primeiramente, muitos nordestinos dirigiram-se para os seringais amazónicos, como durante a seca mais grave de 1877-1880. Mais tarde, principalmente entre as décadas de 1930 e 1950, o movimento foi em direção às fábricas nas áreas metropolitanas

¹⁹ As pesquisas de campo para o livro de Durham sobre migração interna, do campo para a cidade, foram realizadas grosso modo entre 1955 e 1970, entre famílias de origem rural radicadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, e entre detentos de origem rural em São Paulo (Durham, 1984).

²⁰ A imigração estrangeira e predominantemente europeia enquadra-se no contexto do embranquecimento da população durante a Primeira República Brasileira, no final do século XIX (Santos & Hallewell, 2002).

do Sul e do Sudeste, ambas em plena industrialização. Assim, em 1940, quase dez por cento dos cearenses já tinham deixado o estado, contribuindo também para o processo de crescente urbanização da América Latina no século XX. No entanto, destes dez por cento, apenas quinze por cento estavam concentrados na região Sudeste, sendo que metade dos imigrantes cearenses tinha ido para estados e cidades vizinhos (Siegel, 1971: 243; Campbell, 2017: 189).

As características geográficas de uma cidade influenciam o seu desenvolvimento urbano e o crescimento urbano informal. Como as características geográficas do Nordeste são tão específicas, também o são estes processos (Garmany, 2011). A geografia do Nordeste brasileiro é um fator crucial para a compreensão da pobreza, embora não seja o único. Nancy Scheper-Hughes, por exemplo, na sua obra etnográfica pioneira *Death Without Weeping* tenta relacionar a aludida indiferença perante a morte no interior pernambucano, até mesma das mães perante a morte dos seus filhos, à pobreza (Scheper-Hughes *Apud* Garmany 2011). O grau de miséria no Nordeste é também mencionado por Joseph Page em 1995, ao afirmar:

If it were an independent country, the Northeast would be the third largest and second most populous nation in South America. A majority of *nordestinos* live in abject poverty. Indeed, the area contains the largest concentration of wretchedness, both rural and urban, to be found anywhere in the Western Hemisphere (Page *Apud* Garmany, 2011: 47)²¹.

O Nordeste tem, historicamente, um número elevado de trabalhadores rurais sem terra, que ainda enfrentam secas persistentes e recorrentes numa região já subdesenvolvida e pouca industrializada, o que, segundo Garmany (2011), contribuiu fortemente para a pobreza. Em combinação com uma taxa de mortalidade infantil alta e uma expectativa de vida baixa, esta pobreza foi um dos principais motores da emigração rural para as zonas urbanas, especialmente para Fortaleza. O autor aponta também para a influência significativa da desigualdade social no interior rural do Ceará no desenvolvimento desigual em Fortaleza²², e para a correlação entre as piores secas do sertão e o crescimento populacional e da pobreza nas cidades, particularmente em Fortaleza²³. No entanto, ao contrário das cidades de São Paulo e até do Rio de Janeiro, o

²¹ Tradução minha: “Se fosse um país independente, o Nordeste seria a terceira maior e a segunda nação mais populosa da América do Sul. A maioria dos nordestinos vive em pobreza extrema. De facto, a região contém a maior concentração de miséria, tanto rural como urbana, em todo o Hemisfério Ocidental.”

²² Sobre este assunto, consulte: Cavalcanti, C., Menezes, E., Melo, A. C., & Galindo, O. (1981). *Nordeste do Brasil: Um Desenvolvimento Conturbado*. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco.

²³ Sobre este assunto, consulte: Souza, S., & Neves, F. de C. (Eds). (2002). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

grau de industrialização em Fortaleza era baixo. Portanto, este não parece ter sido então o fator predominante na atração de migrantes para a cidade; foram antes as condições insustentáveis do sertão que empurraram as pessoas para lá (Garmany, 2011).

A enorme disparidade de rendimento é, em geral, uma herança colonial bem visível nas cidades latino-americanas, mas foi na segunda metade do século XX que a pobreza urbana e a desigualdade socioeconómica se tornaram especialmente pronunciadas. A industrialização nos anos 1940 causou a rápida expansão dos centros urbanos. Somando-se a esta equação, dois outros processos – a tendência demográfica de uma natalidade mais alta e uma mortalidade mais baixa – e a massiva imigração rural para os centros urbanos, resultaram numa urbanização exponencial nos anos 1950 (*Ibidem*, 2011). De facto, com a urbanização definitiva da nação na década de 1960, os sertanejos deixaram o sertão em massa, transformando-se em “favelados e suburbanos, ignorantes e despolitizados, mas também rebeldes primitivos e revolucionários, capazes de mudanças radicais, como nos filmes de Glauber”²⁴ (Bentes, 2007: 242).

Com o surgimento das favelas²⁵, criou-se um novo espaço de desigualdade, que se soma à já clássica dicotomia entre campo/cidade ou sertão/litoral. Assim como nas outras dicotomias acima mencionadas, também no caso das favelas pode-se dizer que as representações sobre este espaço são frequentemente o resultado de uma construção fictícia, de mitos que resultam em estigma. Este estigma, no contexto do Brasil como um todo, paira sobre o Nordeste, e nos espaços urbanos em geral, sobre as favelas.

1.3 Espaço urbano em transformação: urbanização e expansão de periferias

Constata-se que, hoje em dia, as realidades urbanas estão em constante mutação. Estamos perante um mundo urbano profundamente alterado quando comparado com o das décadas anteriores; alterações estas que têm sido acompanhadas pelo debate académico (Telles, 2010).

²⁴ Não é apenas o pensamento social que se tem debruçado sobre a questão dos espaços sociais e das desigualdades que existem entre eles. Quando o Brasil se tornou definitivamente uma nação urbana na década de 1960, também o cinema passou a abordar estas questões, como mostra Ivana Bentes no artigo “Sertões e Favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome” (Bentes, 2007: 242).

²⁵ Um detalhe sobre a palavra ‘favela’ é que ela tem origem numa planta com o mesmo nome. Esta planta crescia com tanta abundância num dos morros de Canudos que acabou por dar o seu nome ao local. Mais tarde, quando soldados que haviam lutado contra os sertanejos na Guerra de Canudos passaram a habitar um morro no Rio de Janeiro, levaram o nome junto. Como explica Lima (2011), “a generalização do termo para os aglomerados urbanos de característica semelhante, no início do século XX, faz pensar nesse encontro ainda hoje tenso e polémico entre Canudos e civilização urbana, entre campo/sertão e cidade” (Lima, 2011: 78).

No que segue, apresenta-se uma breve visão panorâmica sobre estas transformações e o que tem sido produzido sobre elas.

Um fenómeno bastante visível neste cenário de mudanças urbanas é, segundo Durham (1984), o crescimento das cidades, como consequência da migração rural-urbana. Num espaço de vinte anos, a população urbana brasileira aumentou de 10 por cento da população total em 1920 para 31 por cento em 1940. Este número subiu para 36 por cento em 1950. Uma década depois, o processo de urbanização continuou forte, com 45 por cento da população total a residir em aglomerados urbanos. Em 1970, a população urbanizada excedeu a rural pela primeira vez na história do país: 52 milhões de brasileiros, então o equivalente de 56 por cento da população, viviam em cidades (Durham, 1984: 20).

Paiva (2023) igualmente indica uma intensificação do êxodo rural, elemento constituinte da história brasileira, na década de 1970. Segundo a sua análise, o êxodo rural de quase 30 milhões de pessoas entre 1960 e 1980, provocado em parte pela modernização tecnológica no mundo rural e pela consequente “especulação de terras e concentração fundiária”, levou muitas pessoas para as cidades. Em consequência destes processos, deu-se, na década de 1970, uma transformação relevante: pela primeira vez na história moderna brasileira, as áreas rurais tiveram uma redução absoluta de população. Ao mesmo tempo, o número de cidades e a concentração da população em algumas poucas “macroidades” cresceram rapidamente (Paiva, 2023: 4-5).

Contudo, o trabalho de Durham (1984) não define a migração do mundo rural para o mundo urbano como um fenómeno meramente de urbanização. O êxodo rural em si só não é suficiente para explicar por que razão tantos milhares de pessoas rumaram para as cidades. Mais do que isso, Durham indica que tanto a urbanização como a migração são fenómenos estreitamente ligados à crescente industrialização do país, que concentrou uma proporção cada vez maior da população nas grandes metrópoles industriais desta época. Embora os índices de urbanização sejam frequentemente utilizados como indicadores do desenvolvimento económico de um país, esta visão simplifica a realidade do Brasil. Como explica a autora, o desenvolvimento económico decorrente da industrialização está associado a dois fenómenos complementares e paralelos: o crescimento das desigualdades regionais e a formação de grandes metrópoles. Ambos resultaram de uma migração interna muito pronunciada, que provocou uma maciça redistribuição de população. Este processo, em que grandes contingentes populacionais se integraram numa economia capitalista-industrial, faz parte de um conjunto de transformações que afetaram tanto o campo como a cidade, embora de modo desigual (Durham, 1984).

Segundo Paiva (2023: 7), “o sertanejo exilado é uma figura da modernidade”. Por outras palavras, o exílio do sertanejo no espaço urbano é visto como resultado do progresso da sociedade em geral. Especialmente os anos 1960 e 1970 foram caracterizados por fluxos migratórios consideráveis. Telles (2010) aponta para estes grandes deslocamentos em direção às cidades como responsáveis pela chamada urbanização por expansão das periferias. A maioria autoconstruiu a sua moradia, muitas vezes com o apoio de familiares e da solidariedade entre pares. Uma boa parte ainda se organizou em associações locais e reivindicou melhorias urbanas. Formou-se assim uma estrutura urbana que foi tanto ampla e diferenciada como segmentada e desigual internamente. Em termos de mercado de trabalho, grandes massas de trabalhadores foram transformadas em trabalhadores assalariados (*Ibidem*, 2010).

Mas ao mesmo tempo viviam-se tempos políticos turbulentos. O golpe militar de 1964 trouxe a anulação do poder político das classes trabalhadoras e a constante supressão das vozes das classes populares. Na mesma década, houve um travão muito grande no processo de industrialização, quando a América Latina deixou de estar significativamente presente no mercado mundial, fenómeno que perdurou até à década de 1990. Mesmo assim, nos anos 1960 e 1970, as questões urbanas ainda eram definidas sob a perspetiva do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (Garmany, 2011; Telles, 2010). Mas os efeitos reais do contexto da ditadura, e não só, na questão urbana estavam visíveis nas cidades. Era o caso tanto nos seus espaços, na nova estrutura de classes e na pobreza urbana, como na massa crescente de trabalhadores pobres que se viravam por sua própria conta e risco, na expansão das periferias e nas inúmeras faces diferentes do problema urbano. Esta situação, descrita por Francisco de Oliveira (Telles, 2010: 60-61) em 1978, bem poderia ser uma descrição dos problemas atuais no cenário urbano do Brasil.

É nos finais da década de 1970 que a crítica da análise académica se debruça sobre esta história recente, com o golpe militar como marca decisiva, e sobre os possíveis destinos da economia e da sociedade brasileira como um todo. As interrogações, por vezes controversas, sobre as relações entre desenvolvimento capitalista, modernização e modernidade atravessavam todo esse debate. A análise de Oliveira, embora polémica na altura, fez-se ressoar por toda a década. O autor colocava a “urbanização caótica, o terciário inchado, a economia de subsistência, o trabalho informal e a pobreza que se espalhava por todos os lados” no centro da moderna economia urbana e do conflito de classes, ambos partes intrínsecas da lógica capitalista (Telles, 2010: 60-63). Na mesma altura, em 1979, Lúcio Kowarick (*Apud* Telles, 2010: 62) usou o termo “espoliação urbana” para se referir aos problemas do Brasil urbano nas

suas relações com a “superexploração do trabalho”, inerente ao assim chamado “capitalismo periférico”.

No final da década de 1980, já havia sinais de que a sociedade estava a tomar um rumo diferente das décadas anteriores. Se o fluxo migratório começou a diminuir, a precariedade habitacional nas periferias estava em ascensão. Sobre este assunto, Garmany (2011) notou que os habitantes da favela continuam sem acesso a instituições democráticas e direitos de cidadania, apesar de estes estarem consagrados na nova Constituição de 1988,²⁶ através da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 das Nações Unidas. Para além disso, o autor sublinha que nem o artigo 183 da Constituição brasileira consegue dar proteção total aos moradores das favelas, apesar de este garantir o direito de usucapião. Este direito estabelece que “aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”²⁷. Contudo, se a prefeitura de uma cidade considerar uma favela inabitável, ela pode ser demolida por completo (*Ibidem*, 2011: 47).

Todavia, Durham (1984) argumenta que a crescente concentração da população nos espaços urbanos foi, em grande parte, motivada por um movimento consciente e voluntário de migrantes internos que, apesar de tudo, lá encontraram condições de vida mais satisfatórias do que no campo. Não porque puderam participar de modo ativo e ciente no processo de transformação da sociedade, mas porque existe um acesso mais fácil aos “benefícios” do processo de desenvolvimento nas cidades. É nos centros urbanos que estão concentradas “as inovações, a riqueza e os centros de decisão que transformam o país” (Durham, 1984: 8). A obra de Durham indica ainda que a transformação da sociedade, na sequência da industrialização e urbanização, ocorreu justamente para fazer face às mudanças na sociedade global. Quando essa transformação provocou uma migração de pessoas de comunidades rurais, mais tradicionais e pobres, para os grandes centros urbanos, também parecem ter ocorrido várias outras transformações a nível das relações sociais. Instituições especializadas foram ocupando as funções que anteriormente eram assumidas pelas relações de família e de vizinhança, tornando as relações pessoais mais impessoais e individualizadas. Desta forma,

²⁶ Garmany faz referência às declarações do economista brasileiro Eduardo Matarazzo Suplicy. Para saber mais sobre este tema, consulte: Suplicy, Eduardo Matarazzo (1988). *Da Distribuição da Renda e dos Direitos à cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense.

²⁷

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176140/000476789.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

além da já existente dicotomia entre o espaço urbano e rural, a autora viu surgir uma outra oposição, desta vez entre “comunidade” e “sociedade” (*Ibidem*, 1984: 213-222).

Se durante a década de 1980 os fluxos migratórios em direção às periferias urbanas já começavam a diminuir, nos anos 1990 apresentavam inclusive saldos negativos. Contudo, isto não significa que a segregação urbana e o crescimento periférico da cidade deixaram de existir, antes pelo contrário. O que mudou foi a dinâmica dos deslocamentos socioespaciais. Esta mudança resulta de um conjunto de fatores, entre os quais a especulação imobiliária, políticas habitacionais deficientes ou até inexistentes, os vínculos de trabalho cada vez mais frágeis e a diminuição das alternativas de emprego (Telles, 2010). As áreas centrais concentram cada vez menos população, enquanto as periferias estão em expansão constante. É o que Yves Grafmayer descreve como a transição de “trajetórias de inserção” para predominantemente “trajetórias de exclusão” (Grafmayer *Apud* Telles, 2010: 80-81). Na cidade de São Paulo, por exemplo, estimava-se nesta altura que a “cidade ilegal” albergava mais de metade da população, situação que não pode ser considerada recente nem exclusiva desta cidade. Mas é nos anos 1990 que ela ganha novos contornos, tanto na sua escala como na sua zona cinzenta igualmente em expansão. Nesta zona cinzenta, misturam-se várias ilegalidades, das quais o tráfico de drogas e as multifacetadas redes mobilizadas no assim chamado comércio ilícito são apenas algumas²⁸ (Telles, 2010: 80-82).

O facto de mais e mais pessoas se verem forçadas a viver na periferia também tem uma consequência muito perversa. Estas novas levas de moradores encontram as periferias já saturadas de população e vêem-se assim forçadas a ocupar as zonas mais frágeis e com as circunstâncias mais precárias. Significa isso que estas pessoas têm de instalar-se nas áreas mais afastadas, de risco ambiental, ou com péssimas condições sociais e sanitárias. Existe então uma periferia da periferia, ou seja, uma chamada hiperperiferia²⁹, em que as possibilidades de mobilidade social ascendente são quase inexistentes (*Ibidem*, 2010: 81).

²⁸ A inclusão de uma análise antropológica sobre a construção do espaço urbano, poderia fornecer uma melhor compreensão destes territórios. No entanto, compreende-se que devido às limitações de tempo e espaço nesta dissertação, uma análise tão detalhada não será possível.

²⁹ O exemplo da comunidade de Serviluz em Fortaleza, especialmente a área conhecida como Titanzinho, ilustra claramente as complexas interações entre os moradores, as condições ambientais e as pressões externas. Durante a visita realizada em dezembro de 2023, ficou evidente como a história de expulsão e relocação forçada dos pescadores reflete os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas. Os meus dois guias-interlocutores, ambos nascidos e criados no bairro e voluntários de uma ONG local, apontaram para uma série de casas mesmo em frente às dunas. Foram construídas pelos mesmos pescadores que décadas antes tinham fundado a comunidade de Serviluz, na zona envolvente do Farol do Mucuripe, na outra ponta da praia. Quando o Porto do Mucuripe anunciava planos de expansão, os pescadores foram antecipadamente expulsos dos terrenos onde viviam. Tiveram de procurar um outro lugar dentro da comunidade para se estabelecerem. Mas enquanto as

Sobre esta interrupção do ciclo histórico de mobilidade social ascendente falou José Pastore em artigos publicados no início dos anos 1990 e que ecoaram nos debates ao longo desta década. O autor constata que estamos perante um fenómeno novo na história social brasileira. Comparando com os anos 1970, pela primeira vez desde que esses dados vinham sendo recolhidos houve um aumento na proporção de indivíduos que desceram na pirâmide social e uma diminuição dos que subiram (*Ibidem*, 2010). Esta é também a linha de pensamento de Vilmar Faria, que constata que “talvez pela primeira vez no passado recente segmentos e gerações têm a dura experiência da mobilidade bloqueada (...) e as implicações dessa inflexão nas expectativas constituem uma das principais dimensões do problema social na presente conjuntura” (Faria *Apud* Telles, 2010: 77-78). Os anos 90 consolidaram assim as transformações urbanas e, por conseguinte, as profundas desigualdades e a pobreza urbana concentrada nas periferias das grandes cidades, tão características da sociedade brasileira (Telles, 2010: 77-78).

O debate sobre o espaço urbano e as suas questões também continuou de forma intensa. Na década de 1980, estas questões eram definidas no panorama da construção democrática e dos direitos sociais, como símbolo de uma modernidade em curso (Telles, 2010). Segundo Roberto Schwarz, o debate nesta altura era no fundo sobre o descompasso entre o que a modernidade aspirava de um lado e o que era a experiência efetiva do país do outro. Mas se nas décadas de 1970 e 1980 a inteligência crítica ainda acreditava que de alguma forma seria possível superar ou transformar os males da sociedade na era da modernização capitalista em algo melhor, no final da década de 1980 e especialmente na década de 1990, esta esperança já tinha desvanecida. Em vez disso, já se assumiu a falha de integrar os mais pobres e desfavorecidos numa sociedade cada vez mais moderna e veloz (*Ibidem*, 2010).

Também Faria (1991) alertava para a falsa esperança que as últimas décadas guardavam. Num artigo que avaliava os cinquenta anos de urbanização do Brasil, o autor acusava a falta de direção das transformações urbanas nas décadas anteriores. Eram tempos incertos, marcados por turbulências políticas com o governo Collor no início da década de 1990 e por graves dificuldades económicas. À crise, à hiperinflação, aos salários em queda livre e à expansão do mercado informal ainda se adicionaram os efeitos da crise da dívida externa latino-americana

décadas tinham passado, a comunidade tinha crescido muito e já não sobrava muito espaço. Os pescadores, que foram os primeiros a viver no Titanzinho, viram-se assim forçados a construir novas casas no pior lugar da comunidade: alinhadas numa faixa mesmo em frente às dunas, a dois passos da Praia do Futuro, famosa pela sua beleza e notória por ter a maresia mais forte do Brasil. É aqui que os pescadores são diariamente flagelados pela areia das dunas que, apoiada pela maresia, adentra as suas casas.

dos anos 1980. O resultado foi pobreza e violência urbana em expansão contínua (Garmany, 2011). Mas Faria (1991) sublinha que eram sobretudo anos já marcados pelas transformações que o capitalismo trazia. É a razão pela qual durante décadas as reflexões sobre a realidade urbana se misturavam com as reflexões sobre os processos de mudança social que caracterizavam “a constituição de uma sociedade urbano-industrial – pobre e de consumo, heterogênea e desigual – na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada” (Faria, 1991: 99). Do mesmo modo, as transformações urbanas tinham sido pensadas como obstáculos a serem superados num processo de modernização e progresso. Esta abordagem ficou agora ultrapassada.

Assim, o debate nos anos 1990 e na década seguinte focou-se nas recomposições urbanas forçadas pelas transformações recentes no capitalismo contemporâneo. Estas transformações ocorrem a velocidades cada vez mais elevadas, permitindo apenas lidar com as urgências do momento, enquanto as articulações entre o político, o urbano, o social e o económico desapareceram. Com horizontes cada vez mais limitados, o problema da pobreza urbana começa a ser silenciado e, em última análise, confundido com questões de “gestão urbana” (Telles, 2010: 63-65; 71-72). Nas palavras de Oliveira, “o Estado se funcionaliza como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital” (Oliveira *Apud* Telles, 2010: 64). Na perspectiva do autor, as políticas sociais focadas na distribuição de rendimento não só são desconexas e insuficientes, como também têm o efeito perverso de se tornarem “antipolíticas de funcionalização da pobreza”. O que antes eram consideradas como características excepcionais deste cenário urbano modificado, ou meros sintomas de um movimento histórico, tornou-se, afinal, a norma. As desigualdades gigantescas, a pobreza urbana, o desemprego e o trabalho informal – ou seja, a precariedade e segregação urbanas em geral – transformaram-se na regra (*Ibidem*, 2010: 64).

Nos dez anos que se seguiram às publicações de Pastore sobre a mobilidade social, confirmou-se o que antes eram apenas sinais de um ponto de inflexão. O ciclo histórico de mobilidade social ascendente foi interrompido quando o país começou a alinhar-se com o capitalismo contemporâneo. As consequências foram vastas e inquietantes. Levou à implosão da chamada “norma fordista”, com efeitos descomunais para os crescentes contingentes de “sobrantes do mercado de trabalho”, como o aumento do desemprego de longa duração e a generalização da precariedade laboral (Telles, 2010: 78). Isto significou também o fim da tendência, nas últimas décadas, de integrar esses mesmos contingentes de trabalhadores pouco ou nada qualificados no mercado de trabalho. O que resta é uma mobilidade circular, em que a tendência é o aprofundamento das desigualdades sociais e os significativos deslocamentos no

mercado de trabalho. Seja “da indústria para os serviços, do assalariamento para o trabalho informal, do emprego para o desemprego, do mercado para uma nebulosa de situações em que transitam os sobrantes entre as atividades domésticas e a chamada economia de sobrevivência” (*Ibidem*, 2010: 78), estes deslocamentos provocaram um aumento brutal da pobreza e do mercado informal. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o mercado informal inclui mais de 50 por cento da população ativa (*Ibidem*, 2010). No Estado do Ceará, este número chegou a 52,2 por cento no terceiro trimestre de 2022, ocupando a sexta posição a nível nacional (Costa, 2023).

Mas estes não foram os únicos deslocamentos relevantes para a questão urbana. Houve também um agravamento dos deslocamentos espaciais. A questão da segregação urbana é quase omnipresente nos debates sobre o urbano. A nova realidade da *informalização*³⁰ do mercado de trabalho, que inclui empregos menos estáveis, uma economia de sobrevivência e desemprego prolongado, redefine o espaço urbano e a relação entre os seus territórios. Alterações profundas no âmbito profissional modificam inevitavelmente os circuitos entre habitação, serviços e trabalho. Muda a experiência urbana dos moradores em geral, e especialmente nos “territórios da precariedade” (*Ibidem*, 2010: 70-73).

Telles usa o termo “apartheid social” para se referir à sociedade brasileira, atravessada por distâncias sociais tão significativas:

O que faz a nossa diferença está no facto de sermos uma sociedade atravessada por hierarquias de todos os tipos, que se construiu ao revés do imaginário igualitário fundador dos “tempos modernos” e nem mesmo chegou a garantir o princípio básico de equivalência jurídica que a noção de igualdade supõe. (...) o fosso social é tão imenso que parece obstruir a possibilidade mesma de uma linguagem comum e, portanto, do convívio social, interlocução e debate comum em torno de questões pertinentes. Isso é propriamente o apartheid social (Telles *Apud* Siqueira-Batista & Schramm, 2005: 131).

Hoje em dia, confrontamo-nos com um cenário urbano profundamente alterado, marcado pela pobreza, desigualdade, desemprego e precariedade urbana em ascensão. Proliferam diversas formas de práticas ilícitas, tanto na economia informal como no tráfico de drogas, alavancadas pelas seduções dos novos mercados de consumo e pelos entraves a oportunidades dignas no mercado de trabalho. Crescem também a violência, a criminalidade e o número de homicídios. Estes são os elementos que tecem as tramas sociais dos territórios da pobreza na

³⁰ Grifos meus.

cidade. Esta vulnerabilidade socioeconómica e civil, que caracteriza o Brasil urbano atual, é o que Kowarick (*Apud* Telles, 2010: 75) denominou de “viver em risco”. Michel Agier fala sobre a zona incerta que existe entre a “cidade global” ou a “cidade genérica”, que em todas as grandes metrópoles do mundo consiste dos mesmos artefactos, e a “cidade nua”, marcada pela “pura sobrevivência biológica dos que perderam tudo o que constitui uma forma de vida” (Agier *Apud* Telles, 2010: 75-76). Embora esta zona incerta e periférica não se restrinja a fronteiras físicas, é nesta periferia das cidades que se concentra a tragédia (Telles, 2010).

1.3.1. Fortaleza, Ceará

Quando se fala sobre as questões urbanas nas cidades brasileiras, o foco constante recai sobre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde vive aproximadamente um quarto³¹ da população urbana do país. De facto, estas duas metrópoles formam a maior concentração populacional do continente. Porém, isto significa que não se olha com tanta frequência ou com tanto detalhe para os restantes 75 por cento, o equivalente de 120 milhões de pessoas. Por outro lado, também existe a tendência de generalizar as conclusões sobre estas duas metrópoles – que, na verdade, são casos excepcionais – para as outras grandes cidades do país, o que nem sempre faz jus à realidade nelas vivida. Vale a pena lembrar que a distância entre São Paulo e Fortaleza é a mesma que separa cidades como Bogotá e Miami (Garmany, 2011: 45-47).

No Rio de Janeiro, a topografia singular da cidade fez com que as favelas crescessem no vertical, muitas vezes espremidas entre zonas afluentes e não apenas concentradas na periferia. Esta verticalidade oferece aos traficantes uma posição quase fortificada. Não é o caso em Fortaleza, cidade muito plana onde reina uma horizontalidade no que toca a expansão da cidade e das suas comunidades mais fragilizadas. Ao contrário do Rio, Fortaleza apresenta uma segregação muito maior entre as partes mais afluentes e as mais pobres, havendo quase nenhuma mistura entre ambas (Garmany, 2011).

Situado a cerca de 1600 quilómetros do estuário do rio Amazonas no Oceano Atlântico, Fortaleza é capital do estado de Ceará e a maior cidade no Brasil a norte de Recife. É aqui que se concentra uma parte significativa da população do Estado, bem como da atividade económica da sua região metropolitana (Garmany, 2011; Gondim & Hallewell, 2004). No entanto, nem sempre foi assim.

³¹ Os números aos quais o autor se refere datam de 2010.

Apesar de ter sido fundada pelos holandeses em 1649, Fortaleza foi durante muito tempo uma cidade com uma relevância populacional muito reduzida. Ao contrário de cidades nordestinas como Salvador e Recife, que se destacaram pela economia açucareira, a sua geografia não permitiu que se tornasse um centro importante durante o período colonial. Não beneficiou diretamente da economia açucareira, tampouco do ciclo do gado³² que se seguiu. Assim, em 1810, a cidade ainda contava com menos de 2000 habitantes. Só se consolidou como a cidade mais importante do Estado na segunda metade do século XIX. O comércio de cera de carnaúba³³, de café e, principalmente, de algodão, comercializado a preços altos devido à Guerra Civil nos Estados Unidos, fez a cidade expandir-se. Surgiram praças, ruas, edifícios públicos e instituições educacionais, literárias e científicas, ao mesmo tempo que melhoraram os serviços, o transporte e as comunicações. Inspirado pelo modelo dos boulevards parisienses do Baron Haussman, o arquiteto fortalezense Adolfo Herbster deixou a sua marca na nova planta da cidade na década de 1870, início da *Belle Époque* (Gondim & Hallewell, 2004).

Como um verdadeiro pronúncio do infame contraste entre a miséria e a riqueza que tanto viria a caracterizar Fortaleza, este período de grandes transformações coincidiu com a grande seca de 1877-1880, que empurrou milhares de sertanejos para a capital. Ao longo do século XIX, foram as áreas mais pobres da cidade que mais cresceram, muito por causa da chegada de grandes números de sertanejos em fuga das secas do interior, mas foi só a partir dessa seca que o governo criou uma série de políticas para amenizar os efeitos destas catástrofes naturais frequentes. Entre elas estava a criação de empregos em obras públicas, o que se traduziu num enorme crescimento populacional. Com a chegada de cerca de 114.000 flagelados, a cidade viu a sua população crescer temporariamente de 75.000 para 189.000 num curto espaço de tempo. Relatos da época demonstram claramente como estes refugiados sertanejos foram duramente *estigmatizados*³⁴ pela restante sociedade. Não só foram acusados de trazerem consigo miséria e até “barbarismo”, como também foram vistos como os grandes responsáveis pelos muitos problemas da cidade, desde prostituição e roubo a pragas e mendicidade (Gondim & Hallewell, 2004: 63-64). Apesar da quantidade enorme de refugiados desta seca de três anos, a população voltou a descer drasticamente nos anos que seguiram. Dois fatores explicam este decréscimo: por um lado, havia uma alta taxa de mortalidade devido a várias epidemias e, por outro lado,

³² A criação de gado em escala grande no sertão cearense começou no século XVII para dar resposta à demanda por carne e animais de tração para os engenhos de açúcar nas regiões florestais do litoral Nordeste. Como o porto de Fortaleza não possuía as condições adequadas, não chegou a aproveitar de veras do ciclo do gado (Gondim & Hallewell, 2004).

³³ Uma palmeira nativa do Nordeste do Brasil.

³⁴ Grifos meus.

havia uma migração maciça para outras regiões do Brasil com mais oportunidades de emprego, como era o caso da Amazônia durante o ciclo da borracha. Enquanto Recife, outra cidade nordestina, em 1920 já contava com uma população de 240.000 habitantes, a de Fortaleza não passava dos 78.000. Mesmo assim, fizeram-se investimentos na infraestrutura urbana. As zonas mais pobres não foram incluídas nestas iniciativas, ficando assim muito afastadas do restante da cidade e quase sem infraestrutura alguma. Além do mais, os muitos refugiados que chegaram a Fortaleza, especialmente após as secas de 1915, 1932 e 1942, foram confinados em lugares que eram uma espécie de campos de concentração. Foram estes acampamentos que contribuíram para a formação das primeiras favelas da cidade no início da década de 1930 (Campbell, 2017; Garmany, 2011; Gondim & Hallewell, 2004).

Só a partir desta década se constatou um crescimento populacional relevante, parcialmente devido a medidas como vacinação contra as doenças epidémicas, mas também por causa das secas que continuaram a empurrar mais sertanejos para a capital cearense. Assim, a população mais que duplicou: já tinha chegado a 180.000 habitantes no ano de 1940. Muitos tornaram-se pescadores e instalaram-se nas zonas pobres na faixa litoral. Dez anos depois, a população atingiu 270.000 habitantes, o que foi o maior crescimento de todas as capitais nordestinas da década. Em 1960, ultrapassou pela primeira vez a marca de meio milhão. Mas os anos 1960 foram bastante turbulentos, sobretudo em termos dos efeitos desastrosos das secas de 1952 e 1958 na agricultura, a perda de terreno dos minifúndios para a pecuária e para plantações de cultivo comercial no sertão, e o comércio estagnado e a indústria limitada e em dificuldades em Fortaleza. Nesta época, as favelas multiplicaram-se, ao mesmo tempo que apenas 12 por cento dos edifícios na cidade estavam conectados à rede de água. No fim da década, a estrutura urbana foi transformada através do financiamento de habitação de renda baixa e média pelo Banco Nacional de Habitação, uma instituição federal fundada em 1964. Estas medidas, resultantes de políticas públicas, causariam uma expansão imobiliária nas décadas seguintes, porém em áreas onde viviam principalmente as classes médias e altas. Enquanto isso, construíram-se também blocos inteiros de casas com condições mínimas na periferia da cidade e começou-se a remover favelas, contribuindo assim para a segregação espacial da cidade e para a expansão da área metropolitana. Só a partir de 1975, quando a população já era mais de 800.000, é que estratégias começaram a ser desenvolvidas para de facto incluir mais as favelas na cidade como um todo. A população nunca mais deixou de crescer, subindo para 1,3 milhões em 1980 (Campbell, 2017; Garmany, 2011; Gondim & Hallewell, 2004).

Uma boa parte da população da capital do Ceará vivia em precariedade nos anos 1990. Quase um terço da população vivia em favelas, localizadas em 87 dos 114 distritos municipais

da cidade. Mas a precariedade traduzia-se especialmente num sector informal em crescimento exponencial. No que toca à desigualdade, o cenário não era muito melhor. Dados de 1990 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que Fortaleza estava nos piores lugares das então nove regiões metropolitanas do país³⁵ em termos de distribuição do rendimento. Também em termos de emprego, as questões do desemprego e subemprego continuaram complicadas, bem como a expansão da economia informal. Esta última incluía 49 por cento da população ativa em 1980, formando assim a principal fonte de emprego em Fortaleza, apesar do aumento do emprego no setor industrial. Nos anos 1990, o índice de informalidade continuou alto, com 36 por cento (Gondim & Hallewell, 2004: 62-66).

Não obstante este panorama urbano e social pouco animador, a *imagem*³⁶ de Fortaleza nesta altura conheceu uma transformação profunda. Dado que, a partir dos anos 1990, começou a haver um grande foco no turismo e um conseqüente aumento no número de visitantes, num espaço de uma década a antiga imagem de seca, atraso e miséria teve de ceder lugar a uma imagem bem mais idílica de uma cidade moderna e desenvolvida. Com a sua Beira-Mar e as praias paradisíacas, ondas e vento para surf e kitesurf todo o ano, e temperaturas sempre amenas e estáveis, este lugar perto do equador tornou-se um destino predileto para turistas e para a classe (média) alta. Segundo pesquisas da época, o “Miami do Nordeste Brasileiro” não só agradou aos turistas brasileiros, que tornaram a cidade no destino turístico mais popular do Brasil, mas também aos próprios habitantes, cuja esmagadora maioria indicou gostar de viver em Fortaleza. Esta nova imagem não é só fruto de um marketing político bem direcionado. Também foi o resultado de um processo histórico que formou uma estrutura urbana marcada por contrastes, em que o espaço público central foi sendo melhorado, ao mesmo tempo que os precários foram sendo segregados. O contraste entre esta cidade rica e solarenga e as comunidades urbanas fragilizadas da cidade dificilmente podia ser maior, como é o caso em tantas cidades brasileiras. Os sertanejos em fuga das secas e os seus filhos continuam a chegar, razão pela qual o número de pessoas sem-teto e as favelas continuam a crescer. São estas comunidades na costa de Fortaleza que trazem de volta a antiga dicotomia litoral/sertão, porque dentro das suas favelas, o sertão está sempre presente através das pessoas que se viram

³⁵ Em 1973, em plena ditadura militar, foram criadas as primeiras nove regiões metropolitanas do país. Foram estas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza. Como a partir da Constituição de 1988 a criação de novas regiões metropolitanas passou a ser dos estados, o país conta hoje com várias dezenas delas (Barreto, 2013).

³⁶ Grifos meus.

obrigadas a fugir desse interior quente e extremamente seco do Nordeste brasileiro (Garmany, 2011; Gondim & Hallewell, 2004).

Hoje, estamos perante uma cidade com 2,4 milhões de habitantes, a quarta cidade mais populosa e a capital mais densa do Brasil, situada num Estado que, em 2023, registrou uma taxa de informalidade de 52,7 por cento no mercado de trabalho (Costa, 2023; “Censo do IBGE”, 2023). Na cidade de Fortaleza, segundo números de 2021, 44 por cento da população ativa está inserida no mercado informal (Observatório de Fortaleza, 2024). A capital cearense, com os seus contrastes agudos entre riqueza e pobreza, entre desenvolvimento e precariedade, é assim o resultado de um processo histórico relativamente recente, em que o sertão nunca está muito longe.

Lima (2011: 72) aponta que no uso do termo “sertão”, apesar de, a partir de *Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha, ter sido usado para referir-se a áreas de clima semiárido do Nordeste, na prática não havia precisão geográfica, “o que se evidencia na diversidade de lugares em relação aos quais foi utilizado: da Amazónia aos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro”. O termo, na verdade, passou a ser sinónimo de lugares onde o poder público brilha pela sua ausência. Seja a favela, o sertão ou o subúrbio, estes lugares sempre foram considerados “não-lugares”, territórios em crise, caracterizados pela miséria e pela sua subalternidade. Representam o outro lado de um Brasil moderno e positivista. Esses espaços, conforme aponta a autora, tornam-se uma espécie de “cartão-postal perverso”, valorizados pela sua autenticidade. Estes são também temas caros ao cinema brasileiro desde o advento do Cinema Novo, que nasce num tempo em que a modernidade e a conseqüente desigualdade estão em alta e onde se destaca o legado de Glauber Rocha (Bentes, 2007: 242-243).

Não apenas é importante como estes lugares são interpretados, mas também, e principalmente, como são *representados*³⁷. No seu manifesto tão famoso como radical intitulado *Estética da fome* (1965), Rocha criticava duramente os clichês e o paternalismo, e especialmente a romantização da pobreza, da fome e da miséria sertaneja, mostrando-os a partir de um cenário de beleza paisagística. Para o cineasta, a única representação possível é através da violência simbólica, ou seja, mostrar a pobreza num cenário de crueza, recorrendo a uma espécie de “pedagogia da violência”. Nos anos 1990, o discurso volta a mudar radicalmente,

³⁷ Grifos meus.

com um retorno à folclorização, tornando o sertão e a favela consumíveis para as grandes audiências. Ao avançarmos para o século XXI, a miséria e a violência, principalmente nas favelas, tornaram-se algo típico e não problemático, *algo que existe e que não tem solução*³⁸, partes de um contexto de globalização e de cultura de massas (Bentes, 2007: 242-247). É o mesmo eterno dilema do pensamento social brasileiro sobre o que é o sertão, ou *qualquer outro espaço de exclusão*³⁹ e sobre as questões urbanas.

Esta brevíssima incursão no cinema brasileiro e as representações das subalternidades permite, de alguma forma, mesmo que de modo reduzido, mostrar como a violência urbana no Brasil tem sido representada pela sociedade como algo inquestionável, uma realidade que “simplesmente é assim”. Apesar desta constante mistificação da violência urbana, a sociedade não deixa de ser um espaço de sobreposição de subalternidades radicais. É neste espaço que os excluídos e incluídos se encontram num estado de confronto permanente e em que a violência atravessa a territorialidade.

³⁸ Grifos meus.

³⁹ Grifos meus.

2. Violência urbana – de gangues a facções

*Rezo pa que as cria
Nunca seja batizada
Sei nem o que é glock
Quero as zárea sossegada*

*Fingindo costume
Mas com medo das rajada
Chei de não-me-toque
Me chamando de "meu chapa"*

*Rezo pa que as cria
Nunca seja batizada
Sei nem o que é glock
Quero as zárea sossegada*

*Fingindo costume
Mas com medo das rajada
Chei de não-me-toque
Me chamando de "meu chapa"*

*Tiro a poesia da garganta destravada
Debochou de mim
Mas tenho a força da palavra
Eu de manhã vou pro trabalho mas*

*Quando é tarde da noite
Quando é tarde da noite eu choro
Eu choro
Eu chorei*

[Mateus Fazeno Rock, “Rezo”, 2023]

Seria difícil imaginar, para quem nos anos 1980 celebrava o início da democracia, que as décadas subsequentes trariam desafios igualmente grandes ou até maiores. Se a ditadura causou em tempos danos significativos à sociedade brasileira, hoje, um dos temas mais agudos com que esta se confronta é a violência urbana. Embora nunca tenha deixado de ser um tema ao longo do século XX, é evidente que assumiu outras proporções nas últimas décadas, sincronizando-se com o capitalismo global. À medida que se espalha pelas ruas, a violência invade as conversas quotidianas em casa, na rua, na escola ou no trabalho, bem como no debate acadêmico em seminários e congressos, e nos inquéritos e nos processos judiciais. Há muito que o tema da violência tornou-se, também, central no debate público na comunicação social, convertendo-se em autêntica mercadoria que nutre as fronteiras do sensacionalismo e raramente analisando as questões sociais, de pobreza e de desigualdade que estão por trás. A violência passou também a ditar práticas informais e acordos tácitos sobre o que se pode ou não fazer, impactando assim a vida quotidiana. Independentemente de o aumento ser real ou meramente percebido como tal, as suas consequências fazem-se sentir a nível simbólico, económico e político. Nas últimas décadas, as sondagens têm indicado que o crime violento, cometido nas ruas, constitui uma das principais preocupações das populações metropolitanas brasileiras. Assim, as imagens das cidades, outrora associadas à liberdade, civilidade e segurança, são hoje marcadas pela deterioração da qualidade de vida urbana e pelo medo constante da vitimização (Zaluar, 2000).

A violência urbana é inseparável do contexto em que está inserida. Sendo a sociedade brasileira uma sociedade atravessada por passados difíceis, caracterizada pela memória da escravidão e do colonialismo, a violência de hoje não ocorre num vácuo. Na primeira parte deste capítulo, analisar-se-á a violência urbana, com especial foco nas mortes violentas na sociedade urbana brasileira, cujas principais vítimas e agentes são os homens jovens, pobres e marginalizados das periferias. É nestes espaços que se concentra a violência latino-americana e brasileira e onde ela se cruza com o tráfico de drogas ilícitas. O nexos drogas-violência merece atenção especial nesta questão, assim como o papel da presença constante de armas. Na segunda parte, aprofundar-se-á o tema do crime organizado no tráfico de drogas, explorando o papel das galeras, das gangues e das facções. Estas últimas, especialmente, merecem particular atenção, num momento em que o território brasileiro se encontra dividido pelas diferentes facções e pelas fronteiras invisíveis que elas criam.

2.1 Juventude periférica e violência urbana

A violência urbana, a insegurança e a criminalidade à escala transnacional são preocupações significativas e presentes em muitas cidades do mundo nos dias de hoje. John P. Sullivan (2022) define o conflito urbano como o resultado de lutas de poder em que vários atores procuram exercer controlo. Estas lutas não ocorrem isoladamente. Como o capítulo anterior já demonstrou, a violência desenvolve-se contra o pano de fundo de uma política económica global em profunda mudança. Para além dos fluxos económicos lícitos, as cidades tornaram-se também espaços onde vários atores, como gangues, facções e cartéis, exploram fluxos ilícitos globais, desafiando as populações locais, bem como o Estado no seu funcionamento normal. Entre o que é lícito e ilícito, ou legal e ilegal, existe uma ampla zona cinzenta, que tem um efeito prejudicial nas dinâmicas de poder político e na aplicação da lei (Sullivan, 2022).

A América Latina, em particular, regista altas taxas de criminalidade. Apesar de representar apenas oito por cento da população mundial, a região concentrava, em 2017, não menos de 38 por cento das mortes violentas intencionais a nível mundial, com cerca de 140.000 homicídios apenas nesse ano. Para colocar este número em perspetiva: esta violência custou mais vidas em apenas sete países latino-americanos –Brasil, Colômbia, Honduras, El Salvador, Guatemala, México e Venezuela – do que nas guerras no Afeganistão, Iraque, Síria e Iémen, todas juntas (Sullivan, 2022). Embora a violência nunca tenha deixado de ser relevante, ela sofre oscilações ao longo do tempo e na sua distribuição pelos países e cidades da América Latina. Um agravante nesta situação é o facto de a região ser também a mais urbanizada do chamado mundo em desenvolvimento. Concretamente, mais de três quartos da população latino-americana vive em cidades, o que é o dobro do que acontece em África e na Ásia. Isto significa mais famílias deslocadas, mais desigualdade de rendimentos e maior desemprego entre homens jovens, entre outros efeitos negativos. A falta de capacidade do governo e uma polícia corrupta e/ou ineficaz, combinadas com a ausência de uma voz política para uma população historicamente e estruturalmente desfavorecida, tornam as gangues, as facções e os cartéis uma forma viável de garantir a sobrevivência e de conquistar poder num cenário que lhes nega tudo isso. Cidades em vários países latino-americanos, entre os quais também o Brasil, são duramente afetadas pelo crime organizado (*Ibidem*, 2022: 255-256).

Alba Maria Zaluar (2019) também aponta para um aumento significativo da violência no Brasil. A autora explica que este aumento no país só começou no final da década de 1970. Ao longo dos anos 1980, a taxa de homicídios começou a crescer exponencialmente, chegando a

triplicar no Rio de Janeiro. Nos anos 1990, São Paulo sofreu uma duplicação dessa taxa. A partir de 2000, as taxas subiram descontroladamente em quase todos os estados das regiões Norte e Nordeste. Em 2015, a taxa de mortes violentas intencionais, incluindo também mortes por intervenção legal, chegou a ser de 53,8 por cento do total de óbitos. Nesse ano, registaram-se 59.080 mortes violentas intencionais no Brasil, o que corresponde a 28,9 por 100 mil habitantes. Dois anos mais tarde, já tinha subido até 30,8 por 100 mil habitantes (Zaluar, 2019).

A situação agrava-se ainda mais quando se observa que é entre os homens jovens, na faixa etária dos 15 aos 29 anos, que o homicídio está cada vez mais concentrado, especialmente nas metrópoles, cidades e regiões mais ricas e com mais crescimento populacional e econômico. Dentro dessas áreas, são os bairros mais pobres que mais sofrem com essa violência. Dados de 1991 sobre mortes violentas no Brasil, do Ministério da Saúde, ilustraram como o cenário no país evoluiu para algo semelhante a um país em guerra: na faixa etária entre os 20 e os 39 anos, morriam 12,5 homens para cada mulher no Brasil (Zaluar, 2000: 249-250). Nas palavras de Zaluar:

Se uma das funções das guerras entre nações foi resolver a questão do excesso populacional dos países envolvidos, essa nova guerra privatizada do final do milênio parece contribuir para eliminar uma parcela cada vez mais considerável dos chamados, ora “excedentes”, ora “marginais”, ora “excluídos” (*Ibidem*, 2000: 263).

Estes sujeitos são majoritariamente as juventudes pobres e marginalizadas em territórios periféricos das grandes cidades no Brasil. Pela sua associação com o risco e a violência, são classificados como “jovens matáveis”, a quem, no vocabulário de Fortaleza, se atribui a alcunha de “envolvidos” (Barros & Benício, 2017: 34-36). Retomando a anteriormente mencionada zona cinzenta entre o lícito e o ilícito, é esta zona que o filósofo italiano Giorgio Agamben vê como estando em constante expansão. A crescente indiferenciação entre ambos provoca uma linha de sombra na vida urbana como um todo. Esta vida urbana, marcada por uma zona de indiferenciação, é propícia à criação de situações cada vez mais graves e frequentes, que desmantelam formas de vida existentes (Agamben *Apud* Telles, 2010). A violência que atravessa a experiência urbana e que se desenvolve no que Agamben chama de “estados de exceção”⁴⁰ vai também alargando a zona de indeterminação entre o que é legal e o que não é,

⁴⁰ Em *Estado de Exceção* (2010), Giorgio Agamben, argumenta que o estado de exceção começa a tornar-se o paradigma normal de governação, assinalando “um limiar em que a lógica e a prática se indeterminam e uma pura violência sem *logos* pretende atuar um enunciado sem qualquer referência real”. Agamben descreve o estado de exceção como a suspensão do ordenamento jurídico, que

com os limites entre os dois tão incertos quanto movediços. Esta zona potencialmente transforma os sujeitos que nela habitam ou transitam em figuras do *homo sacer*, ou seja, em “vida matável”. Agamben denomina esta vida do *homo sacer* como “vida nua”, ou seja, a vida despojada de qualquer direito, “exposta à morte e insacrificável” (Agamben, 1998: 17).

Foucault explica o processo através do qual, no início da Idade Moderna, a vida natural começou, por um lado, a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder do Estado e, por outro lado, a política se transformou em biopolítica. Segundo Foucault, o “limiar da modernidade biológica” de uma sociedade situa-se no ponto em que a espécie e o indivíduo enquanto corpo vivo passam a ser inseparáveis das estratégias políticas. A biopolítica está, de acordo com Foucault, profundamente conectada com o capitalismo e o (neo)liberalismo, pois esses sistemas não teriam sido possíveis sem o controlo disciplinar efetuado pelo novo biopoder (Foucault *Apud* Agamben, 1998: 12-13). A maneira como esta nova grelha de governamentalidade – descrita como a arte de governar o menos possível, o governo frugal ou até a fobia ao Estado – lida com a população e os seus problemas, e especialmente como orienta o comportamento dos loucos, dos doentes, dos *delinquentes*⁴¹ e das crianças que dela fazem parte, é particularmente relevante para a nossa análise (Foucault, 2010: 47; 393).

Agamben, usando o projeto foucaultiano sobre a biopolítica como base, vai mais longe do que Foucault. Ele refere-se à figura do campo de concentração para caracterizar o paradigma político da modernidade. O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção, na sua essência uma suspensão temporária da ordem com base numa situação real de perigo, começa a tornar-se permanente, ou seja, a regra. Todavia, apesar do seu novo estado de permanência, também nunca deixa de estar fora da ordem normal. No campo de concentração, reina a indistinção entre exterior e interior, entre exceção e regra, e entre o lícito e ilícito. Uma vez lá dentro, os próprios conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica perdiam o seu valor. Por isso, na perspetiva do autor, “o campo é o próprio paradigma do espaço político no momento em que a política se torna biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão” (Agamben, 1998: 161-163). Esta mesma alusão pode ser aplicada na contemporaneidade, “na forma, por exemplo, das favelas, das prisões e de outros estabelecimentos de privação de liberdade, habitados por sujeitos descartáveis, semelhantemente à figura do *homo sacer*, aqueles cuja morte pode ser sumária, dispensando

estamos habituados a considerar uma medida provisória e extraordinária. Neste cenário, o estado de exceção torna-se a norma e determina cada vez mais a política interna dos Estados, bem como as relações intrínsecas que ligam violência e direito dentro deles.

⁴¹ Grifos meus.

processo legal” (Agamben *Apud* Barros & Benício, 2017: 34-36). No estado de exceção, a violência contra os sujeitos matáveis, como o *homo sacer*, nem sequer é considerada crime. Ele pode ser morto sem que o seu assassinio seja considerado homicídio. Como este sujeito representa o perigo e não se encaixa na ordem tão desejada dos Estados modernos, a sociedade deve ser protegida contra ele. É justamente através desta exposição constante a uma incondicional ameaça de morte que o *homo sacer* se mantém para sempre em relação com o poder que o banuiu. Neste sentido, “como sabem os exilados e os bandidos, nenhuma vida é mais “política” do que a do *homo sacer*” (Agamben, 1998: 172-175).

Não contribui para melhorar esta situação o facto de, ao longo do século XX, terem sido criadas e reforçadas construções sociais – e subjetivas – sobre conceitos como o ‘emprego fixo’ e a ‘família organizada’ e os seus respetivos papéis nos processos de reconhecimento, aceitação, legitimação social e até no direito à própria vida. Quem foge destes padrões é classificado como ‘sujeito perigoso’, na melhor das hipóteses olhado com desconfiança e, na pior, evitado, afastado, enclausurado e/ou até exterminado. Com o advento do neoliberalismo, também desapareceu a mentalidade dominante na era do capitalismo liberal. Isto significa que, se antes ainda se olhava para os jovens pobres e periféricos como sujeitos que podiam ser disciplinados, normatizados e, assim, transformados em “cidadãos honestos, trabalhadores exemplares e bons pais de família”, hoje tornaram-se não só desnecessários num mercado de trabalho em transformação, mas também as suas vidas se tornaram dispensáveis, justificando-se assim o seu extermínio (Coimbra & Nascimento *Apud* Barros & Benício, 2017: 39).

Na relação entre a violência letal contra estas figuras contemporâneas do *homo sacer* e o seu extermínio, a chamada biopolítica de “guerra às drogas”, levada a cabo pelo Estado em nome da segurança, tem um papel crucial e estratégico. Quando ao longo do século XX, as drogas se tornaram uma ameaça central, passaram a representar não só um perigo para o indivíduo e para a população em geral, mas também um problema de interesse diplomático e militar. Na lógica da biopolítica da guerra às drogas, o uso de drogas está associado a hábitos condenáveis de determinados grupos, o que, por conseguinte, permite a categorização e divisão da população entre os saudáveis e não criminosos de um lado, e os doentes e os criminosos do outro. É com esta linha de pensamento que se tenta legitimar mortes que ocorrem pelas mãos de representantes do Estado nas periferias urbanas, associando-as à existência de antecedentes criminais ou ao possível envolvimento das vítimas com o tráfico de drogas Souza *Apud* Barros & Benício, 2017: 36-37).

Na leitura que Barros e Benício fazem de Michel Foucault, o racismo de Estado seria uma maneira de separar os sujeitos que devem viver dos que devem morrer (Barros & Benício,

2017). Por consequência, os últimos – sujeitos considerados perigosos e frequentemente chamados de “bandidos”, “vagabundos”, “menores” ou “drogados” – são frequentemente desumanizados pelos primeiros. Este é um argumento instrumental para estes autointitulados “cidadãos do bem” justificarem que a exposição à morte ou até o extermínio destes sujeitos perigosos é necessário para o bem da sociedade. Quando articulamos o extermínio das figuras contemporâneas do *homo sacer* de Agamben no Brasil com o racismo de Estado de Foucault, percebemos que não só os cidadãos, mas também os territórios urbanos são hierarquizados. Assim, distingue-se entre os territórios que devem ser protegidos e os que maximizam os permanentes “estados de exceção” de Agamben. É claro que as favelas, territórios onde prolifera o que Agamben chama de “vida nua”, fazem parte desta segunda categoria (Barros & Benício, 2017: 37-42).

À luz do fenômeno dos homicídios de jovens nas periferias das cidades, fica claro o quão problemático é o rótulo de “envolvido” ou “bandido” que tantas vezes é atribuído aos jovens pobres e periféricos, considerados “indignos de estarem vivos” (*Ibidem*, 2017: 38). Ainda mais problemático é o facto de não serem os atos infracionais de um indivíduo que o caracterizam como delinquente, mas sim a sua própria vida, como ilustra Foucault (*Apud* Barros & Benício: 38). Como a delinquência é assumida como uma característica biográfica, mais do que resultado de um ato real, ela já existiria antes da infração ou do crime ser cometido. Esta constante conexão entre juventude, pobreza e periculosidade social, tão presente no cenário atual das periferias urbanas brasileiras, faz da figura do “jovem envolvido” uma das maiores expressões do “inimigo público” da sociedade. Isto cria uma certa “identidade para o extermínio” para a segurança pública e as suas políticas militarizadas, o que faz com que as desigualdades sociais que tanto marcam a sociedade sejam sujeitas a uma gestão diferencial. Do mesmo modo, as representações mediáticas dos sujeitos contemporâneos do *homem sacer* no Brasil contribuem fortemente para a ideia de que a culpa seja sempre do morto – sujeito classificado como delinquente e, portanto, matável, cuja vida tem um valor inferior ao dos cidadãos de bem – em vez da abordagem militarizada da segurança pública. Quem nunca ouviu alguém proliferar a infame frase “bandido bom é bandido morto”? (Barros & Benício, 2017: 38-40).

Intrinsecamente conectado a isso está o papel da militarização da política e da polícia nos homicídios de jovens nas periferias brasileiras. Segundo dados de 2015 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as mortes por intervenção policial representaram não menos de cinco por cento do total de mortes violentas intencionais nesse mesmo ano (*Ibidem*, 2017: 39). Reis e Guareschi têm uma perspectiva clara sobre as razões pelas quais o Estado obteve um certo poder de vida e morte na sociedade brasileira:

As preocupações sociais em relação à segurança têm se constituído como uma das problemáticas centrais na contemporaneidade. Essas preocupações produzem efeitos na organização do espaço urbano, nos modos como nos vestimos, como circulamos no dia a dia das cidades, como nos relacionamos com os outros e mesmo na forma que elegemos nossos representantes políticos. É em nome da proteção social à ordem social e frente a esse sentimento de insegurança que a população delega ao Estado o uso da violência legítima (Reis e Guareschi Apud Barros & Benício, 2017: 41).

2.1.1 Nexus criminoso: drogas, armas e violência urbana

Neste cenário social de insegurança, tem-se dado um papel central à suposta correlação entre o uso de drogas e a violência. Isto pode ser atribuído ao facto que o crescente uso de drogas ilegais e o aumento da taxa de criminalidade coincidiram no tempo, o que levou à fabricação de uma ideia de forte associação entre ambos os fenómenos na opinião pública, ao mesmo tempo que criou solo fértil para políticas públicas que usam esta suposta correlação como ponto de partido (Zaluar, 2019). Apesar de não ser fácil obter números exatos sobre atividades ilegais, diversos estudos da década de 1980 avaliaram que a produção de cocaína começou a aumentar radicalmente a partir de 1982. Estimativas do United Nations Drug Control Programme (UNDCP), publicadas em 1997, apontaram inclusive para uma duplicação dos valores entre 1985 e 1988, e calcularam que os negócios ilícitos das drogas tenham chegado a valores de 40 bilhões de dólares anuais em 1995. Esse número representava oito por cento do comércio internacional, igualando-se à indústria petroléira, têxtil e de turismo, e superando a indústria automóvel e a do ferro e do aço. Ao mesmo tempo, a cocaína começou a ser vendida por preços baixos aos usuários em boa parte do mundo, inclusive no Brasil. O uso dessa droga é frequentemente associado a um estilo de valorização do dinheiro, do poder e da violência. Especialmente este último elemento revelou-se problemático: no final do milênio, as várias formas de violência que eclodiram em basicamente todos os países do mundo ocidental podiam ser explicadas pelo vínculo com o crescimento das máfias e das redes do crime-negócio (Zaluar, 2000: 257-262).

A associação entre o uso de drogas e violência também já foi feita por Paul Goldstein (1985) numa publicação de 1985⁴² sobre drogas e violência nos Estados Unidos, ambas em ascensão

⁴² A pesquisa de Goldstein tinha como foco a criação de um quadro conceptual para a relação etiológica entre, por um lado, o uso e o tráfico de drogas e, por outro lado, a violência. A sua análise consta que

nesta época. Segundo este autor, o uso e o tráfico de drogas são fatores etiológicos para um leque variado de fenômenos sociais, como problemas a nível de saúde, carreira escolar e dinâmicas familiares, bem como crime e violência. Para além do uso de drogas, o autor também indica que o contexto social em que o uso acontece igualmente tem um papel (Goldstein, 1985).

O que Goldstein chama de modelo sistémico de violência está intrinsecamente conectado com o envolvimento com qualquer substância ilícita. Violência sistémica refere-se aos padrões de interação tradicionalmente agressivos dentro do sistema de distribuição e do uso de drogas. Disputas territoriais entre traficantes rivais, castigos pela falta no pagamento de dívidas ou pela venda de drogas adulteradas, assaltos a traficantes e as consequentes retaliações, e a eliminação de informantes são alguns exemplos desse tipo de violência. Esses exemplos já indicam que quem costuma ser vítima da violência são, em geral, mas não exclusivamente, aqueles que estão envolvidos no uso ou no tráfico de drogas. Acontece com um número não irrelevante de usuários ficar eventualmente envolvido na própria distribuição de droga, aumentando assim o risco de se tornarem vítimas ou autores de violência sistémica. A importância do modelo sistémico na explicação da relação entre drogas e violência está também nos resultados de vários estudos que mostram que, ao contrário dos traficantes, a maioria dos usuários não costuma ser violenta. O que Goldstein argumenta é que, em vez de estudar a relação entre drogas e indivíduos, seria provavelmente mais relevante estudar os *lugares*⁴³ onde a violência sistémica acontece. Muito mais do que olhar para o chamado crime de rua, significa olhar com mais profundidade para o mercado ilícito e as suas redes sociais e económicas de usuários e vendedores. É no mundo subterrâneo que a violência está em crescimento exponencial, como consequência da competição intensa para os grandes lucros que o mundo das drogas fornece (Goldstein, 1985: 497-503).

Na mesma linha, Zaluar (2019) constata que a coincidência no tempo entre o aumento da taxa de criminalidade e o uso de drogas ilegais levou a conclusões apressadas, pois existem de

drogas e violência são correlacionados de três formas diferentes, entre quais pode haver sobreposição. Uma primeira forma é a violência psicofarmacológica, que sugere que alguns indivíduos podem demonstrar comportamentos violentos como consequência do uso de certas substâncias, seja da parte do infrator ou da vítima. Um segundo modelo é a violência económica compulsiva, em que é sugerido que alguns usuários de drogas se envolvem em atividades criminosas, como roubo, com o objetivo principal de poder financiar os custos altos do uso de droga. A violência geralmente é a consequência de algum fator no contexto social em que o crime económico é cometido. As vítimas mais comuns deste tipo de violência são os moradores locais e frequentemente são pessoas que também de alguma forma estão envolvidas em atividades ilícitas, como outros usuários, pessoas de fora que vêm comprar drogas, ou prostitutas. Por fim, tem a violência sistémica, que é a forma mais relevante para esta dissertação (Goldstein, 1985: 494-496).

⁴³ Grifos meus.

facto outros fatores que podem, com credibilidade, lançar uma luz sobre o nexos drogas-violência. São esses fatores económicos, sociais e institucionais, tanto a nível micro como macrosocial, que são utilizados frequentemente nas ciências sociais para explicar a associação entre drogas e violência. Considerando que já sabemos que os homens jovens, pobres e marginalizados – os chamados “sujeitos matáveis” – são não só as principais vítimas, como também os principais agentes da criminalidade violenta, isso é, no mínimo, paradoxal (Zaluar, 2019: 57-58). É preciso observar o papel determinante da pobreza e da desigualdade em geral nesta questão. Já em 1980, o Brasil era um país de economia diversificada e moderna, mas simultaneamente ainda possuía instituições e tradições políticas e jurídicas antigas. Esses fatores foram responsáveis pelo facto de que o país apresentava uma das piores distribuições de renda a nível mundial, assim como desigualdades abismais no acesso à justiça e na justiça distributiva. Isso se traduz numa exclusão sistémica dos direitos sociais de cidadania pelo Estado, ou ainda numa impossibilidade de exercer direitos civis ou humanos, os chamados direitos formais das constituições nacionais, das demais leis escritas ou das declarações dos direitos universais do homem (Zaluar, 2000: 252-276).

Outros fatores que, segundo Zaluar (2019), podem explicar a associação entre drogas e violência, são o advento de mercados de drogas ilegais e as redes ilegais de traficantes, e a presença de armas de fogo. Um importante e muito estudado aspeto dessa relação são também as disputas e a forte concorrência entre atores no lucrativo negócio do tráfico transnacional de drogas ilegais, que abrange, entre outros, organizações criminosas, vendedores ambulantes, bocas de fumo no varejo e fornecedores de drogas e armas, para além da própria política. Para aqueles que vêem o crime organizado no tráfico de drogas e de armas como principal explicação para o aumento da violência urbana, inclusive homicídios, a perspectiva mais comum é que os altos preços que as drogas alcançam no mercado subterrâneo não têm como não levar à violência, seja para cobrar dívidas ou para exercer controle no mercado local. O argumento usado para explicar essa perspectiva sobre o problema é que as políticas de drogas do século XX tomam como ponto de partida a ideia de um mundo sem drogas. As consequências contraproducentes dessa abordagem têm sido visíveis em vários níveis, “do privado ao público, do indivíduo ao coletivo, da saúde à segurança pública, abarrotando o sistema jurídico com novas e muitas prisões, corrompendo as autoridades estatais e afetando negativamente a saúde dos usuários que são presos em vez de atendidos no sistema de saúde” (Zaluar, 2019: 57-62).

Como vimos, os debates sobre violência e crime organizado nas áreas mais carentes das cidades ainda recorrem muito ao argumento segundo a qual a pobreza, a desigualdade e a exclusão explicam por que muitos jovens, igualmente carentes, usam e traficam drogas. Mas,

se no continente americano, incluindo países como os Estados Unidos da América e o Brasil, esse argumento é muito recorrente, as diferenças abismais entre as taxas de criminalidade violenta nos países do continente americano e os países do continente europeu obrigam a considerar outros fatores. Ao contrário do que acontece nos países do continente europeu, em diversos países do continente americano, os jovens estão mais vinculados ao crime organizado, que infiltra também a vida económica, social e política desses países. Além disso, a inexistência de um controlo rigoroso de armas faz com que estas são ubíquas e mais fáceis de serem obtidas (Zaluar, 2019). Por exemplo, no final do milênio passado, os Estados Unidos detinham 43 por cento do mercado de armas no mundo. Na altura, existiam 67 milhões de pessoas armadas, com uma quantidade total estimada em cerca de 70 milhões de armas. Como o comércio interno de armas nos Estados Unidos é o único que não é regulamentado, escapa aos controlos do Estado. Por estas razões, não se pode excluir o impacto significativo do contrabando de armas no cenário de violência global. Apesar de serem negociadas legalmente nos seus países de origem, as armas entram de forma ilícita em países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais também o Brasil (Zaluar, 2000: 256-257).

São precisamente essas armas, omnipresentes nos diversos setores do tráfico de drogas, que explicam, em parte⁴⁴, o aumento da taxa de homicídios nas periferias urbanas. Seja nos “aviãozinhos”, responsáveis pela entrega da droga aos usuários, nas bocas de fumo ou nas facções dentro dos presídios, o culto viril às armas e à exibição do poder armado são aspetos que mais favorecem a violência ao longo da cadeia de distribuição de drogas (Zaluar, 2019: 68-72). O cocktail explosivo das drogas, das armas de fogo e a importância que é atribuída a elas, da hipermasculinidade exibicionista e da busca pelo enriquecimento rápido contribui para o crime letal entre esses adolescentes pobres, em plena fase de fortalecimento da sua identidade masculina. Contudo, as armas e munições que chegam constantemente às mãos do crime organizado nas favelas e periferias das cidades não provêm apenas do mercado subterrâneo transnacional; chegam também pelas mãos de polícias e militares corruptos. Estes últimos levam armas exclusivas das Forças Armadas diretamente aos traficantes de drogas, contribuindo assim para a criação de *um estado de combate armado permanente*⁴⁵ pelo controlo dos pontos de venda de drogas, bem como dos territórios urbanos em si. Mais tarde, são nesses territórios que essas armas irão matar outros agentes durante as operações de repressão às atividades ilegais do crime organizado (*Ibidem*, 2019).

⁴⁴ É relevante salientar que a porte de armas e os homicídios não são exclusivos do tráfico.

⁴⁵ Grifos meus.

A pesquisa de Margareth Zahn sobre os anos 1970 nos Estados Unidos chegou à mesma conclusão sobre a influência de armas nas taxas de violência e, mais especificamente, de homicídios, nas áreas onde circulam. Já naquela época, a autora sugeriu que a correlação entre mercados de produtos ilícitos e a taxa geral de homicídios por violência merecia mais atenção. Mercadorias escassas e muito procuradas, como produtos ilícitos em geral, exigem medidas extremas de controle. Uma vez criados, os mercados ilícitos têm de ser mantidos, ao mesmo tempo que existe o medo constante, por parte dos seus integrantes, de serem apanhados, seja por rivais, seja pela polícia. Esse medo aumenta a percepção relacionada com a necessidade de proteção, o que muitas vezes significa armar as pessoas envolvidas e, assim, aumentar a possibilidade de que essas armas sejam de facto usadas. Áreas caracterizadas por grande escassez e alta procura são mais propícias a conflitos intensos em torno desses produtos ilícitos, ainda mais quando são lugares com uma subcultura em que a violência é o *modus operandi*. Se nestas áreas houver fácil acesso a armas, o homicídio é uma consequência provável, contribuindo para uma maior taxa de homicídios na sociedade como um todo (Zahn *Apud* Goldstein, 1985: 500-501).

Tomando tudo isso em conta, ficamos com uma ideia mais clara sobre o papel da violência na vida dos jovens homens pobres. Em vez da suposta inclinação natural desses sujeitos à violência como fator explicativo, a realidade é bem mais complexa. A alta concentração de armas letais nas periferias das cidades é um dos elementos que leva ao aumento da taxa de homicídios nesses locais. Estamos assim perante uma situação que o criminologista Jeffrey Fagan denominou de “*ecology of danger*”, em que as favelas e as periferias das cidades em geral tornaram-se então parte das áreas quentes dessa ecologia. Mais concretamente, isso significa que os jovens homens vulneráveis são socializados de uma maneira que coloca num pedestal as armas de fogo, e o desejo e o manejo das mesmas, como elementos-chave da nova cultura de rua. Assim, eventualmente, acabam por criar as áreas quentes da sua própria morte prematura (Zaluar, 2019: 71-72).

Esta situação, à sua própria escala, coloca vários desafios, entre os quais a proteção da população. Aos atores ativos nesse panorama, como os serviços de segurança do Estado, a polícia e os órgãos urbanos políticos, cabe exercer várias funções, como proporcionar aos cidadãos infraestrutura física, serviços de saúde, educação e policiamento⁴⁶. A base dessas atividades é garantir a legitimidade do Estado em áreas contestadas, sejam elas apenas alguns quarteirões da cidade ou até favelas inteiras. Desafios operacionais substanciais que esses atores

⁴⁶ A polícia e o Estado estão envolvidos de forma mais ampla neste processo, inclusive como sendo, para além das milícias, também um dos fatores de estabilidade deste tipo de lugares.

podem encontrar nesses cenários urbanos incluem densidade populacional; diversidade demográfica; as características específicas de um lugar, como sua topografia; e considerações ambientais e ecológicas, como problemas de saneamento. Todas essas ações estão sob pressão numa situação de conflito urbano, que pode ser vista como uma “série de convergências distópicas de terrorismo urbano, crime urbano e guerra urbana” (Sullivan, 2022: 253-254).

Especialmente a convergência entre crime e guerra urbana causa a erosão do tecido social urbano, pondo em causa não só a vida urbana como também a estabilidade e a própria vida. No mínimo, o conflito urbano faz com que o endêmico crime de rua e as gangues espalhem o medo pela comunidade e cobrem uma espécie de impostos a ela. A níveis mais elevados, a vida social e econômica urbana é perturbada pelo terrorismo urbano e pelo cerco urbano (*Ibidem*, 2022).

2.2 Formas de organização do crime: de gangues a facções

Que o termo “crime organizado” não é de todo consensual é demonstrado pela existência de mais de 200 definições para descrevê-lo. Uma delas é proposta por Nucci:

A organização criminosa é a associação de agentes, com caráter estável e duradouro, para o fim de praticar infrações penais, devidamente estruturada em organismo preestabelecido, com divisão de tarefas, embora visando ao objetivo comum de alcançar qualquer vantagem ilícita, a ser partilhada entre os seus integrantes. Pode-se sustentar que a organização criminosa tem a visível feição de uma empresa, distinguindo-se das empresas lícitas pelo seu objeto e métodos ilícitos (Nucci *Apud* Santos, Souza, *et al.*, 2022: 39).

No entanto, na perspectiva de Lopes Junior, o crime organizado vai além disso. Mais do que apenas uma expressão em torno de práticas e acontecimentos, o crime organizado “fornece bases para [se] entender o cenário no qual se vive”. O que se pretende discutir aqui são as várias formas de crime organizado no Brasil, todas enraizadas num determinado contexto social que, de facto, determina a sua natureza. É com essa abordagem que olhamos para as gangues e, mais tarde, para as facções no país (Lopes Junior *Apud* Santos, Souza, *et al.*, 2022: 40).

Mundialmente, existe um longo histórico de crime organizado, como a máfia siciliana, e de *street gangs* em espaços urbanos, com as de Chicago sendo indubitavelmente um dos exemplos mais estudados. Essas gangues tradicionalmente eram vistas como veículos para a delinquência juvenil nas cidades e como potenciais locais de recrutamento para o crime organizado. Embora isso ainda seja verdade em alguns casos, há vários tipos de gangues de rua

com diferenças significativas entre elas. Enquanto algumas permanecem locais e focadas principalmente em atividades juvenis, como as galeras e algumas gangues locais, outras optam por seguir caminhos bastante distintos. Estas últimas chegam a atingir tal grau de sofisticação e alcance que acabam por desafiar os próprios Estados onde atuam (Sullivan, 2022: 270). Está é a situação com as facções criminosas no Brasil hoje em dia.

Segundo Zaluar (2019), o surgimento do crime organizado transnacional foi, depois do terrorismo mundial, um dos responsáveis por tornar o quadro da violência ainda mais complexo. Esse fenômeno transformou não apenas as relações microsociais nas áreas mais marginalizadas das cidades, mas também o submundo daqueles que são sistematicamente excluídos da sociedade, “racionalizando as suas atividades em torno de alguns ilícitos penais”. O crime mudou de escala, tornando-se Crime Organizado Transnacional (COT). Transformou-se numa empresa multinacional, polivalente e financeira, que culmina na lavagem de dinheiro proveniente das suas atividades. Qualquer conflito que surge, seja comercial, pessoal ou resultante de uma traição, é resolvido com violência (Zaluar, 2019: 55; 64).

Para entender melhor a evolução da violência ao longo do tempo até chegar a esse ponto, esta parte pretende aprofundar as coreografias de violência juvenil organizada no Brasil, fruto da exclusão social sem saída nem limites. Como diz Glória Diógenes, “a juventude é a vitrine dos conflitos sociais” (Diógenes, 2008: 162):

Para esses “jovens” (...) o desastre é sem saída e sem limites, nem mesmo ilusórios. Toda uma rede rigorosamente tecida, que já é quase uma tradição, lhes proíbe a aquisição não só de meios legais de viver, mas também de qualquer razão homologada para fazê-lo. Marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os ‘excluídos’ por excelência. Virtuoses da exclusão! Por acaso eles não moram naqueles lugares concebidos para se transformar em guetos? Guetos de trabalhadores, antigamente, e sem-trabalho, de sem-projeto, hoje (Forrester *Apud* Diógenes, 2008: 50).

Confinados a um mundo periférico onde são conseqüentemente segregados, esses jovens procuram refúgio em comunidades autocriadas. Diógenes afirma que, em reação às dificuldades de acesso e de inserção em comunidades transacionais, fenômenos inerentes à exclusão social, formaram-se esses grupos de “solidariedade fechada” (Diógenes, 2008: 43). No âmbito familiar, seus membros frequentemente experimentam uma sensação de descartabilidade. Acrescente-se a isso o facto de que o trabalho, muitas vezes fora do alcance desses jovens, deixou de ser uma fonte de reconhecimento ou uma garantia de uma vida mais digna. Nessa

rutura com os valores básicos da sociedade do trabalho, a experiência desses grupos vai se construindo na vivência absoluta e compartilhada de um tempo de ócio, que é quase sempre “livre”. Segundo Diógenes (2008), se a experiência vivida levou à conclusão de que “o trabalho não compensa”, os “vícios da ociosidade” tendem a tornar-se o referencial que orienta as atitudes quotidianas desse contingente de excluídos. A combinação entre a exclusão social, a vida familiar problemática, a ideia de que o trabalho não vale a pena e a ociosidade torna o dia a dia num jogo de sedução com os limites e a delinquência, em que o investimento no presente é absoluto (*Ibidem*, 2008: 43-47).

Ao mesmo tempo, do outro lado da cidade, vive-se cada vez mais refugiado em fortalezas e erguem-se muros cada vez mais altos. Movidos pelo medo do espetáculo da violência, cresce a ideia de que é necessário estigmatizar o morador “do lado de lá” e segregar o que é diferente (Diógenes, 2008: 17). Afinal, como escreve Leonardo Damasceno de Sá (2011), “a relação do “mundo de lá” da cidade com o “mundo de cá” da favela é baseada numa contínua e sistemática quebra de relações” (Sá, 2011: 348). Isso revela, segundo o autor, algo sobre o modo como as nações modernas foram imaginadas como comunidades de famílias “coirmãs” (*Ibidem*, 2011: 351). A nação encontra no conceito de família uma dimensão metafórica, em que a parentela com as famílias socialmente rejeitadas e indesejáveis é consistentemente negada, assim como o seu direito a garantias constitucionais. Conforme explica o autor, as famílias das favelas, compostas por pobres, pretos e indígenas, representam a parte indesejada da nação – aquela que se deve evitar, desprezar, desconfiar e até mesmo temer, e com a qual definitivamente não se deve misturar. O jovem pobre e favelado que se envolve com a violência age, de certa forma, contra o próprio Estado quando tenta redobrar o peso de uma violência da qual foi vítima a vida toda. O Estado é visto como cúmplice da expropriação das terras comuns pela expansão dos mercados capitalistas, principalmente o mercado imobiliário. Deslegitima qualquer modelo que não seja o da família nuclear de classe média, com seu respetivo poder de consumo (*Ibidem*, 2011).

As galeras, as gangues de rua e, mais tarde, as facções criminosas derrubam os muros e ultrapassam os limites que a sociedade segregadora estabeleceu, numa clara recusa da condição de “moradores do lado de lá” que lhes foi imposta. Quando a “cidade da desordem” se desloca e entra em contato com a “cidade da ordem”, a impressão é de que os moradores marginalizados “invadiram” a cidade (Diógenes, 2008: 87-88). Essa sensação já foi eternizada por Wilson das

Neves e Paulo César Pinheiro na famosa composição de 1996, quando cantaram sobre o medo da chamada sociedade do bem, na frase “*o dia em que o morro descer e não for Carnaval*”⁴⁷.

A seguir, discutiremos as várias formas de crime organizado no Brasil, começando pela diferença entre galeras e gangues. Em seguida, abordaremos as características das gangues, especialmente as de Fortaleza, usando como base a obra de referência de Glória Diógenes. Por fim, analisaremos com mais atenção para um dos fenômenos que mais preocupa a sociedade brasileira na atualidade: as facções criminosas.

2.2.1 Gangues

Nalgum momento, abriu-se uma brecha no tecido social da sociedade brasileira através da qual o crime organizado pôde se infiltrar. Antes das facções entrarem em cena, foram as galeras e as gangues que ocuparam os espaços deixados por uma sociedade em transformação, impulsionada pelo processo de globalização cultural⁴⁸. Esse processo de transformação cultural acelerou a difusão de novos estilos juvenis globais, convertendo os jovens em consumidores de produtos que lhes eram especialmente direcionados, como roupas, estilos musicais e drogas ilícitas. Isso coincidiu com uma mudança radical nas relações sociais onde, como indica Zaluar (2000), a família, a vizinhança, e o movimento social começaram a desintegrar. Se antes diferentes gerações iam juntas ao samba, nos bailes *funk* essa coesão já não existia. A violência penetrou nos conflitos familiares, comunitários e sociais, fragmentando-os. Segundo Zaluar, essa fragmentação das relações sociais foi um dos fatores que facilitou o domínio dos grupos de traficantes e, mais tarde, das gangues nos bairros periféricos. Além das outras questões

⁴⁷ Refere-se à canção “O Dia em Que o Morro Descer e Não For Carnaval” do álbum *O Som Sagrado de Wilson das Neves* (1996). A canção problematiza a realidade das favelas e dos seus moradores. Wilson das Neves critica o fato de que, aos olhos da sociedade do bem, os moradores das favelas só deveriam sair das áreas marginalizadas onde residem durante o Carnaval. No restante do ano, esperase que permaneçam nos seus espaços limitados, para não incomodar a classe média. As primeiras duas estrofes da canção expressam essa mensagem nos seguintes termos: *O dia em que o morro descer e não for carnaval / Ninguém vai ficar pra assistir o desfile final / Na entrada, rajada de fogos pra quem nunca viu / Vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil / Guerra civil. O dia em que o morro descer e não for carnaval / Não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral / E cada uma ala da escola será uma quadrilha / A evolução já vai ser de guerrilha / E a alegoria, um tremendo arsenal*. Para mais informações sobre este assunto, pode-se consultar: Pillar, Eduardo Hoffling Murat do (). O dia em que o morro descer e não for carnaval: samba e emancipação cultural. *Arcadia: Revista de Literatura e Crítica Literária*, 7/2021: 61-68.

⁴⁸ No que diz respeito às subculturas juvenis, é importante lembrar que existem outras conformações e experiências juvenis que também fazem parte das transformações ocorridas no processo de globalização cultural. Muito antes da questão das gangues, o emblemático trabalho *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano* (1994) de Helena Abramo já havia explorado essas outras subculturas em São Paulo.

estruturais analisadas anteriormente, esse processo criou uma brecha para o crime organizado e a violência, o que por sua vez enfraqueceu ainda mais as relações sociais mencionadas. Com o passar do tempo, as gangues começaram a espalhar o terror entre os moradores, impondo as suas próprias regras e interferindo nas redes de sociabilidade na periferia (Zaluar, 2000).

Essa periferia passou, simultaneamente, por outra transformação. Se esses espaços nas sombras das grandes metrópoles sempre foram associados a uma certa ética de trabalho e à ausência de consumidores, o prestígio do ‘emprego fixo’ começou a cair vertiginosamente, assim como ocorreu no restante da sociedade e no mundo em geral. De acordo com Coimbra e Nascimento, o século XX consolidou construções sociais que associam o “emprego fixo” e a “família organizada” a processos de reconhecimento e legitimação social. Aqueles que não se enquadram nesses padrões são vistos como “sujeitos perigosos”, criando um modelo de cidadania inacessível para muitos moradores marginalizados urbanos (Coimbra & Nascimento *apud* Barros & Benício, 2017: 39). A ausência de emprego formal e a busca pelo lucro fácil entre os jovens das periferias refletem essa exclusão (Diógenes, 2008). Segundo Pierre Bourdieu e outros pensadores, ficar fora do mercado de trabalho, que por tanto tempo foi considerado o bem supremo nas relações sociais, talvez tenha se tornado a “transgressão mais evidente da rebeldia urbana” (Bourdieu *Apud* Diógenes, 2008: 44). As gangues, de certo modo, instauraram uma ordem alternativa de valores, onde o tradicional valor atribuído ao emprego fixo foi substituído por uma forte desvalorização da ética do trabalho. Conceitos sedutores como a “vagabundagem”, o “ócio” e a exaltação do “lazer” conseguiram assim desafiar os pilares básicos da sociedade do trabalho (Diógenes, 2008: 44).

Desta forma, as galeras cariocas e as quadrilhas brasileiras podem ser interpretadas como organizações vicinais de juventude, conectando de forma definitiva jovens pobres e estigmatizados com a cultura de massa global e juvenil, que antes era terreno exclusivo dos jovens de classes média e alta. Assim, começou para esses jovens a fase de ‘hiperconformismo’, não só com seus pares na iniciação sexual, na música partilhada ou no uso de drogas ilícitas, mas também, e principalmente, na adoção de diferentes ethos guerreiros (*Ibidem*, 2008: 38-39; Zaluar, 2000: 301-302).

Na sua pesquisa sobre as gangues em Fortaleza, Glória Diógenes constava que a cidade, naquela época, era “um espaço mapeado por zonas de atuação de gangues e galeras”. Um integrante de uma determinada gangue, entrevistado pela autora, resumiu em poucas palavras a diferença entre ambas: “Gangues é um grupo formado por muitos, numa faixa de 30 a 50 acima e são violentos, a galera se forma entre 10 e 15 pessoas e se reúnem mais pra curtidão”. Numa entrevista com galeras em Recife, o discurso é muito similar: “Existe diferença entre a

galera e a gangue: galera é um grupo de jovens que sai para dançar, curtir, sair com a namorada. A gangue não, é para roubar, matar” (Diógenes, 2008: 139-143). Tanto em Fortaleza como em outros contextos urbanos das grandes metrópoles do mundo em geral, a denominação de galera, ou *galère*, tem sido bastante comum para descrever as manifestações juvenis de forma mais emblemática. O conceito de gangue surgiu ao mesmo tempo que a ideia de *desvio*⁴⁹ que lhe era associada, especialmente com a produção da Escola de Chicago sobre as gangues nos guetos dos Estados Unidos da América, a partir da década de 1950, e no Brasil, principalmente nas décadas de 1960 e 1970 (Diógenes, 2008).

Foi no final da década de 1970 que o baile *funk*⁵⁰ começou a consolidar-se no cenário musical carioca. Embora em ritmos diferentes, rapidamente espalhou por todo o país (Zaluar, 2000). Quando os bailes *funk* em Fortaleza⁵¹ começam a ganhar destaque como “território potencializador de práticas de violência” no início de 1993, vários nomes de galeras também começaram a aparecer nos jornais (Diógenes, 2008: 106). No entanto, estas galeras passaram a ser denominadas gangues, tornando cada vez mais tênue a linha entre jovens moradores da periferia e participantes de gangues. Apesar das diferenças significativas entre estes dois tipos de organização, galeras e gangues têm sido frequentemente, e de forma equivocada, classificadas pelos meios de comunicação social como sendo a mesma coisa. Qualquer grupo de jovens, especialmente os provenientes das zonas mais pobres da cidade, recebe facilmente o rótulo de gangue pela mídia (*Ibidem*, 2008).

O estereótipo em torno desses jovens também mencionado por Leonordo Sá na sua pesquisa sobre as favelas de Serviluz, em Fortaleza. Ele constatou que, a partir de 1990, os jovens desta

⁴⁹ Grifos meus.

⁵⁰ O baile *funk* no Rio de Janeiro tem as suas origens na década de 1970, influenciado pelo funk norte-americano. Contudo, foi apenas nos anos 1980 que ele se consolidou como um fenômeno cultural nas favelas cariocas. Inicialmente realizados em clubes, os bailes rapidamente migraram para as periferias, onde ganharam forte adesão popular. Estes eventos tornaram-se expressões centrais da juventude marginalizada, refletindo as tensões sociais, políticas e econômicas das comunidades periféricas. A partir dos anos 2000, o fenômeno expandiu-se e ganhou visibilidade nacional e internacional, mas também enfrentou crescente repressão e estigmatização, evidenciando a complexa relação entre cultura, território e poder nas periferias urbanas. O baile *funk* evoluiu, assim, de um simples evento musical para um espaço de resistência e afirmação cultural das favelas (Facina & Novaes, s.d.).

⁵¹ Tal como ocorre com muitos outros gêneros musicais, o baile *funk* também deu origem a diversos subgêneros quando à medida que se espalhou pelas diferentes regiões do Brasil. O gênero musical incorporou características culturais e ritmos específicos de cada região, resultando em variações regionais. No Nordeste brasileiro, por exemplo, o baile *funk* integrou elementos do forró eletrônico e do brega, um ritmo muito popular em Recife, originando o subgênero conhecido como *brega funk* (Fernandes, 2023). Além disso, as festas de baile *funk* em Fortaleza diferem das realizadas no Rio de Janeiro, onde o movimento teve início. Nos anos 1990, os bailes na capital cearense acabaram se associando fortemente às gangues e à violência. Em 2001, isto levou Fortaleza a ser a única cidade do país em que os bailes *funk* foram proibidos pela Polícia Civil (Fernandes, 2001).

comunidade começaram a ser sistematicamente representados pelos meios de comunicação como possíveis membros das mais temidas gangues juvenis da cidade (Sá, 2011). Para isso, basta ser morador da periferia, ter entre 13 e 20 anos, andar em grupos nunca mais pequenos que 10 pessoas, vestir roupas de “marca”, ter tatuagens, usar brinco e frequentar bailes *funk*. Esses estereótipos reforçaram o estigma já existente em torno de jovens pobres e periféricos, tornando difícil a distinção entre gangues e galeras. Existe uma tênue diferença entre as galeras que se organizam para ir aos bailes e praias, compartilhar músicas e drogas, e aquelas que têm o roubo, as brigas entre galeras ou os saques de bens e equipamentos coletivos como finalidade. O elemento de diferenciação que separa a galera da gangue é a violência. Portanto, uma galera pode-se transformar também em gangue ou oportunamente autodenominar-se como tal, apesar do caráter estigmatizante. Uma turma pode ser uma galera durante a semana, mas assumir-se como gangue na hora do baile *funk*. Como isso não acontece o tempo todo e as práticas de violência tampouco estão sempre presentes, a correlação linear e simplificadora entre gangues e violência, que leva à estigmatização dos jovens marginalizados, deve ser evitada. Por outro lado, as galeras frequentemente insistem em se diferenciar das gangues. Assim, parafraseando Diógenes, é válido dizer que toda gangue é uma galera, mas nem toda galera é gangue (Diógenes, 2008).

Assim posta a questão passemos então a discutir brevemente as diferenças entre ambas, antes de entrarmos em mais detalhes sobre gangues, crime organizado e a sua evolução para facções no Brasil.

Nas pesquisas realizadas sobre galeras no Rio de Janeiro, Zaluar (2000) traçou um perfil claro desse tipo de organização. Segundo a autora, as galeras são formadas por jovens do mesmo bairro, envolvidos em atividades recreativas, sendo o baile *funk* o principal exemplo a nível nacional. As galeras têm uma estreita relação com os bairros onde originaram, muitas vezes refletida nos seus nomes, mas não possuem hierarquia ou estrutura interna. Os jovens das galeras são quase todos estudantes e trabalhadores que dão grande importância às suas roupas, aos bailes e às brigas. Estas brigas são frequentemente provocadas por pequenas ofensas ao orgulho e sinalizam divisões territoriais entre os bairros que as galeras representam. Existem duas marcas que as galeras tentam evitar a todo custo. Nenhum integrante quer ser considerado “otário”, ou seja, “alguém a quem falta esperteza, alguém que se submete ao trabalho por salário baixo e que não se veste nem consome como os ricos”. Porém, mais humilhante do que ser considerado pobre é ser identificado como “bobo”, alguém que não tem disposição para brigar (Zaluar, 2000: 300). Embora a lógica da guerra entre galeras possa, às vezes, terminar de forma trágica, com agressões graves e assassinatos, a violência não faz parte de sua essência,

tampouco o envolvimento em práticas ilícitas. Quando praticam atividades ilícitas, os jovens das galeras o fazem de maneira transitória e intermitente, o que os distingue das gangues. Dentro das galeras, os jovens que ganham dinheiro são os DJs e MCs dos bailes *funk*. Os bailes, e não as brigas, são a principal atividade desses grupos, sublinhando mais uma vez seu caráter festivo. A catarse das emoções e as rivalidades que surgem são geridas de forma competitiva, porém controlada. Essa moderação na cosmologia das galeras também se reflete nas alcunhas dos seus integrantes, que geralmente são diminutivos carinhosos, em contraste com as gangues (*Ibidem*, 2000).

A pesquisa de Diógenes (2008) também demonstrou que as galeras têm uma finalidade mais voltada à “curtição”, onde atividades como “beber, namorar e dançar” desempenham um papel central (Diógenes, 2008: 139-140). As suas movimentações ocorrem mais nas vizinhanças dos territórios onde surgiram, sem delimitação concreta de área de atuação. Elas não têm um líder e não usam a violência para marcar sua presença nos espaços públicos. Surgiram por volta da metade da década de 1980, quando os bailes *funk* começaram a ganhar destaque nos clubes da periferia da cidade, limitados às sombras, becos e anonimato dos espaços segregados. No final da mesma década, a popularização dos bailes *funk* levou essas atividades para o centro da cidade, resultando na formação de diversas turmas de jovens que se autodenominaram galeras, marcando os anos 90. Todas elas têm um denominador comum: marcar uma presença impactante no cenário social das grandes metrópoles brasileiras, pelas mais variadas formas. Esses movimentos de expressão juvenil seguiram, grosso modo, dois rumos: os que têm a dança, a música, o desporto ou as artes gráficas como principal campo de manifestação, identificados como *galeras*, e os grupos que utilizam práticas coletivas de violência como forma de expressão, denominados *gangues* (*Ibidem*, 2008)⁵².

As gangues cariocas surgiram simultaneamente com o baile *funk* e as galeras. Segundo Zaluar (2000), consolidaram-se no Rio de Janeiro no final dos anos 1970, período em que começaram a conquistar território nas favelas. Assim como as galeras, as gangues⁵³ mantêm um vínculo forte com os bairros onde se formaram, mas diferenciam-se pela hierarquia com chefia instituída, pelos rituais iniciáticos, e por regras bem definidas. São compostas por um número relativamente pequeno de jovens integrantes, que compartilham o mesmo gosto pelo estilo, pelo baile e pelas brigas “que assinalam as divisões territoriais entre os bairros” (Zaluar,

⁵² Sobre este primeiro grupo, consulte, entre outros: Abramo, Helena Wendel (1994). *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta.

⁵³ A autora usa o termo “ganguê”, derivado da palavra “gang” em inglês, para se referir às gangues americanas, e o termo “quadrilha” para denominar as gangues brasileiras. No entanto, nesta dissertação, o termo “ganguê” será empregado para se referir a este tipo de organização no Brasil.

2000: 300). No entanto, uma diferença decisiva em relação às galeras é que as gangues são organizações cujo objetivo principal é o enriquecimento rápido de seus membros por meio de práticas ilícitas (*Ibidem*, 2000).

É nesse contexto que a hierarquia interna se revela, com importantes diferenciações entre os diversos “quadrilheiros” ou “bandidos”, sendo este último termo sinônimo daqueles que vivem permanentemente de atividades ilícitas e que têm a “disposição para matar” (*Ibidem*, 2000: 293). Dentro das gangues, existem os chefes, os “teleguiados” que obedecem aos seus comandos – uma categoria que os integrantes da gangue geralmente evitam –, os donos de bocas-de-fumo e os “aviões”, que trabalham para os chefes como vendedores de drogas. A importância da “cabeça” ou do chefe, assim como a hierarquia dentro das gangues, também é refletida nos nomes que elas adotam. Em vez de se referirem unicamente ao bairro, muitas gangues também fazem referência aos seus líderes (*Ibidem*, 2000: 293).

É por meio do fascínio pelas armas, do terror imposto aos bairros onde atuam e do controle sobre os territórios que os moradores percebem as gangues como agências de socialização que inspiram medo. São elas que empurram os seus filhos para a violência e a morte prematura. Para os seus integrantes, segundo Zaluar, a gangue é uma espécie de escola de crime da qual é extremamente difícil sair (Zaluar, 2000).

2.2.2 As gangues em Fortaleza

Como revelou a pesquisa de Diógenes (2008), os integrantes das gangues em Fortaleza têm, em média, entre 13 e 19 anos e vivem com as suas famílias. Estas, geralmente, são constituídas por uma mãe solo, com o pai ausente ou até mesmo envolvido em violência. Esses jovens, não se identificando com as suas famílias, evitam ficar em casa, passando o tempo estudando e trabalhando – atividades com as quais também não se identificam e que percebem como incompatíveis com as suas realidades. O tempo livre é gasto nas ruas, onde ocupam um espaço e passam longas horas, enquanto tentam inserir-se num estilo global juvenil. Além da expressão corporal, os integrantes das gangues também utilizam uma linguagem cifrada, repleta de gírias, tanto para proteger a comunicação entre eles quanto como uma forma de demarcação e, principalmente, de resistência (Diógenes, 2008).

Essas gangues funcionam como uma microssociedade, com hierarquia e regras específicas sobre prazer, lazer, morte e vida. Independentemente disso, as gangues proporcionam alguma proteção e segurança aos moradores locais. Existem pactos bem definidos sobre quem não deve ser roubado, como idosos e moradores comuns, que são protegidos da violência com base na

condição compartilhada de pobreza e exclusão. Diante disso, as gangues ocupam uma posição ambígua de “nem bandidos, nem heróis” dentro dos seus bairros, onde, muitas vezes, a própria polícia é mais temida do que as gangues (Diógenes, 2008: 231). Embora atuem principalmente nas periferias da cidade, os seus limites territoriais são ultrapassados quando ocorrem festas dançantes em outras partes da cidade, o que pode gerar confrontos com outros grupos (*Ibidem*, 2008).

Em 1997, Sullivan (2022) propôs o Third Generation Gang Model (3 GEN Gangs), distinguindo três gerações diferentes de gangues de rua, com base nos seus níveis de politização, internacionalização e sofisticação. O primeiro tipo, as “First Generation Gangs” ou “Turf Gangs”, são gangues de rua tradicionais com forte ligação aos seus bairros, muitas vezes limitadas a uma área específica (Sullivan, 2022: 270-271). Estas gangues investem a sua atenção, proteção e lealdade nos seus territórios locais, possuindo uma liderança mais informal e pouca definida. Seu envolvimento em atividades criminosas é em grande parte oportunista e de alcance local, com limitações em termos de sofisticação política. No contexto brasileiro, essas “Turf Gangs” poderiam ser vistas como uma versão mais pronunciada das galeras, considerando que, no Brasil, estas últimas não têm líderes e estão mais ligadas ao lazer. Por outro lado, as gangues brasileiras podem ser consideradas uma versão mais avançada dessas “First Generation Gangs”, dado que possuem uma hierarquia forte e envolvem-se em crimes que vão além do oportunismo (*Ibidem*, 2022: 270-271).

Retomando a afirmação de Diógenes que “toda gangue é uma galera mas nem toda galera é gangue”, compreendemos que há um momento em que uma galera se transforma em gangue. Para essa transformação, a autora aponta a ambição de ser maior que as outras galeras e o desejo de se destacar como elementos fundamentais. Esse “destaque” é importante porque, dentro dessas organizações, um chefe não é escolhido, mas “se garante”, sendo aquele que, além de ser grande e musculoso, é o mais corajoso nos momentos de confronto (Diógenes, 2008: 107-108; 115). Esses confrontos, que inicialmente ocorriam dentro dos bailes, transbordam para outros espaços da cidade, motivados pela necessidade de consolidar o sentimento de pertencimento ao grupo. Com o objetivo de deixar marcas territoriais no mapa “oficial” da cidade – influenciados pelo arrastão⁵⁴ de 18 de outubro de 1992 no Rio de Janeiro – diversas galeras de jovens começaram a organizar de maneira cada vez mais espetacular para cometer atos de violência uns contra os outros. Conforme observado por Canevacci sobre a importância

⁵⁴ Em linguagem coloquial, este termo refere-se a um “assalto coletivo, levado a cabo por grupo numeroso que rouba os indivíduos (e, por vezes, os estabelecimentos) que encontra enquanto avança no seu trajeto, geralmente por áreas urbanas e com elevada concentração de pessoas (Infopedia, s.d.).

do “olhar” nas grandes cidades modernas, que exige a exposição de “corpos panorâmicos”, as práticas de violência, que antes eram apenas “guerras de meninos”, transformaram-se em ações de gangues (Canevacci *Apud* Diógenes: 105).

No seu trabalho sobre as gangues em Fortaleza, Diógenes também observou que “o fenômeno das gangues juvenis parece obedecer, em nível nacional, uma certa cronologia” (*Ibidem*, 2008: 152). A motivação mais evidente para a formação começa com a pichação, que surge como uma forma inaugural da linguagem das gangues para marcar seu território. O próximo passo é o roubo, inicialmente para adquirir sprays. Mais tarde, esse roubo intensifica-se com os bailes *funk*, que trazem a necessidade de usar roupas de marca para compor o estilo (*Ibidem*, 2008).

Não existem critérios rígidos para fazer parte de uma gangue, porém, é essencial que a pessoa “se garanta” durante confrontos com outros grupos. Em alguns casos, integrar uma gangue pode surgir como uma estratégia de garantir a própria segurança, permitindo que o indivíduo contorne situações em que seria ameaçado por membros de outras gangues. Essa dinâmica perpetua uma cadeia de violência, assegurando sua continuidade. Ao mesmo tempo, recusar o convite para integrar uma gangue equivale, basicamente, a assinar a própria sentença de morte. Embora ingressar seja relativamente fácil, sair é muito mais difícil ou quase impossível, como relata um membro de uma gangue de Fortaleza: “Rua é tipo um jogo, que você entra e pra voltar é foda, é difícil, quase impossível, e “mesmo que saia da rua ela não sai de você” (*Ibidem*, 2008: 117-120; 145). A saída só é permitida em casos de mudança pessoal radical, geralmente simbolizada pela entrada numa igreja. Essa mesma lógica se aplica às facções criminosas, como veremos mais adiante.

Um aspecto essencial da identidade das gangues, assim como das galeras, é o uso de um estilo juvenil global, baseado em roupas e acessórios de marca, como camisetas, bermudas, tênis, sandálias, brincos e relógios. Ao adotar esse estilo, que segue os padrões cosmopolitas de consumo juvenil, os integrantes das gangues articulam um duplo jogo de papéis. Por um lado, conseguem distinguir dos demais moradores dos seus bairros, que não têm acesso a essas roupas de marca do estilo definido como *bad boy*, que “dão destaque” ao mesmo tempo que reforçam o estigma do pobre delinquente (Diógenes, 2008: 22). Por outro lado, quando saem dos limites de seus bairros, conseguem misturar-se com os moradores do centro, que também usam esse estilo juvenil global. Esse estilo cria um código visual de inclusão desses jovens pobres na cultura de massas, permitindo-lhes ocupar e mover de maneira diferente pela cidade. No entanto, isso também faz com que esses jovens, quando vestidos assim, sejam mais facilmente

identificáveis como membros de gangues nos seus próprios bairros do que fora deles (*Ibidem*, 2008).

O trabalho de Diógenes (2008) aponta que, embora esses jovens optem por se diferenciar dos outros moradores do bairro através de sua indumentária, principalmente à noite e nos fins de semana, também há situações em que os jovens membros de determinados grupos se vestem como moradores comuns dos seus bairros durante o dia, assumindo assim a identidade de origem. A mesma escolha ocorre quando esses jovens deslocam para o centro, onde, em vez de apenas se confundirem com os jovens de outras classes sociais, podem optar por se diferenciar deles. Essa diferenciação acontece através da exibição de brincos e tatuagens⁵⁵ e através das “marcas de violência e signos de diferenciação no território-corpo” que carregam, como cicatrizes, marcas de balas ou outros sinais da violência sofrida (Diógenes, 2008: 112). Essas marcas também diferenciam as gangues das galeras. Através do seu estilo juvenil global, os jovens membros de gangues são capazes de criar semelhanças, bem como provocar diferenciações e até confrontos com outros jovens, sejam eles de periferias ou da classe média. Por essa razão, as imagens que esses estilos criam não podem ser interpretadas fora do contexto em que ocorrem (*Ibidem*, 2008).

Diógenes indica que as gangues

matam e morrem por um tênis, uma sandália *kenner*, um boné de marca, um relógio, uma bicicleta; elas buscam mercadorias globalizadas do consumo que os leva a exibir-se como *pertencentes* à esfera social mais ampla (Diógenes, 2008: 186).

⁵⁵ As tatuagens desempenham um papel crucial na distinção entre as gangues e as galeras. Enquanto os corpos dos integrantes das galeras geralmente têm tatuagens mais discretas e sem as marcas da vivência cotidiana da violência, os membros das gangues apresentam corpos “iniciados”, marcados não apenas pelas experiências violentas que integram as suas identidades e o seu cotidiano, mas também por tatuagens quase obrigatórias. Se é através do estilo global juvenil que eles se assemelham, é com as tatuagens que um jovem “iniciado” consegue distinguir-se dos restantes jovens da sociedade de consumo. O corpo transforma-se num “texto-corpo”, narrando a trajetória pessoal de cada indivíduo e revelando a progressão de sua vivência na violência. Segundo o estudo de Glória Diógenes, dentro das gangues de Fortaleza, a primeira tatuagem frequentemente faz alusão às drogas, representada por figuras como aranhas, duendes, cogumelos ou folhas de maconha. A segunda tatuagem, geralmente, já remete à morte, com imagens de caveiras, cruzeiros ou cemitérios. Posteriormente, são comuns tatuagens de animais como tigres, panteras ou serpentes, símbolos que transmitem uma mensagem de perigo (Diógenes, 2008: 189-195; 201). Este conjunto de símbolos e significados tatuados no corpo é algo que Canevacci chama de sincretismo cultural: apenas aqueles que são “iniciados” conseguem decifrar plenamente estes significados (Canevacci *Apud* Diógenes: 196-197).

A pesquisa de Sá (2011) revela uma dinâmica semelhante entre os jovens “envolvidos” da comunidade de Serviluz, em Fortaleza, onde a figura do “playboy⁵⁶” aparece como uma alteridade dual. Por um lado, o “playboy” é idealizado como a “fantasia da favela”, uma figura respeitada que supostamente tem acesso ilimitado ao consumo e uma vida livre das limitações da pobreza. Essa idealização reflete o desejo dos jovens periféricos de se libertarem das restrições socioeconômicas que enfrentam. Contudo, o “playboy” também simboliza um inimigo externo, representando a opressão e a exclusão social, o que intensifica as tensões numa sociedade onde as relações são fortemente influenciadas pelo estilo e pelo estigma (Sá, 2011: 346-349).

Essa ambiguidade é evidenciada quando os jovens “envolvidos” das periferias adotam o estilo “playboy” na tentativa de alcançar uma aceitação social mais ampla. No entanto, essa busca frequentemente resulta em frustração, já que, apesar de adotarem o mesmo estilo, eles não conseguem se livrar do estigma associado à sua origem na favela e, muitas vezes, à sua cor de pele. Isso demonstra que, para esses jovens, o consumo e a exibição de certos estilos não são apenas tentativas de inclusão social, mas também um ato de resistência contra a exclusão e o estigma marcam a forma como seu estilo é encarado (*Ibidem*, 2011: 346-349).

As gangues, portanto, buscam mais do que os direitos tradicionais da cidadania que lhes são frequentemente negados. Ao consumir os espaços da cidade dos quais foram historicamente excluídos, essas gangues aspiram a uma inclusão mais ampla na sociedade global, mesmo que essa inserção venha acompanhada de um excesso de exposição que sublinha sua condição de marginalizados. Mas para esses atores das sombras, tão habituados à invisibilidade à qual são condenadas nas sombras das periferias das cidades, existe a necessidade de uma superexposição quando se deslocam para os cenários iluminados da cidade. Mais uma vez fazem um ato duplo: por um lado inserem-se na cultura global de massas, mas por outro lado é precisamente através do excesso no ato da exposição que assinalam a sua condição de exclusão como morador do lado de lá (*Ibidem*, 2008: 41; 185-188). Com esta maneira da apresentar os seus corpos no lado iluminado da cidade, confirmam a tese de Canevacci que “o corpo é um mapa cultural”. Na civilização ocidental moderna, “tudo gira em torno do corpo”, que acaba por ser o terreno primordial da comunicação visual (Canevacci *Apud* Diógenes, 2008: 185-186).

Além disso, a solidariedade dentro das gangues, uma “tribo em movimento”, é central para sua identidade, regida pelo lema “um por todos, todos por um” (Diógenes, 2008: 144). Essa solidariedade é especialmente evidente nos confrontos com gangues rivais, que dividem a

⁵⁶ A figura a qual Diógenes se referiu como “bad boy”, carrega na pesquisa de Sá o nome de “playboy”.

cidade em zonas de paz e batalha. O território das gangues é fluído, movendo-se conforme os eventos e locais de socialização, como bailes e festas. Por trás da solidariedade, construída em torno de uma territorialidade belicosa em que a violência traça os limites, está uma condição compartilhada de estigma. Espaço estigmatizado por excelência, a periferia não está apenas geograficamente distante do centro, mas também social, cultural e economicamente, o que reforça a necessidade de agrupamento juvenil (*Ibidem*, 2008). Também Bourdieu deteta uma relação entre dimensão territorial e estigma:

Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como ‘província’ definida pela distância económica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’ (...) não teria que reivindicar a existência (Bourdieu *Apud* Diógenes, 2008: 147).

Diógenes (2008) descreve que os sentimentos de desproteção, insegurança e medo que os integrantes das gangues vivenciam nas sombras das favelas são muitas vezes contornados pelo uso da violência. Esta é utilizado não apenas para demarcar territórios em relação a outras gangues, mas também como uma forma de se projetar para os lados luminosos da cidade. Vivendo numa realidade marcada pela falta crônica de sentido e pela ausência de perspectivas futuras, esses atores das sombras são frequentemente impulsionados por um imediatismo em que ninguém tem nada a perder e que preenche o vazio ao qual foram condenados (Diógenes, 2008).

Sá (2011) também destaca essa ausência flagrante de medo de perder a vida entre os jovens que não têm nada a perder nas favelas de Serviluz, à beira-mar de Fortaleza. O autor relata a descrição de um dos jovens sobre a vida na favela como sendo “a extensão da prisão”. A maneira como a cidade é organizada e segregada, em combinação com um Estado igualmente segregador, faz com que a partilha de poder seja continuamente oferecida de modo restrito e quase sempre subalterno, ou até mesmo negada, aos jovens pobres e periféricos. No fundo, quando estes jovens fazem uso da violência trata-se de um ato de transformar a invisibilidade numa visibilidade flagrante (Sá, 2011: 343-348). Ou, como resume Diógenes:

Acho que a gangue é uma forma que os jovens encontram para serem vistos, reconhecidos como gente. Falta trabalho, lazer, boas escolas. (...). A violência é a última coisa que se pode fazer para dizer que se existe no mundo. o melhor é que não se precise usar da violência e que a palavra pudesse valer para fazer acordos, ter direitos, se sentir parte do lugar em que se vive. A violência

é pura ação, ela quebra, fura, atira, rouba e mata. Ela é calada, não diz nada. O que você quer dizer quando usa violência? (Diógenes, 2008: 60).

2.2.2 *Facções criminosas*⁵⁷

Entre os muitos temas que permeiam o cotidiano da sociedade brasileira, o das facções criminosas ganhou destaque nos últimos anos. Trata-se de um assunto de alta complexidade, com consequências significativas nos âmbitos social, político, cultural e económico. As facções criminosas marcam a sua presença na vida dos brasileiros através de (relatos sobre) crimes variados, desde sequestros e roubos até tráfico e assassinatos. Embora os seus membros operem a partir do sistema penitenciário, onde essas facções nasceram, as suas atuações há muito tempo não se limitam a esse ambiente (Santos, Souza, *et al.*, 2022). A violência transbordou para espaços extramuros e tomou conta das ruas, periféricas ou não. A seguir, abordaremos inicialmente o fenómeno dessas organizações criminosas. Em seguida, discutiremos o papel fundamental do sistema penal brasileiro, o lugar de origem das facções. Por fim, far-se-á uma breve análise do surgimento e da atuação das duas facções criminosas mais importantes do país, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

2.2.2.1 *Caracterização*

Gangues e facções são fenómenos profundamente diferentes, tanto do ponto de vista sociológico quanto em termos de escala e relevância económica. Por esta razão, ocupam espaços bem distintos na discussão sobre a violência. Como observaram Sullivan and Elkus,

global cities linking global economic circuits are also home to transnational criminals and global gangs. Gangs are no longer only the result of youthful rebellion and delinquency, but they are often emerging markets and political actors— that is, social actors, social bandits, and networked sovereign agents in the global system (Sullivan & Elkus *Apud* Sullivan, 2022: 254-255)⁵⁸.

⁵⁷ Sobre este termo explicam Santos e Souza (2022: 41) que “a denominação pode ser cartel, máfia ou facções e varia de acordo com o país, momento histórico e atividade a que se dedica este empreendimento criminoso contínuo que funciona racionalmente para lucrar com atividades ilícitas”. A partir deste momento, o termo facção será usado para denominar o tipo de organizações criminosas descritas neste capítulo.

⁵⁸ Tradução minha: "As cidades globais que ligam circuitos económicos globais acolhem igualmente criminosos transnacionais e gangues globais. As gangues já não são apenas o resultado da rebeldia

Gilman, Goldhammer e Weber (*Apud Sullivan, 2022*) definem a integração de gangues ou quadrilhas nos circuitos globais ilegais como *deviant globalization*. O anteriormente mencionado Third Generation Gang Model (3 GEN Gangs) de Sullivan (2022) distingue três gerações distintas: First Generation Gangs (Turf Gangs), as Second Generation Gangs (Market Gangs), e as Third-Generation Gangs (Mercenary/Political Gangs). No contexto brasileiro, a primeira geração seria algo entre as galeras e as gangues, enquanto as facções criminosas possivelmente se enquadrariam entre a segunda e a terceira geração.

Especificamente, as chamadas Market Gangs têm, como o nome sugere, uma forte orientação para o mercado, especialmente o de drogas, e a proteção desse mercado. Se necessário, utilizam a violência para protegê-lo contra concorrentes externos. A sua área de atuação é geograficamente bem maior que a das gangues da primeira geração, podendo incluir várias regiões do mesmo país e até outros países. Essas gangues dispõem de uma liderança centralizada e, por vezes, de uma agenda abertamente política. Já nas Mercenary/Political Gangs, as ambições políticas são mais evidentes e a escala é mais global. O alto nível de sofisticação é usado inicialmente para obter lucro e, numa fase posterior, principalmente para adquirir poder político (Sullivan, 2022).

A razão pela qual tantos jovens pobres periféricos acabam nas teias dessas organizações e, neste caso, nas facções, talvez esteja condensada na seguinte frase de um rap de Lobão⁵⁹: *Eu moro aqui no bairro mas não sou um marginal*. Diógenes referenciava essa frase na sua pesquisa sobre as gangues na cidade de Fortaleza para explicar o ingresso dos jovens nas mesmas, apontando para a dimensão subjetiva de sentirem-se excluídos. A vivência dos jovens pobres e marginalizados nas periferias das cidades os condena a lidar com o estigma constante e segregador de serem considerados “envolvidos”, mesmo quando não é o caso. A marca de sentirem-se fora ou de perceberem-se excluídos está cravada nas experiências dos jovens que se tornaram integrantes de gangues (Diógenes, 2008: 25).

No seu trabalho sobre as facções do Rio de Janeiro, Zaluar (2019) refere que os integrantes das facções são homens que não tiveram a oportunidade de construir a sua identidade masculina da mesma maneira que os tradicionais operários dos bairros até meados do século passado, ou seja, através do trabalho, da educação, das propriedades e do consumo de bens. Para esses

juvenil e da delinquência, mas frequentemente de mercados emergentes e de atores políticos—isto é, atores sociais, bandidos sociais e agentes soberanos em rede no sistema global.”

⁵⁹ Lobão é um integrante de Hip Hop local que foi entrevistado por Glória Diógenes durante a sua pesquisa.

jovens, que não tiveram acesso a esse tipo de estratégias, o mundo faccionado do crime, inclusive o conflito armado e especialmente o dinheiro que vem com o tráfico de drogas, é deveras atraente, além de contribuir para o desenvolvimento de um estilo de “hipermasculinidade exibicionista” (Zaluar, 2019: 68-69).

No entanto, Diógenes (2008) argumenta que apontar o desemprego que paira sobre as periferias como o fator determinante seria considerar apenas a ponta do *iceberg*. A pesquisa de Rodrigues (2022) parece confirmar esta alegação, revelando outros motivos que levam os jovens às facções criminosas (Rodrigues, 2022).

Diferentemente das gangues, a violência associada a outras gerações de organizações criminosas é multidimensional, tanto nas suas causas quanto nos seus efeitos. Inerente a países confrontados com o terrorismo ou o narcotráfico, essa violência representa não apenas um problema de segurança nacional, mas também de saúde pública, com implicações complexas tanto no nível socioeconômico quanto no político. O vínculo entre o tráfico e a violência surge mais devido à oposição ao Estado de Direito do que à pobreza. No caso do Brasil, onde o Estado de Direito não se consolidou plenamente e apresenta inúmeras lacunas a nível institucional, os limites institucionais ao funcionamento do mercado ilícito são, evidentemente, muito mais frágeis. O papel que um país desempenha no narcotráfico – seja como produtor, rota de passagem ou centro de consumo de drogas ilícitas – também influencia as consequências para a governança democrática desse país. Embora o Brasil não seja produtor de cocaína nem de outras drogas pesadas, e o problema do consumo não seja tao grave quanto, por exemplo, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, o problema do consumo de facto existe. Além disto, foi agravado pela fragilidade do Estado de Direito e por sua política predominantemente repressiva e pouco preventiva (Zaluar, 2019).

Como observou Zaluar, “esse etos guerreiro afeta igualmente os homens que atuam no policiamento ostensivo em que se transformam em policiais guerreiros” (*Ibidem*, 2019: 69). Além do problema do envolvimento dos policiais com o crime organizado, no qual a já mencionada fraqueza institucional do país teve graves repercussões, a violência policial torna-se cada vez mais preocupante. Os dados sobre crimes violentos no Brasil durante os últimos dez anos sugerem que o país se encontra num processo interminável de violência em cadeia, alimentada não só pela violência entre as diferentes organizações criminosas, mas também pela atuação policial. Existe uma correlação entre o aumento das taxas de crimes violentos, o aumento do consumo de drogas ilegais entre os jovens e o florescimento da corrupção policial (Zaluar, 2019: 67-68). No seu artigo na *Folha de São Paulo* de janeiro de 2017, o jornalista Vladimir Safatle reflete sobre isso, questionando: “Como o Estado pretende julgar as facções

criminosas que, ao que parece, controlam os presídios brasileiros, se reiteradamente age à sua semelhança, decidindo soberanamente quem viverá e quem deverá morrer?” (Barros & Benício, 2017: 37).

Muito antes da provocação de Safatle, Glória Diógenes já havia levantado a mesma questão na sua pesquisa sobre as gangues: se existe uma polícia que utiliza a mesma violência que as gangues, o ciclo da violência torna-se facilmente interminável. Para a autora, a manifestação de poder através da violência policial está consolidada numa Política de Segurança Pública que é visceralmente repressiva e punitiva, em linha com a ideia da “guerra de todos contra todos” de Thomas Hobbes (Diógenes, 2008: 211). Os jovens membros de organizações criminosas nem precisam ter cometido um crime para serem culpados: já são vistos como réus antes mesmo de qualquer infração acontecer. De facto, desde o golpe militar de 1964 e durante toda a ditadura que se seguiu, os militares controlam todo o serviço policial no Brasil. Se as autoridades – a polícia e a justiça – já detinham o monopólio da violência, essa situação foi agravada quando, nos anos 90, a violência se espalhou por todo o corpo social (*Ibidem*, 2008).

Rodrigues (2022) também observa uma realidade marcada não só por conflitos entre facções, mas também por dinâmicas de punição ilegal perpetradas pelos policiais. O ciclo da violência parece, assim, tornar-se interminável, como já havia sido resumido por Canevacci em 1990: “Se o conflito se eterniza é por não haver diferença alguma entre os adversários” (Canevacci *Apud* Diógenes, 2008: 217).

Sullivan (2022) constata que o cenário no Brasil é de uma violenta competição neofeudal entre o Estado, gangues, facções e milícias. Vive-se numa realidade onde gangues territoriais, alavancadas por corrupção e instituições estatais fracas, conseguiram formar uma espécie de estados paralelos⁶⁰, que desafiam o Estado legítimo ao mesmo tempo que coexistem com ele. Essencialmente, trata-se de um tipo de exército criminoso, que não só controla territórios como também praticamente todos os aspetos da vida comunitária, preenchendo o vazio deixado nestes espaços segregados por um Estado que brilha por sua ausência. Travam uma insurgência não-ideológica e de baixa intensidade que, no entanto, é contínua. Estão em guerra aberta entre si e contra o Estado, buscando obter controle do mercado ilícito, além de poder político e económico sobre um território para, no fundo, ter autonomia e liberdade de ação nesse espaço (Sullivan, 2022).

Essa situação é o que Sullivan chama de “insurgência criminal” das organizações criminosas contra o Estado (*Ibidem*, 2022: 266). Essas organizações tornam-se atores num

⁶⁰ Foi exatamente desta maneira que alguns moradores em Pirambu definiram o domínio das facções nesta favela em Fortaleza, como veremos mais adiante.

enclave (quase) sem interferência estatal, onde exercem controle econômico, político e social sobre os moradores, ou seja, praticam uma governança paralela. As suas atividades impactam a economia local, gerando novos empregos e investimentos nas comunidades. Considerando que, para as populações urbanas segregadas, a diminuição de empregos é generalizada e as falhas no sistema escolar são estruturais, esse fator se torna ainda mais relevante (*Ibidem*, 2022).

A dinâmica da economia informal, transfigurada em ilegal, atrai principalmente os jovens dos enclaves controlados pelas facções (Zaluar, 2019). Dentro das favelas ou dos territórios que controlam, essas facções cobram impostos dos moradores ao mesmo tempo que fornecem serviços sociais e impõem a sua própria justiça, arbitrando disputas e julgando crimes nos seus próprios “tribunais”. Além disso, reforçam a sua posição e domínio na área de atuação promovendo atividades sociais, festivais e entretenimento em geral, com o objetivo de recrutar jovens, uma vez que necessitam de um fluxo constante de novos integrantes. Para garantir a sua governança paralela, as organizações criminosas não apenas confrontam o Estado, mas também fazem uso da corrupção, que se torna uma arma essencial (Sullivan, 2022: 267-268). As zonas frágeis onde elas atuam, contestadas como enclaves criminosos, acabam por se tornar o que Robb denominou de “*hollow states*”, em que existem áreas onde a legitimidade do Estado é severamente desafiada (Robbb *Apud* Sullivan, 2022: 256).

Se antes essa situação aplicava-se principalmente a São Paulo e Rio de Janeiro, hoje, em cada grande metrópole brasileira, existem áreas inteiras onde estes tipos de Atores Não-Estatais Violentos (ANEV)⁶¹ estão ativos. Os exemplos mais relevantes são o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, organizações criminosas que frequentemente fazem uso da violência para influenciar a opinião pública ou os dirigentes políticos (Sullivan, 2022: 259).

A área de conflito das facções situa-se tanto nas favelas quanto nas prisões. A dinâmica de planejar ataques a partir da prisão é recorrente e tornou-se uma parte integral da paisagem criminosa no Brasil. No caso do PCC e do CV, não só existe um amplo legado disso, como também está na gênese de ambas (Sullivan, 2022: 259-260).

⁶¹ O termo foi referenciado e brevemente discutido na introdução desta dissertação.

2.2.2.2 O papel do sistema carcerário

A gestão das prisões no Brasil tem sido notoriamente deficiente. É relevante lembrar que o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo⁶², condenada a estabelecimentos prisionais que se encontram em condições permanentes de superlotação e gestão altamente problemática (World Prison Brief, 2023). Segundo Camila Dias (2011), as prisões permaneceram amplamente imunes ao processo de redemocratização que estava em curso na década de 1980, após o fim da ditadura militar. A autora identifica nessa circunstância a razão pela qual as prisões continuaram sendo administradas como uma espécie de feudos, onde prevalecem as relações informais sobre as formais e o arbitrário sobre a regra. As práticas arbitrárias incluem maus-tratos, tortura, e a corrupção endêmica e sistemática, onde tanto castigos quanto privilégios são elementos negociáveis (Dias, 2011).

A população carcerária ficou à mercê de redes informais de relacionamentos, sejam interpessoais ou grupais. Essa situação minou a autoridade, a credibilidade e a legitimidade da gestão pública dos estabelecimentos prisionais, resultando inclusive na perda completa da capacidade de controle do Estado sobre a massa carcerária⁶³. Como escreve Dias (2011), “no Brasil, a lei nunca conseguiu adentrar de facto, os muros dos estabelecimentos prisionais”. Além disso, essa realidade abriu caminho para “o desenvolvimento de um sistema de punições extraoficial, constituído a partir das experiências e da convivência no espaço físico da prisão, elaborado e colocado em prática por lideranças da massa carcerária” (*Ibidem*, 2011: 228).

Assim, formaram-se e fortaleceram-se grupos criminosos organizados dentro das prisões, que se desenvolveram graças a décadas de incompetência, negligência e falta de preocupação política com as condições físicas e morais dos presos. Esses grupos instalaram um código

⁶² Apenas os Estados Unidos da América e China têm uma população carcerária maior que a do Brasil. No entanto, estes dados referem-se aos números absolutos (Prison Population Total), sem considerar que esses três países também estão entre os mais populosos do mundo. Quando analisamos os dados relativos (Prison Population Rate), que mostram o número de detentos por 100.000 habitantes, o Brasil cai para o 16º posição, com 390 detentos por 100.000 habitantes. Em contraste, El Salvador, um país com uma população significativamente menor, ocupa o primeiro lugar, com 1.086 detentos por 100.000 habitantes (World Prison Brief, 2023).

⁶³ Seria interessante, em pesquisas futuras, analisar o aspeto da privatização das prisões dentro deste contexto. Em fevereiro de 2024, Sílvio Almeida, atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, manifestou-se contra a privatização de prisões e de espaços socioeducativos em geral. Segundo o ministro, “Privatização, seja de presídio, seja de sistema socioeducativo, abre espaço para infiltração do crime organizado, que é tudo o contrário do que a gente quer fazer. Abre espaço para que o crime organizado tenha mais um pedacinho do estado brasileiro. É inaceitável que a gente abra espaço para esse tipo de coisa no momento em que estamos vivendo”. Almeida também destacou a ausência do Estado como a principal causa dos problemas atuais no sistema carcerário (Amorozo, 2024).

próprio de comportamento, que disciplina minuciosamente a vida dos presos e acaba por justapor ou complementar as regras oficiais existentes nos presídios. Além de ser rigorosamente controlado, o cumprimento desse código é acompanhado de punições igualmente severas em caso de transgressão. Devido à incapacidade do Estado de gerir eficientemente e de forma humana os estabelecimentos prisionais, o sistema prisional brasileiro enfrenta hoje uma situação em que o poder de gerir a população carcerária e de manter a ordem dentro dos presídios é partilhado entre a administração e os presos (Dias, 2011).

Por um lado, o sistema prisional brasileiro é alvo de uma tensão social permanente. Por outro, a situação descrita tornou-se num terreno fértil para o avanço das organizações criminosas, que se desenvolveram a tal ponto e que, inclusive, hoje dominam grande parte dos presídios brasileiros. A criminalidade organizada atuante dentro das prisões é um tema preocupante, pois as facções ou as organizações criminosas, antes inexistentes, organizaram-se, estabeleceram-se e fortaleceram-se dentro dos presídios. Elas atuam de forma permanente no sistema prisional, revelando a incapacidade das instituições públicas de resolver ou mitigar as ações e as operações destas organizações. Estas operações incluem um sistema elaborado de tráfico de drogas e armas, com papel determinante para as lideranças das organizações criminosas, que conseguiram alcançar um poder significativo nas práticas criminosas violentas tanto dentro quanto fora das prisões, apesar de estarem encarceradas (Santos, Souza, *et al.*, 2022).

Retomando a realidade de que a população carcerária do Brasil é a terceira maior do mundo, Santos, Souza *et al.* (2022) destacam o papel crucial do sistema punitivo-retributivo, ou seja, a política do encarceramento em massa, que contribuiu significativamente para esse elevado número de presos e para o aumento da atuação das organizações criminosas dentro das prisões. O crescimento do encarceramento de jovens considerados delinquentes levou a organização criminosa para dentro dos presídios, transbordando progressivamente para territórios extramuros. A relativa facilitação do tráfico intramuros transforma o sistema carcerário num terreno fértil para recrutar novos integrantes, além de organizar e coordenar o tráfico em todo o país, alcançando níveis inéditos. O sistema prisional, neste contexto, funciona como um “centro de aprendizagem criminal”. Assim, indivíduos que entram na prisão por pequenos crimes, acabam num sistema em que “amadurecem a sua criminalidade e entram para o crime organizado” (Santos, Souza, *et al.*, 2022: 46).

Rodrigues (2022) também aponta que há uma crescente pressão nos presídios para que os adolescentes encarcerados fortaleçam as suas alianças com o crime, unindo-se a uma facção. Um estudo de Oliveira observa que a corrupção e os maus-tratos aos presos, que estão em

ascensão, empurram os detentos cada vez mais para as teias das organizações criminosas, pois muitos acreditam que, diante dessa situação, a melhor estratégia para se defender é pertencer ao crime organizado (Oliveira *Apud* Santos, Souza, *et al.*, 2022).

2.2.2.3 O Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital: origem, aliança e guerra

Vários estudos indicam que o crime organizado nos estabelecimentos prisionais no Brasil começou a florescer a partir décadas de 1970 e 1980 (Santos, Souza, *et al.*, 2022). Foi nos anos 1970 que surgiu a primeira das duas maiores facções do país: o Comando Vermelho (CV) nasceu dentro do Presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande. Fundado em 1920, o presídio era, inicialmente, especializado no roubo a bancos e abrigava especificamente presos idosos em fase terminal de cumprimento de pena. A partir de 1960, transformou-se num verdadeiro “depósito de presos” (Santos, Souza, *et al.*, 2022: 42). Durante a ditadura militar, criminosos comuns passaram a compartilhar os mesmos espaços com os presos políticos, especialmente militantes de esquerda (*Ibidem*, 2022).

A superlotação do presídio dificultou a separação adequada dos detidos. Em 1979, com uma capacidade e infraestrutura para 540 presos, o presídio abrigava 1.284 detentos, refletindo uma situação explosiva e desumana vivida no sistema prisional carioca. Neste contexto, surgiu a Falange Vermelha, que mais tarde se tornaria no CV, uma facção criminosa que combinava a ideologia dos militantes de esquerda com as táticas de guerrilha urbana dos criminosos comuns (Santos, Souza, *et al.*, 2022). Segundo Misse, o CV envolvia “um projeto político” que simultaneamente buscava regular o mercado ilegal de drogas através de “tentativas de criar acordos (tácitos e precários) entre vários “donos” de bocas de fumo em áreas de varejo do mercado ilegal de drogas. Ao emergir com os ideais de justiça, paz e liberdade dentro das prisões, o Comando criou uma articulação entre o sistema prisional e as comunidades, buscando o controlo territorial como meio de regular a ação de vários envolvidos”. Hoje, o CV é especializado no tráfico de drogas e armas, além de sequestros (Misse *Apud* Paiva, 2019: 168).

Enquanto o Rio de Janeiro presenciava o surgimento, a expansão e a consolidação de facções criminosas no interior do sistema carcerário nos anos 1970, o mesmo fenómeno ocorreu no Estado de São Paulo apenas na década de 1990 (Dias, 2011). A 2 de outubro de 1992, a Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado invadiu a Casa de Detenção no Complexo do Carandiru, na cidade de São Paulo, para conter uma rebelião. A intervenção nessa penitenciária,

notoriamente sobrelotada, resultou na morte brutal de 111 detidos⁶⁴. A ação foi levada a cabo por um contingente composto por 341 policiais⁶⁵ (Satie & Vinhal, 2023; Veiga, 2022). Apesar de não ter sido um episódio isolado, este evento trágico simbolizou o auge de uma política de insegurança, que culminou no aumento vertiginoso da população carcerária paulista e na corrupção generalizada no sistema penitenciário na década de 1990 (Dias, 2011).

A situação ficou ainda agravada pelas transformações administrativas e políticas, económicas e sociais, nacionais e internacionais do momento. Neste contexto, o Massacre de Carandiru foi um catalisador para a formação daquela que em poucos anos se tornaria a maior facção criminosa do país: em 1993, oito presos criaram no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, o PCC, usando o massacre como justificação para a necessidade de união e “profissionalização” dos presos (Veiga, 2022). Esta foi também a base do seu Estatuto⁶⁶, elaborado por um dos membros fundadores. Com o tempo, o PCC, também conhecido como “Partido”, “Comando” e “Família”, expandiu as suas atividades para além do sistema prisional, controlando também o tráfico de drogas nos espaços extramuros (Dias, 2011: 219). A profissionalização do crime passou a ser vista como uma forma de proteção contra um sistema que extermina e massacra, transformando o PCC numa organização que funciona tanto como um sindicato quanto como uma cooperativa do crime. Simultaneamente, a reforma do sistema penitenciário, que criou mais prisões com comunidades menores, favoreceu o surgimento e o fortalecimento de novas lideranças dentro dessas unidades (Dias, 2011; Santos, Souza, *et al.*, 2022).

É importante destacar que o aumento do número de estabelecimentos prisionais, o que reduziu o número de detentos por unidade, foi uma das consequências diretas e indiretas do Massacre de Carandiru. No mesmo período, ocorreu também um aumento exponencial das rebeliões e motins mencionados anteriormente. Este “acaso” permitiu que os primeiros membros do PCC propagassem as suas ideias pelos estabelecimentos prisionais e

⁶⁴ Na sua canção *Haiti*, Caetano Veloso faz uma menção à massacre de Carandiru, e à indiferença da sociedade e à injustiça da impunidade que se seguiram: *E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo / Diante da chacina / 111 presos indefesos, mas presos são quase / todos pretos / Ou quase pretos, ou quase brancos quase / pretos de tão pobres / E pobres são como podres e todos sabem / como se tratam os pretos.*

⁶⁵ Além de nenhum polícia ter morrido na ação, o processo que se seguiu foi durante anos assombrado pela impunidade dos policiais. Mais que trinta anos depois, nenhum dos policiais condenados chegou efetivamente a cumprir pena de prisão (Satie & Vinhal, 2023).

⁶⁶ O Estatuto, elaborado por Mizael, contém 16 itens com regras e punições aos seus infratores. Ao longo do tempo, muitas regras foram alteradas ou adicionadas. Por isso, apesar do Estatuto ainda ser válido, foi também elaborada uma “Cartilha”, que contém as orientações políticas em linha com a fase em qual a facção se encontra (Dias, 2011: 219).

conquistassem mais adesões à “Família” (Dias, 2011: 2019). As rebeliões ocorridas entre 1994 e 2001 faziam parte de uma estratégia muito bem definida. Em primeiro lugar, incitar uma rebelião permitia que as lideranças do PCC fossem transferidas para outras unidades prisionais pelas autoridades, o que ampliava o público para disseminação das ideias do grupo. Em segundo lugar, uma rebelião permitia a conquista de territórios, ao eliminar presos ou grupos menores que se opunham ao domínio crescente do PCC. Dessa forma, em 2001, o PCC já havia alcançado uma estrutura sólida o suficiente para protagonizar uma grave crise no sistema prisional do Estado de São Paulo (*Ibidem*, 2011).

Segundo Dias (2011), ao desafiar o Estado com seu poder desde sua fundação, o PCC foi responsável por inúmeros motins e rebeliões violentos, culminando na chamada megarrebelião de 18 de fevereiro de 2001. O ataque atingiu 29 das principais unidades prisionais paulistas, que se rebelaram simultaneamente na primeira ação de grande impacto público do PCC, demonstrando organização, força e um total desrespeito às autoridades (Dias, 2011). Foi também a maior rebelião do sistema prisional brasileiro e do mundo até então, conferindo ao PCC visibilidade pública e mergulhando o sistema carcerário numa crise profunda. Apesar de a facção já ter se expandido consideravelmente no sistema prisional e causado muitas mortes ao longo do tempo, até 2001 o governo sequer admitia sua existência. A humilhação pública causada pela megarrebelião forçou o Estado reconhecer finalmente o PCC (*Ibidem*, 2011; Santos, Souza, *et al.*, 2022).

Tudo isso foi sintetizado por Santos e Souza nesses termos:

Naquele momento, os paulistas afirmaram que os seus crimes eram praticados para evidenciar os oprimidos pelo sistema e não em defesa de interesses próprios, o que os diferenciava do personalismo dos traficantes cariocas. Com o PCC, o crime passaria a se organizar em torno de uma ideologia: os ganhos da organização beneficiariam os criminosos em geral. Ou seja, os criminosos dessa facção seguiam uma filosofia de união, autoproteção e aumento de lucros. Adotava-se, assim, a máxima: o crime fortalece o crime (Paes; Nunes, 2018). Assim o PCC passou a reunir recursos para chegar diretamente aos fornecedores de maconha e cocaína, tornando-se um grande atacadista que distribuía drogas para varejistas de todos os estados brasileiros. E, em razão disso, surgiram novas rivalidades e conflitos capazes de produzir um efeito em cascata (Paes; Nunes, 2018) (Santos, Souza, *et al.*, 2022: 42).

O poder do PCC voltou a ser brutalmente demonstrado nos ataques de 12 maio de 2006, no Estado de São Paulo. Foi o maior “salve geral” – palavra de ordem emitida do interior dos

presídios – da história do país, em retaliação à transferência de detentos para outros estabelecimentos prisionais (Lambert & Rotta, 2016). Com essa série de eventos violentos, o PCC demonstrou a sua enorme força tanto dentro quanto fora do sistema carcerário, organizando rebeliões e motins em 70 estabelecimentos prisionais de São Paulo, além de centenas de ataques contra órgãos de segurança pública e da sociedade civil. O saldo foi devastador: 150 mortos, um quarto dos quais eram polícias; 82 autocarros incendiados; 17 bancos assaltados; e o comércio, transporte público, escolas, universidades e centros comerciais paralisados. Ocorreram rebeliões em 74 das 140 prisões. Entre 12 e 21 de maio, houve um total de 564 mortes e 110 feridos. Essa demonstração de terror tinha como objetivo pôr um fim à interferência do Estado nas operações criminosas da facção, protagonizando uma crise sem precedentes (Dias, 2011; Lambert & Rotta, 2016; Sullivan, 2022).

Desde a sua fundação, o discurso do PCC sempre teve um cunho explicitamente político, em que a injustiça desempenhava um papel central, nomeadamente a opressão do Estado e os abusos que ocorriam dentro dos estabelecimentos prisionais. Como aponta Paiva (2019), uma importante conquista do PCC foi ter conseguido levar a luta contra as opressões do sistema prisional para as ruas (Paiva, 2019). Ao mesmo tempo, a facção começou a expandir as suas atividades económicas ilícitas. Sequestros e assaltos a bancos e carros-fortes, características da sua primeira fase, continuaram a fazer parte das operações, mas o foco passou definitivamente para o tráfico de drogas, que começou dentro das prisões e mais tarde se espalhou para a distribuição para o varejo, primeiro no Estado de São Paulo e depois no resto do país (Dias, 2011).

Estas mudanças marcaram a transição do PCC da sua primeira para a segunda fase. Nesta nova etapa, a visibilidade da violência exercida pela facção diminuiu consideravelmente em comparação com a primeira década da sua existência, especialmente após os eventos de 2006. Na primeira fase, a violência extrema, vista como uma espécie de marca registada, servia para a expansão e demarcação do território dentro das prisões paulistas. Além disso, o terror também servia como aviso a traidores e inimigos, embora nesta fase ainda não estivesse claro quem, de facto, era considerado inimigo. Com o domínio no sistema carcerário consolidado, a necessidade de continuar com demonstrações públicas e simbólicas de horror tornou-se desnecessária (Dias, 2011).

Conforme aponta Dias (2011), em 2011, cerca de 90 por cento dos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo já estavam sob a influência ou controlo do PCC. A posição hegemónica e privilegiada da facção no sistema prisional paulista – “o governo dos homens pelos homens” – foi amplamente facilitada por décadas de gestão arbitrária e opressiva por

parte das autoridades (Dias, 2011: 229). Isso resultou numa situação em que a gestão prisional passou a ser partilhada entre a administração estatal e o PCC, criando uma espécie de *pax armada*, baseada nos acordos informais e obscuros entre as autoridades prisionais e as lideranças dentro dos presídios, para garantir o controlo da massa carcerária (*Ibidem*, 2011).

Outra *pax* existiu durante vinte anos entre as duas maiores facções do Brasil, que mantiveram uma relação relativamente estável e até colaboraram em algumas operações. O facto de Marcola, líder do PCC, ter cumprido pena entre 2003 e 2005 no mesmo presídio⁶⁷, no Estado de São Paulo, que Fernandinho Beira-Mar, então líder máximo do CV, fortaleceu essa aliança. A parceria entre as duas facções era mais baseada na autoproteção do que em termos económicos, mas tornou-se problemática à medida que os negócios ilícitos começaram a tomar novas proporções a partir de 2014 (Lambert & Rotta, 2016). Presentes a nível nacional, as duas organizações adotaram estratégias de expansão que as colocaram em rota de colisão. Pequenos conflitos e falta de pagamento levaram o PCC a emitir um “salve”, encerrando os negócios com integrantes do CV, na tentativa de manter a convivência pacífica (*Ibidem*, 2016).

À medida que a expansão territorial das duas facções – especialmente a do PCC – aumentou, o conflito entre elas intensificou-se. A situação foi agravada pelas alianças formadas entre facções regionais mais pequenas, como a amazonense Família do Norte (FDN)⁶⁸, que se aliou ao CV. Estas novas alianças foram criadas para enfrentar a questão externa às prisões, nomeadamente a hegemonia territorial e comercial sobre as rotas de tráfico, que envolvem países como Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai, dominadas pela facção paulista. O consequente aumento de conflitos locais levou o PCC a contactar os líderes da facção carioca, porém, sem sucesso (Alessi, 2016b; Alessi, 2016c; Rodrigues, 2022).

Se a comunicação social começou a noticiar sobre a possibilidade⁶⁹ de uma rutura na aliança de duas décadas em agosto de 2016, apenas em novembro do mesmo ano foi mencionado que a origem da cisão – entretanto confirmada – tinha sido a amazonense FDN, aliada ao CV. Na realidade, as autoridades já tinham conhecimento de claros sinais de uma cisão iminente há mais de um ano: em julho de 2015, um dos fundadores da FDN teria ordenado, a partir da prisão, o assassinato de várias figuras proeminentes do PCC em Manaus. A razão desta retaliação violenta terá sido o facto de o PCC continuar a recrutar novos

⁶⁷ Presidente Bernardes (Lambert & Rotta, 2016).

⁶⁸ A FDN nasceu no interior do sistema prisional amazonense. Sobre esta facção, Paiva aponta que ela “se fez com intensa atuação em esquemas nacionais e internacionais de mercados ilegais de drogas, reivindicando o domínio do crime e afirmando que “no Norte tem Comando”” (Paiva, 2019: 169).

⁶⁹ Durante meses não foi claro se a rutura tinha de facto acontecido, pelo que a imprensa se referia a um “possível fim” da aliança (Alessi, 2016b).

integrantes na cidade, apesar da desaprovação da FDN. O chamado “Fim de Semana Sangrento” revelou-se como um dos primeiros capítulos do rompimento entre o PCC e o CV (Alessi, 2016c).

Nos últimos meses de 2016, após pequenas facções associadas ao CV terem executado integrantes do PCC em vários presídios do país, a guerra foi oficialmente declarada pelas lideranças em São Paulo e no Rio de Janeiro. Determinou-se a rutura da aliança de vinte anos entre o CV e o PCC no sistema prisional do Brasil. Em outubro de 2016, ocorreram rebeliões em estabelecimentos prisionais nos Estados de Roraima e Rondônia, onde presos do CV foram brutalmente mortos por presos do PCC, e vice-versa. As mortes começaram a espalhar-se cada vez mais, principalmente pelas prisões nas regiões Norte e Nordeste. A nível nacional, surgiram mais sinais de que havia uma guerra entre as duas principais facções do país e, no mesmo mês, as autoridades tiveram acesso a duas cartas, escritas à mão por cada uma das duas facções, que mencionavam o fim da aliança. Seguiu-se uma série de pedidos de transferência de presos de uma facção encarcerados em prisões dominadas pela outra. A rutura teve repercussões ainda mais intensas em novembro de 2016 (Alessi, 2016b; Alessi, 2016c; Lambert & Rotta, 2016; Rodrigues, 2022).

Os detidos já não podem ser colocados em prisões com membros de outras facções, pois corre-se o risco de novas alianças ou de novas rebeliões. A partir de novembro de 2016, as facções impuseram-se de tal forma no sistema socioeducativo que se tornou necessário separar os jovens por facção, mesmo antes de serem admitidos. Se a violência começou nos presídios, rapidamente transbordou para as ruas, dando origem a um problema de segurança pública. Por fim, a explosão de violência que acompanhou os acontecimentos tornou evidente que as facções já não estão concentradas apenas nas grandes megalópoles brasileiras. Hoje, a realidade é bem diferente: as facções também ocupam as margens de zonas urbanas regionais e de países vizinhos (Alessi, 2016b; Alessi, 2016c; Lambert & Rotta, 2016; Rodrigues, 2022).

Recentemente, a violência prisional entre as facções criminosas voltou a ganhar destaque com o episódio que ficou conhecido como o Massacre do Presídio de Altamira, no interior do Estado do Pará, em julho de 2019. Num confronto em que detidos da facção local Comando Classe A (CCA) invadiram o bloco onde se encontravam detidos do CV, foram assassinadas 58 pessoas, das quais a maioria morreu por asfixia e 16 foram decapitadas. Embora este ataque tenha sido extremo – foi, de facto, a maior tragédia penitenciária desde o massacre de Carandiru – insere-se num longo histórico de violência prisional extrema no Brasil (“Massacre do Presídio de Altamira”, 2021; Sullivan, 2022).

A violência das facções, ligada ao tráfico, transbordou definitivamente para fora das prisões, juntamente com os seus efeitos. A nível político, verifica-se que as principais organizações criminosas envolvidas no tráfico não só enriqueceram e se expandiram nacionalmente à sua custa, como até começaram a participar na política nacional. O financiamento de campanhas eleitorais em alguns Estados pelo crime organizado, bem como a ameaça e coação de várias autoridades empenhadas no combate ao crime, é apenas um exemplo (Zaluar, 2019). A violência também tomou conta das ruas, principalmente, mas não exclusivamente, nas favelas. Em muitas cidades, a situação nas periferias após a rutura da aliança entre o PCC e o CV passou a ser entendida como uma guerra, na qual tanto os traficantes como os polícias estão profundamente envolvidos. Cada facção foi conquistando o seu território e traçou fronteiras artificiais e invisíveis nos bairros, que os moradores frequentemente não têm permissão de atravessar. O simples ato de cruzar uma rua que se tornou uma fronteira invisível entre territórios inimigos pode significar a morte (*Ibidem*, 2019).

São precisamente estas consequências da guerra entre as facções na vida dos moradores que o último capítulo desta dissertação pretende aprofundar, tomando como foco de análise o caso de Pirambu, na cidade de Fortaleza. Para um melhor entendimento destas dinâmicas num lugar tão específico como o Pirambu, é necessário, em primeiro lugar, analisar o contexto em questão. De seguida, será explorado quando e como as facções chegaram a Fortaleza e como operam nesta cidade.

3. Espaços de conflito: a periferia de Fortaleza sob a influência das facções

Este capítulo complementa, em termos contextuais e bem específico, os tópicos abordados nos dois anteriores. Apesar da consciência de que existem inúmeras e diferentes constelações do crime em todo o território brasileiro, variando de Estado a Estado, esta parte pretende mergulhar na realidade da capital cearense. Mais especificamente, será estudado o bairro periférico de Pirambu, situado no litoral oeste da cidade. Para entender melhor a identidade e a realidade desta favela icônica de Fortaleza, que é também uma das maiores do Brasil, será primeiramente lançada uma luz sobre a sua evolução histórica. Depois, será traçada uma visão panorâmica da evolução das gangues em quadrilhas e da sua absorção posterior pelas facções criminosas. Explicarei como a entrada das facções – num primeiro momento o PCC e o CV – em Fortaleza mudou a dinâmica do crime. E por fim, seguir-se-á a discussão sobre o desenvolvimento das facções em Fortaleza: analiso como estas passaram de um momento de *pacificação*⁷⁰ para a fase atual de *guerra entre as facções*⁷¹, o qual começou com a rutura da aliança nacional entre as duas maiores facções do país. Este capítulo serve de base para contextualizar o último capítulo, inspirado numa breve incursão etnográfica no bairro de Pirambu, que realizei no mês de dezembro dos anos 2022 e 2023.

3.1 Pirambu: dimensões históricas de periferização e resistência

Ao contrário do que acontece em cidades como o Rio de Janeiro, em Fortaleza os moradores das áreas consideradas “centro” da cidade raramente têm contacto com as comunidades periféricas. Mesmo que os cariocas, no Rio de Janeiro, não desloquem propositadamente para as favelas, existe um contacto visual quase permanente com os ditos ‘morros’. Uma boa parte das favelas está espremida entre os morros e as partes nobres da cidade. Em Fortaleza não é bem assim. No que toca à topografia da cidade, o Rio de Janeiro tem em Fortaleza quase o seu antónimo. Cidade plana, desconhece a distinção tão clara entre o que é considerado centro e o que é visto como periferia. A parte mais nobre da cidade transforma-se de forma quase subtil numa outra bem mais fragilizada. Tudo isso, também, faz com que os moradores destas áreas mais nobres não tenham conhecimento alargado e próprio de como são estas comunidades, além dos relatos sobre elas – muitas vezes negativos – que aparecem na comunicação social.

⁷⁰ Grifos meus.

⁷¹ Grifos meus.

As pessoas residentes nos bairros economicamente mais fortes que de facto vão às comunidades periféricas são, maioritariamente, aquelas que lá têm familiares ou que trabalham nos projetos sociais, ou Organizações da Sociedade Civil (OSC)⁷² dessas áreas. O desconhecimento sobre esta face da cidade é propício à alimentação do estigma negativo que é projetado sobre ela.

Uma das muitas favelas de Fortaleza, situada à beira-mar, e que se estende ao longo de quarenta quilómetros da orla marítima, Pirambu, é uma comunidade emblemática – e quase centenária – do litoral oeste da cidade (Paulino, 2021). O Grande Pirambu, formado pelos bairros Barra do Ceará, Quatro Varas, Pirambu e Cristo Redentor, tem uma área superior a 282 hectares (Guerra Diógenes, 2021) e é atualmente um dos bairros mais populosos de Fortaleza, com 42 878 habitantes⁷³. No Censo de 2011, Pirambu revelou-se não só a maior favela⁷⁴ de

⁷² Farei uso do termo Organizações da Sociedade Civil (OSC) para me referir às organizações de terceiro sector ativas no Pirambu. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (s.d.), trata-se de “entidades nascidas da livre organização e da participação social da população que desenvolvem ações de interesse público sem visarem ao lucro”. As OSC são atores sociais e políticos que atuam em prol das mais diversas causas e podem ter “variadas formas de atuação, financiamento e mobilização” (IPEA, s.d.). Segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (2023), esta denominação mais recente é um sinónimo para aquelas entidades denominadas Organizações Não-Governamentais (ONG). O novo termo “veio de um desejo de descrevê-las a partir daquilo que elas são de fato, e não a partir de uma negação – ‘não governamental’”.

⁷³ No Censo de 2011, Pirambu era o sétimo maior “aglomerado subnormal urbano” do Brasil, contando com 11 630 domicílios e uma população total de 42 878. Para comparar, no mesmo ano viviam 69 161 habitantes em 23 352 domicílios na Rocinha, então a maior favela do país. No Censo de 2022, à primeira vista, Pirambu parece ter descido muitos lugares, pelo que nem aparece nas listas publicadas. Quando olhamos com mais detalhe para os números, isso parece ter a ver com o facto de apenas ter sido considerado Pirambu e não o Grande Pirambu de que faz parte e como foi o caso no censo anterior. O mesmo parece ter acontecido nos dados da Prefeitura de Fortaleza, que aponta para 19 595 habitantes em Pirambu, parte do Grande Pirambu, em 2022 (D’Agostino, 2011; Paulino, 2021; Prefeitura de Fortaleza, 2022).

⁷⁴ No início de 2024, o IBGE anunciou que, pela primeira vez em mais de cinquenta anos e após demanda de moradores, voltará a usar o termo “favela” para analisar os dados do Censo de 2022. O termo está “vinculado à reivindicação histórica por reconhecimento e identidade de movimentos populares” e veio substituir termos utilizados anteriormente como “aglomerados subnormais” ou “aglomerados urbanos excepcionais”. São consideradas favelas “territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autónoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade”. É ainda estabelecido que nas favelas há: 1) Domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; 2) Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos, como iluminação, água, esgoto, drenagem e coleta de lixo por parte de quem deveria fornecer esses serviços; 3) Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura geralmente feitos pela própria comunidade e seguem parâmetros diferentes dos definidos pelos órgãos públicos; 4) Localização em áreas com restrição à ocupação, como áreas de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou de risco. É ainda relevante, no primeiro ponto, a substituição da “ocupação irregular”, que no fundo colocava uma responsabilidade desproporcional nos moradores, por “insegurança jurídica” (IBGE, 2024).

Fortaleza, como também a sétima maior do país e uma das maiores do continente (Paulino, 2021).

Antes de se transformar numa das maiores favelas do país, no início do século XX, a paisagem era outra. Neste lugar de praias, coqueiros e dunas sem fim já existia uma pequena comunidade de pescadores e jangadeiros; o nome Pirambu vem, aliás, do nome de um peixe comum na área. O bairro como o conhecemos hoje, constituído por redes familiares de renda baixa, começou a surgir em 1932 com a vinda de pessoas flageladas pelas secas severas do sertão. Nas décadas anteriores, milhares de migrantes do interior do Ceará já tinham vindo para Fortaleza. Na ausência de oportunidades de emprego e moradia, ocupavam o espaço público do centro da cidade, o que indignou e incomodou as classes mais altas. Para evitar que os migrantes continuassem a ocupar as praças, parques e calçadas, o Governo do Ceará resolveu construir o que chegou a ser conhecido como “campos de concentração” ou “currais do Governo” (Guerra Diógenes, 2021: 148). Na sequência de mais uma seca severa em 1932, dois “campos de concentração” foram construídos em Fortaleza. Um deles, o Campo do Urubu, situava-se precisamente na área onde hoje fica o Grande Pirambu (*Ibidem*, 2021: 148).

Nesta altura, a orla ainda não tinha o símbolo de *status* que veio a ter mais tarde, pelo que esta zona funcionou de certa forma como uma zona de contenção e de controlo dos retirantes, precisamente para impedir a multiplicação de favelas. Com dificuldades em arranjar emprego, os sertanejos flagelados pelas secas permaneciam a maior parte do tempo nos campos sobrecarregados. Quando as secas chegaram ao fim, o Governo tentou incentivar as pessoas a voltarem para o sertão, oferecendo inclusive transporte e sementes para o cultivo. Sem terras onde cultivar o que quer que fosse, muito menos onde morar, muitos refugiados decidiram ficar na cidade. Pirambu foi então formado a partir do campo de concentração do Urubu, ocupando o lugar do campo e das zonas envolventes até à praia. Incentivado pelas indústrias recém-instaladas lá, pelo desinteresse imobiliário por esta região e pela segregação geográfica da mesma, a população aumentou muito e em pouco tempo. Construíram barracos insalubres e casas precárias nas dunas e à beira da praia (Garmany, 2011: 45-50; Guerra Diógenes, 2021: 148; Paulino, 2021; Sá, 2011: 339-340; Sobreira, 2023).

O crescimento do bairro de Pirambu, no oeste da cidade, aconteceu na direção oposta do que estava a acontecer em geral na cidade: do centro em direção à zona leste da capital, e mais por pressão das classes mais abastadas. Ao mesmo tempo, era justamente a zona oeste da cidade que precisava de mais atenção e investimento do poder público, por ser uma área costeira com muitas dunas e pouca infraestrutura. A ocorrência de várias secas grandes ao longo do século XX empurrou mais sertanejos para a capital cearense. A presença de fábricas e a ausência de

infraestrutura fazia de Pirambu uma zona barata e, portanto, interessante para os flagelados do sertão. Este processo levou a uma ocupação não planejada do litoral oeste de Fortaleza (Guerra Diógenes, 2021: 148-150).

A natureza da sua gênese determinou desde cedo que Pirambu viria a ser um lugar de resistência. Já na década de 1940, ficou na mira dos donos dos terrenos onde foi autoconstruído. Estes reivindicaram junto do Estado os seus direitos de posse, com o objetivo de lotear e vender os terrenos. Após décadas de segregação e ausência total do poder público, este foi um dos momentos catalisadores para os moradores começarem a organizar e reclamar os seus direitos. Os pirambuenses que trabalhavam nas fábricas da zona juntaram-se aos sindicatos e com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja católica começaram a mobilizar a comunidade. Na sequência disto, a favela foi dividida em territórios e, para facilitar o diálogo, cada um teve um líder comunitário atribuído (Guerra Diógenes, 2021: 150; Paulino, 2021).

Esta foi apenas a primeira de muitas tentativas de erradicar Pirambu ao longo da sua história. Para reagir às ameaças existenciais constantes – na década de 1960 as dezenas de milhares de moradores de Pirambu ainda aguardavam a sua incorporação oficial na cidade da parte da Prefeitura – a comunidade mobilizou-se com a ajuda dos sindicatos e do padre católico Hélio Campos, pessoa muito envolvida nas lutas sociais e territoriais locais da capital cearense. No primeiro dia do ano 1962, a memorável “Marcha do Pirambu” pela capital levou milhares de pirambuenses para o centro da cidade para reivindicar melhores condições de vida e colocar o bairro definitivamente no mapa. Como consequência, esta visibilidade ocorreu. Como demonstram alguns estudos, a marcha foi um momento de reivindicação na luta pela posse do terreno junto da Prefeitura de Fortaleza (Diógenes, 2008: 59; Garmany, 2011: 49-50; Guerra Diógenes, 2021: 145, 151; Sobreira, 2023). Um resultado direto da marcha foi a aprovação, no Diário Oficial da União, do Decreto 1.058 de 25 de maio de 1962, que ordenou a desapropriação de duas áreas de terra situadas no Pirambu, “necessárias a melhoramento habitacional de grande centro de população local, com execução de plano de urbanização, obras de higiene e abertura de vias e logradouros públicos, para melhor utilização estética e fixação dos habitantes respetivos” (Decreto nº 1.058, de 25 de maio de 1962⁷⁵). Pirambu tornou-se então oficialmente

⁷⁵ O decreto ainda menciona que “as glebas objeto desta desapropriação servem, na sua maioria, para habitação de uma população entre a qual se encontram portuários e ferroviários, vivendo em precaríssimas condições de higiene e habitabilidade”, e que “tais condições podem constituir grave problema social e, portanto, que merece atenção por parte dos poderes públicos”, considerando ser, enfim, “indeclinável dever do poder público proporcionar à população condições mínimas de habitação condignas, máxime em se tratando de pessoas que, em grande parte, prestam serviço público” (Decreto nº 1.058, de 25 de maio de 1962).

parte da área metropolitana de Fortaleza. Esta primeira e icônica marcha periférica da cidade viria a inspirar, por décadas, gerações inteiras e ainda hoje é celebrada a cada ano (Diógenes, 2008: 59; Garmany, 2011: 49-50; Guerra Diógenes, 2021: 145, 151; Sobreira, 2023).

Apesar desta conquista, na década de 1970, a gestão da Prefeitura de Fortaleza estava mais empenhada num programa de remoção de favelas do que propriamente na melhoria das suas condições. Nesta altura foi construída a grande Avenida Presidente Castelo Branco, mais conhecida como a Avenida Leste Oeste. Parte de uma estratégia para expandir a malha viária da cidade, a avenida que conecta o centro de Fortaleza com as praias turísticas da cidade costeira de Caucaia, mais a oeste do Pirambu. Mas enquanto a estrada conecta o Leste com o Oeste, ela corta literalmente o Grande Pirambu ao meio. Para dar espaço a esta via, muitas pessoas viram as suas casas removidas e as suas vidas relocadas para partes da cidade bem remotas da sua comunidade (Guerra Diógenes, 2021: 151). Foi revelador da preocupação real do poder público para com a população de Pirambu. Esta não só não parava de crescer como também viu as suas necessidades básicas – como água, habitação, saneamento, cuidados de saúde – apenas e somente parcialmente tratadas sob pressão dos líderes comunitários junto da Prefeitura. Impulsionado pelo crescimento do turismo e o investimento nele, a década de 1990 viu algumas melhorias no Grande Pirambu. Ao mesmo tempo houve também um desenvolvimento urbano cada vez mais assimétrico e um ignorar cada vez mais flagrante das comunidades marginalizadas em Fortaleza (Garmany, 2011: 49-50; Guerra Diógenes, 2021: 152-157).

No século XXI, com o *boom* de turismo, Pirambu (plantado à beira mar) virou alvo de novos investimentos através de dois grandes projetos de reestruturação da orla, que mudaram drasticamente a realidade dos seus moradores. A construção do primeiro, nomeado Projeto Costa Oeste, começou em 2002 e visava a criação de uma via litorânea turística e de fluxo rápido. Este planeamento urbano estatal tinha um caráter claramente turístico, comercial e capitalista, desalinhado com as principais necessidades da comunidade. Foi a resistência desta última que fez com que a sua voz tenha sido ouvida neste processo e que o projeto tenha sido reelaborado e renomeado. Com início em 2006, o Projeto Vila do Mar previa um caráter bem mais local para a orla. As várias melhorias em relação ao projeto anterior foram não só limitadas como também apenas tornadas possíveis após um diálogo maior com a comunidade. Mesmo assim, não se conseguiu evitar o deslocamento e a relocação de milhares de moradores. Enquanto o fluxo de imigrantes do sertão para o Pirambu nunca tinha parado de crescer, a histórica ação comunitária da favela tinha ficado enfraquecida com a migração de muitos pirambuenses para São Paulo e Rio de Janeiro. A comunidade foi então incapaz de resistir, na

totalidade, ao projeto urbanístico de Vila do Mar (Garmany, 2011: 45-50; Guerra Diógenes, 2021: 145-160).

O novo projeto de requalificação urbana do Vila do Mar visou construir uma *promenade* na orla para aproveitar o espaço privilegiado do Pirambu. Previa a urbanização com um foco no seu aspeto local e paisagístico em vez de no fluxo rápido do trânsito. Além disso, propunha ainda melhorias na malha viária, a recuperação de áreas de preservação que foram irregularmente ocupadas, e a construção de uma ciclovia e de equipamentos comunitários virados para o lazer, o desporto e a pesca. Para garantir que o projeto estaria alinhado com a vida quotidiana da comunidade, foram evitadas tanto a privatização do espaço público como uma abordagem voltada demasiado para o turismo. Por isso, e até hoje, não foram construídos estacionamento, barracas ou bares na orla da praia. Várias etapas do projeto foram concluídas, enquanto algumas destas já se perderam e outras ainda estão por fazer. O projeto sempre foi apresentado pelo poder público como um que tem a melhoria da qualidade de vida da população local como objetivo principal. Ainda que tenha conseguido mudanças significantes e relevantes – onde antes só tinha “areia, buracos e esgoto”, hoje tem o calçada –, o planeamento urbano⁷⁶ proposto nele não deixa de ter um caráter segregacionista, que podia ter tido consequências bem mais negativas se não fosse a luta travada pela comunidade (Garmany, 2011: 45-50; Guerra Diógenes, 2021: 145-160; Paulino, 2021).

Para Pirambu, o século XXI trouxe melhorias através do investimento público, mas não foi capaz de erradicar a precariedade que parece estar carimbada na comunidade desde o momento da sua génese. A maior favela de Fortaleza continua a conviver com os mesmos problemas endémicos de sempre, ligados à sua ocupação espontânea e à autoconstrução – sempre regra e nunca exceção – em zonas frágeis como morros, dunas e a faixa costeira. O quotidiano de um pirambuense é atravessado constantemente por questões diversas, seja de saneamento, pavimentação ou coleta de lixo, seja de habitação precária, falta de infraestrutura pública ou maresia impiedosa. Contra um pano de fundo com uma beleza ímpar, com os seus cajueiros e coqueiros na praia e os seus azuis em tons incontáveis, desenrola o quotidiano de um bairro que vive com o estigma tão histórico como eterno de ser degradado, pobre e violento. Segundo

⁷⁶ Estas tensões não são exclusivas à comunidade de Pirambu, já que os diferentes *stakeholders* numa cidade raramente partilham a mesma perceção sobre projetos de desenvolvimento urbano, especialmente quando estes se focam em favelas e ainda mais quando estas têm uma localização que hoje é considerada privilegiada. Apesar do caso de Vila do Mar parecer muito parecido com outras cidades no Brasil, existem características específicas das cidades no Nordeste que fazem disso um caso singular. Aqui, a pobreza é crónica e aguda, agravada pelos períodos de seca, muito recorrentes no Ceará. Por isso, Fortaleza tem uma realidade singular quando se fala de pobreza urbana no Brasil (Garmany, 2011: 45-46).

alguns autores, Pirambu alberga, ao mesmo tempo, um dos maiores índices de pobreza e de violência da cidade (Diógenes, 2008: 59; Guerra Diógenes, 2021: 152-158; Paulino, 2021; Sobreira, 2023).

Já nos anos 1940, uma década depois da sua fundação, a imagem do Pirambu já estava muito associada a perigo, miséria e criminalidade. É também nesta favela que aparecem os primeiros grupos denominados de gangues, chegando a ser o território de não menos de vinte gangues diferentes em 1995 (Diógenes, 2008: 59; Paulino, 2021). O relato de um morador sênior que mora em Pirambu desde a sua adolescência em entrevista ao *El País Brasil* demonstra bem o estigma que acompanha a comunidade desde então: ele costumava dizer às pessoas que “morava no *vissh*”, porque era essa a reação das pessoas ao ouvir o nome do local onde mora (Alessi, 2016a).

Mas no Pirambu, diferente por natureza, o estigma sempre andou de mãos dadas com a luta da comunidade contra as injustiças sociais. Esta favela é associada tanto à ação de grupos criminosos, como ao ativismo de grupos que atuam na área de Direitos Humanos. Durante décadas, esta comunidade envolveu-se em lutas pelo direito de existir, por moradia, e contra os efeitos avassaladores da pandemia (Diógenes, 2008: 59; Guerra Diógenes, 2021: 145-146). Sobre este assunto, Garmany (2011) escreveu o seguinte:

“In low-income neighborhoods such as Pirambu, social movements and popular participation have typically coincided, and because of their size and continued neglect by city elites, favelas in Fortaleza developed strong roots for political organization. As opposed to Rio de Janeiro and São Paulo, where *favelados* have more often had to defend their right to occupy and inhabit urban space, the demands of groups in Fortaleza have tended to focus upon better housing and public services. This trend, argues José Borzachiello Silva (2002), indicates that Fortaleza may, indeed, have a more extensive tradition of mobilization and collectivized resistance than many other cities in Brazil, helping to explain why and how Pirambu (in addition to other favela communities in Fortaleza) grew so large during the second half of the 20th century” (Garmany, 2011: 49).

Com a luta histórica enraizada no seu ADN, Pirambu conheceu uma proliferação de associações, projetos sociais e grupos de jovens nas últimas décadas, todos empenhados na inclusão social e na reivindicação de uma vida melhor para os seus moradores. Existem várias OSC⁷⁷ como estas no Pirambu, e o papel na comunidade de algumas delas será abordado com

⁷⁷ As OSC foram e ainda são atores importantes nas lutas sociais do Pirambu. Apesar desta história tão forte, nos momentos em que estive lá, não consegui registar nenhum grupo que pudesse demonstrar

mais detalhe na última parte desta dissertação. Se antes a luta histórica da comunidade era contra todas as adversidades anteriormente mencionadas, ela agora tem outro foco. A maior preocupação das OSC no Pirambu já não é o direito à permanência ou à moradia; atualmente, a luta principal parece ser pela mobilidade social e geográfica dos moradores na era da guerra das facções. Tanto as OSC como os moradores do Pirambu alertam para o fato de a realidade ter mudado substancialmente no momento em que as gangues foram absorvidas pelas facções. Para contextualizar esta questão, é essencial explorar a trajetória histórica das gangues e facções em Fortaleza.

3.2 Facções criminosas em Fortaleza

“[...] tempo das gangues em Fortaleza acabou, agora é facção e todos têm que respeitar”
(Paiva, 2019: 170).

Esta frase é representativa do facto que houve uma transformação social nas maneiras de fazer o crime na cidade de Fortaleza. A absorção das gangues pelas facções trouxe novos problemas sociais que afetam de forma significativa a vida quotidiana das pessoas que vivem nela, especialmente nos seus bairros periféricos (Paiva, 2019: 165-170). Com o advento das facções em Ceará, também mudou a escala do tráfico de drogas. É importante sublinhar aqui que a localização geográfica do Ceará colocou o Estado no radar das organizações criminosas a partir do final da década de 1990. Por causa da sua maior proximidade com os Estados Unidos, África e Europa e a sua melhor infraestrutura de portos e aeroportos, o Ceará é um dos Estados nordestinos mais estratégicos para a rota internacional do tráfico de drogas. Ademais, o seu acesso à Rota Solimões, notório corredor de entrada de drogas de países andinos para o Brasil, faz com que o Estado seja considerado um dos mais estratégicos para o crime organizado (Bedinelli, 2018; (“Facção carioca TCP”, 2024; Paiva, Barros & Cavalcante, 2019: 74).

a existência desta magnitude. O Mapa das Organizações da Sociedade Civil, gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que, por sua vez, é vinculada ao Ministério da Economia, regista a existência de vinte OSCs em Pirambu no momento atual (Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2024). Para ter uma ideia mais completa das associações e organizações existentes no bairro, também pesquisei pelo termo ONG. O portal OngsBrasil dá conta de um total de 294 ONGs em Fortaleza, com uma única registada no Pirambu (OngsBrasil, 2024). As organizações com quais contatei durante as minhas incursões no bairro, não apareceram em nenhuma destas listas, apesar de receberem ou já terem recebido apoio da Prefeitura.

As facções criminosas, o crime organizado em grande escala, foram precedidas pelas gangues. A pesquisa de Glória Diógenes já deu a entender muito sobre a atuação destes grupos nas periferias de Fortaleza. É relevante lembrar que estes eram grupos de jovens com fortes vínculos aos territórios e que, no final da década de 1990, vão incorporar algumas dinâmicas relacionadas com os mercados ilegais de drogas. Muitas vezes, atuaram há anos em bairros específicos, criando “os seus repertórios para demonstrar publicamente que “se garantem”, mas também rivalidades com outras gangues de outros territórios. Os encontros entre gangues rivais davam-se nas ruas ou nos bailes *funk*, onde dançar e brigar faziam parte da mesma dinâmica (Diógenes *Apud* Paiva, 2019: 171). Quando as brigas dos bailes *funk* foram para as ruas ao mesmo tempo que as drogas e as armas começaram a entrar cada vez mais no cenário, o número de homicídios passou a aumentar no Estado. As mortes eram o resultado das disputas entre as gangues, e a polícia e o Estado trataram o fenômeno como uma mera “guerra entre bandidos”. Baseado nas entrevistas feitas na periferia de Fortaleza, Luíz Fábio Paiva (2019), professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência, consta que o papel das armas e das drogas nas dinâmicas das gangues não era constituir um mercado ilegal. Elas serviam para manter e aumentar tanto a violência contra as gangues rivais como a letalidade do conflito.

O mercado ilegal existiu, mas mais como meio de continuar as brigas entre gangues do que como um fim em si. Todavia, como é uma fonte de lucro rápido, este mercado ilícito não só fez surgir conflitos dentro da própria gangue como também ajudou a transformar diversas gangues em quadrilhas no início dos anos 2000. As primeiras quadrilhas foram formadas por lideranças das gangues que se tornaram traficantes, ou por traficantes que vieram de outros meios. Preservando sempre a antiga lógica de pertencimento local, os traficantes de um grupo não podem frequentar a área de um grupo rival. No entanto, em meados dos anos de 2000, as pesquisas de Paiva indicaram que em geral “as gangues e os traficantes locais exerciam pouca influência na vida comunitária, exigindo apenas o silêncio das pessoas para que as suas atividades não fossem prejudicadas” (Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 171-172). Este cenário viria a mudar profundamente com o advento das facções.

As primeiras mudanças nesta direção ocorreram em 2014, quando traficantes locais começaram a reunir dentro e fora das prisões para discutir sobre uma possível união entre eles e sobre colaborações com o PCC, o CV e a FDN, as três facções mais importantes do país então ativas no Estado do Ceará. Isso, indica Paiva (2019: 173), “possibilitou que presidiários se organizassem e agenciassem grupos locais para os coletivos criminais mais robustos, reterritorializando e redimensionando a escala de participação nas dinâmicas do crime feitas na

cidade”. Mesmo sendo grupos exógenos, eles incluem pessoas que fazem o crime neste Estado nordestino. No ano de 2015 assistiu-se ao surgimento de grupos locais mais organizados, com hierarquias bem delineadas e voltados principalmente para o tráfico de drogas. Foi também o ano da solidificação da entrada das facções criminosas no Ceará, que acabaram por aglutinar muitos destes grupos locais. Além de já não serem grupos pequenos rivalizando entre si, a escala das facções é claramente outra: em vez de se limitar a territórios pequenos como bairros, elas operam na cidade, na região metropolitana, no Estado, e no nível nacional (Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 170-173).

Estas mudanças foram consolidadas no ano de 2016 e afetaram significativamente a dinâmica de fazer o crime em Fortaleza. No início do mesmo ano também foi formada a facção cearense Guardiões do Estado (GDE), para dar resposta à ideia de que havia uma necessidade de criar uma facção local. A GDE⁷⁸ parece ter nascido no Conjunto Palmeiras⁷⁹ e servia tanto para se relacionar com as facções dos outros Estados, como para combatê-las, pois juntou pessoas do crime dispostas a resistir ao comando destas facções consideradas estrangeiras. Além disso, permitiu o desenvolvimento de um método local, capaz de eliminar as guerras internas e de criar um discurso identitário com as pessoas “envolvidas” no crime cearense. Este discurso regional foi um elemento importante, muito explícito no próprio nome da facção e muito em linha com o discurso da FDN no Norte do país (Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 173-178).

Apesar de fazer uso de um conjunto de ideias que também constam nos estatutos do PCC, do CV e da FDN, como “paz, justiça, liberdade e igualdade” e o uso dos tribunais do crime em caso de não cumprimento, igualmente tem as suas singularidades. São exemplos disto a anteriormente mencionada regionalidade, o grande número de integrantes menores, e o poder descentralizado. A facção também ficou notória pela sua brutalidade – é conhecida como sendo a mais violenta no Ceará – da qual as punições com tiros nas mãos e nas pernas aos que desobedeciam à medida de proibição de assaltos são apenas uns exemplos. A GDE conseguiu uma rápida expansão tanto no sistema prisional como nas ruas das periferias de todo o Ceará (Paiva, 2019: 177; Rizzo, 2018). Esta nova componente no xadrez do crime do Ceará naturalmente tensionou a relação com as facções exógenas, considerando que todas lutam pela hegemonia do crime no Estado. A sua consolidação transformou as maneiras de fazer o crime

⁷⁸ A facção cearense é também conhecida pela sigla 745, pela posição das letras no alfabeto (Rizzo, 2018).

⁷⁹ Conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Conjunto Palmeiras é o bairro de Fortaleza com mais pessoas na pobreza extrema no ano de 2012 (Saldanha, 2012), poucos anos antes da formação da GDE.

nesta região. Além das novas alianças e rivalidades, também parece ter absorvida de forma definitiva as gangues locais. Como indica Paiva (2019: 170), os integrantes da GDE declararam publicamente que o “[...] tempo das gangues em Fortaleza acabou, agora é facção e todos têm que respeitar”. Segundo Alessi (2016a), havia uma ausência de resistência da parte das gangues e apoiantes contra a chegada das facções. Esta sujeição espontânea provavelmente ocorreu devido ao fato de o novo cenário ser benéfico para todos. A guerra agora era contra a polícia e não mais contra outros atores.

Aquando do seu aparecimento no início de 2016, havia uma narrativa sobre uma espécie de paz entre as facções. Um acordo de paz entre elas no Ceará parece ter sido comandado por um alinhamento nacional entre o PCC e CV, entre as quais havia uma aliança a nível nacional que já estava em vigor há duas décadas, como já sabemos. Mais especificamente, este novo acordo entre as facções no Ceará terá sido planeado e pensado por Alejandro Juvenal, irmão do Marcola, um dos líderes do PCC. Marcolinha, como é chamado em São Paulo, morava nesta altura num bairro na região leste de Fortaleza e terá conversado com as lideranças das facções de vários bairros para que se unissem e acabassem com os homicídios e os assaltos, para beneficiar o tráfico e afastar a polícia. Condenar os assaltos e os homicídios do passado faz parte do “modelo empresarial” do PCC (Alessi, 2016a; Borges & Rodrigues, 2023; Feitosa, 2018). Com este novo acordo, as duas maiores facções do país passaram a dominar também as periferias de Fortaleza, então “uma das capitais mais violentas do Brasil” (Alessi, 2016b). Este fenómeno, que foi denominado de “pacificação das periferias” em Fortaleza, foi na altura um marco importante para os moradores periféricos. Até lá, eram as gangues rivais que controlavam os bairros, cada um dividido em setores. Movidas pelo tráfico, havia um estado de guerra constante que deixou um rasto mortal por onde passava (Alessi, 2016a).

A pacificação derrubou definitivamente as gangues em prol das facções. A proibição de assaltos e roubos nas comunidades foi a primeira marca significativa do novo poder. Proliferaram pichações com o aviso “se roubar na favela morre”, testemunho desta nova paz, criando a ideia de que as facções protegiam as comunidades, agora seguras e livres de assaltos. Juntamente com as gangues também desapareceram os limites territoriais herdados da guerra entre elas, o que trouxe uma liberdade de movimento no bairro da qual muitos moradores apenas tinham vagas lembranças. As facções tornaram possível que moradores de comunidades anteriormente inimigas pudessem voltar a conviver. Como a vida se tornou mais tranquila, a pacificação chegou de facto a ser celebrada em diversas comunidades (Alessi, 2016a; Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 174).

Os efeitos da “pacificação das periferias”⁸⁰ ficaram especialmente evidentes na queda drástica no número de homicídios na cidade (Paiva, 2019: 174). As estatísticas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) são claras: houve uma queda nos homicídios de 37,6 por cento em Fortaleza e de 12 por cento no Ceará nos primeiros sete meses de 2016 em relação ao período homólogo em 2015 (Alessi, 2016a). Quando comparando os números do ano inteiro, 2016 apresentou uma redução de 15,2 por cento em relação ao ano anterior, sendo esta a maior redução desde o início dos anos 2000 (Paiva, 2019: 174). No início de 2016, Fortaleza ainda foi destacada como cidade mais violenta do Brasil e a décima segunda do mundo num *ranking* feito pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal. Com uma taxa de 60,6 homicídios por 100 000 habitantes a cidade deixou São Paulo e Rio de Janeiro para trás, com taxas de 10,6 e 18,2, respectivamente.

Não quebrar a paz virou prioridade e a morte o último recurso, como é habitual no chamado tribunal do crime⁸¹ das periferias de São Paulo e que foi adotado também em Fortaleza. Como não se observou nenhuma ação específica das forças de segurança no mesmo período, tudo aponta para as facções como fator explicativo desta queda tão pronunciada. Ao interromper o eterno ciclo de vingança das gangues, caíram os homicídios que punham os holofotes da polícia nos bairros e os assaltos que criaram um mal-estar generalizado nas comunidades. Isto fez com que as facções conseguissem focar no tráfico, principalmente concentrado em crack e cocaína. Todavia, o discurso do Estado era outro (Alessi, 2016a). O Governo do Estado inicialmente não só negou a existência das facções – tal como aconteceu em outros Estados do país – e da “pacificação”, mas os Comandantes da Polícia Militar (PM) chegaram inclusive a declarar que a descida dos homicídios em 2016 resultou do trabalho das forças de segurança. Enquanto isso, o Governo do Estado do Ceará não tomou ação perante as pichações que começaram a aparecer por todo o lado nos muros da cidade. A partir de março de 2016, uma série de treze atentados a bens e prédios públicos, ordenada de dentro dos presídios, tornou mais difícil a posição do Governo estadual (Paiva, 2019: 174).

⁸⁰ Apesar de o termo parece transmitir outra mensagem, a “pacificação” foi, na realidade, um fenômeno muito ambíguo. Se por um lado promoveu a diminuição sistêmica e significativa dos homicídios dolosos, por outro lado, deu origem a um novo grau de crueldade na violência praticada pelo crime. As facções criaram uma espécie de legislação própria, que inclui os “tribunais do crime”, através dos quais as “lições de moral” são determinadas. Estas incluem práticas que são de uma extrema violência, como tortura e até decapitações. Para espalhar o terror, muito acaba por ser gravado e espalhado por telemóveis (Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 173-174).

⁸¹ Significa que eventuais queixas – como pagamentos para droga em dívida – são levadas diretamente para as lideranças do tráfico, que muitas vezes se encontram nas prisões, onde manda uma ou outra facção. Apenas depois de estas lideranças terem sido consultadas, é proferida uma sentença (Alessi, 2016a).

3.3 Início de uma nova era: da pacificação à “guerra entre as facções”

O cenário da “pacificação das periferias” durou algum tempo, mas mudou drasticamente em 2017, em consequência da rutura da aliança entre o PCC e o CV a nível nacional (Paiva, 2019), como descrito no capítulo anterior. A nova conjuntura criada por este evento reflete o quadro atual.

Os primeiros sinais da rutura entre as duas maiores facções do país já se deram a partir de junho de 2016 com enfrentamentos pontuais no sistema prisional. Apesar disso, a situação nas ruas de Fortaleza manteve-se estável, ou seja, continuou “pacificada”, o que reforçou o discurso do Governo do Estado do Ceará, que a situação estava sob controlo e que a influência das facções limitava-se aos presídios. Também da parte do tráfico vieram reafirmações que a paz nas periferias de Fortaleza estava mantida. A situação foi-se agravando nos meses de setembro e outubro, e com ela a iminência do fim da aliança de quase duas décadas entre o PCC e o CV. Por conseguinte, a “pacificação das periferias” em Fortaleza, da qual a base era este acordo há muito consolidado, começou a estar sob pressão cada vez mais. Quando a rutura da aliança ficou evidente, teve repercussões no território cearense, onde eclodiu uma guerra territorial pelo controlo do tráfico de drogas em Fortaleza, na região metropolitana e no interior. Formaram-se também novas alianças, com o PCC e a GDE de um lado e o CV e a FDN do outro lado. A situação no Ceará foi ainda agravada pela particularidade de não ter a hegemonia de um grupo local, ao contrário do PCC em São Paulo, entre outros. Isto contribuiu para a intensificação dos enfrentamentos constantes (Alessi, 2016b; Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 175).

O fim da aliança entre as duas maiores facções do país e da “pacificação das periferias” fez de 2017 um ano sangrento: o SSPDS-CE registou um recorde anual de 5 134 mortes no que viria a ser o maior conflito armado vivido no Estado do Ceará. Representou uma subida de 50,7 por cento de 2016 para 2017. Segundo o ranking da ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, a taxa de homicídios na cidade atingiu os 83,48 por 100 000 habitantes, tornando-se assim a sétima região metropolitana mais violenta do mundo (Bedinelli, 2018; Borges & Rodrigues, 2023). Os dados da Comissão de Estudo das Vítimas dos Crimes Violentos Letais Intencionais sobre o perfil das vítimas também são claros: a maioria são do sexo masculino, têm entre 17 e 29 anos, são negros, com baixa escolaridade e moradores da periferia. Segundo Paiva (2019: 178), muitas destas mortes estão associadas à desobediência à ordem que proibia roubos e assaltos nas comunidades, que foi imposta pelas facções e o que não existia no tempo das gangues e das quadrilhas. Além da subida brutal dos homicídios, houve uma escalada geral da violência no Estado, com dezenas de chacinas e três séries de

ataques criminosas a bens públicos e privados. Mas houve também outras consequências graves, como a expulsão⁸² de moradores das suas casas, um impacto negativo no funcionamento dos serviços públicos, crianças a serem obrigadas a mudar de escola, a circulação proibida em algumas áreas, e a imposição de ter de escolher um lado e mostrar lealdade. Ainda em relação ao perfil da maioria das mortes, é importante repetir e sublinhar que estes efeitos não atingem a todos da mesma forma. Tem um impacto principalmente nos jovens homens, e dentro deste grupo, meninos brancos não sofrem as mesmas consequências que meninos negros. Para estes últimos, a mera correspondência com um certo estereótipo já pode equivaler uma sentença de morte (Borges & Rodrigues, 2023; Feitosa, 2018; Paiva, 2019: 178).

O caso cearense foi tão singular que ganhou destaque nos holofotes nacionais: no ano anterior, a “pacificação das periferias” ainda tinha contribuído de forma tão significativa para a queda drástica na taxa de homicídios (Rossi, 2018). Numa entrevista ao *El País Brasil* em 2017, Ciro Gomes, político cearense e antigo Presidente da Câmara de Fortaleza, então em plena campanha presidencial, sublinhou que não se pode combater a violência sem se investir na educação do povo e sem aumentar a renda per capita. Ele também apontou para o facto de que a violência explodiu no mesmo período que o PIB aumentou significativamente no Estado do Ceará. A economia, tanto como a violência, cresceu (F.M. & C.J., 2017).

Depois do fim da “pacificação”, o CV e a FDN mantiveram-se aliados, o que estava em linha com o que já acontecia em outros Estados do país e até no próprio Ceará, já antes da “pacificação” acontecer. A aliança entre o PCC e a GDE foi bem menos esperada e a sua efetividade muito questionada, tanto por pesquisadores como operadores de segurança e justiça. A razão principal disso foi o facto de a GDE ter muitos integrantes menores, “inclusive em posições de prestígio e reconhecimento”, enquanto o PCC é justamente reconhecido nacionalmente por não “batizar menores”. Mas a aliança foi muito estratégica para ambos os lados. Se para a GDE foi uma maneira de obter drogas e armas para conseguir disputar territórios com a aliança CV-FDN, para o PCC, o apoio da GDE foi essencial para ter um

⁸² Acontece que nas favelas vão aparecendo pichações, que são uma ameaça da facção dominante naquele território para os moradores que vivem num determinado lugar dentro deste território. Obrigam moradores de deixar as suas casas, com risco de morte em casa de recusar. Quando a polícia não consegue intervir a tempo, os moradores acabam de facto por verem-se obrigados a deixar as suas casas, mesmo não tendo nada a ver com o tráfico. Segundo afirma o delegado adjunto Armando Albuquerque Silva, a maior parte das expulsões “aconteceu porque a família que recebeu o imóvel era oriunda de um bairro que passou a ser dominado pela facção rival quando os grupos entraram em guerra”. Outras razões são uma dívida da família em questão com os traficantes, o facto de fazerem parte de uma facção rival ou o local estratégico para a venda de drogas da moradia (Bedinelli, 2018).

número suficiente de homens, mesmo que incluindo bastantes menores, para desafiar as facções rivais (Paiva, 2019: 176).

Em 2018, a violência tinha tomado os presídios e as ruas do país e o Ceará não era exceção. No dia 27 de janeiro desse mesmo ano, aconteceu a maior chacina da história recente do Estado nordestino, em que 14 pessoas foram assassinadas, entre quais oito mulheres, e 18 pessoas ficaram feridas numa casa de espetáculos na periferia de Fortaleza. A Chacina das Cajazeiras foi patrocinada por integrantes da GDE num território dominado pelo eixo CV-FDN e teve até repercussão na comunicação social internacional⁸³. Foi um caso emblemático, uma vez que demonstrou novas dinâmicas na maneira de fazer o crime e a gestão da vida e da morte na era das facções. Por um lado, ficou explícito que qualquer pessoa, “envolvida” ou não, pode-se tornar vítima da violência das facções. Em vez de pessoas “envolvidas”, o alvo era uma comunidade “inimiga”. Quebrou-se assim uma barreira simbólica que existia entre pessoas “envolvidas” e “não envolvidas”, e com isso desvaneceu uma certa camada de segurança que estas últimas sentiam até aquele momento. Por outro lado, o facto de tantas mulheres terem sido assassinadas foi demonstrativo que a crueldade da violência tinha chegado a novos altos. Segundo alguns estudos, o assassinato de mulheres no contexto do crime organizado era algo relativamente raro até 2016 (Paiva, Barros & Cavalcante, 2019: 86-90).

Apenas dois dias depois da tragédia de Cajazeiras, um confronto entre facções rivais na Cadeia Pública de Itapajé⁸⁴ a 130 quilómetros de Fortaleza deixou dez pessoas mortas. Teria sido uma vingança depois do banho de sangue de Cajazeiras, mas como as vítimas eram presos, cujas vidas são consideradas “abjetas”, a repercussão social desta tragédia foi bem mais limitada (Paiva, Barros & Cavalcante, 2019: 86-90). Segundo Cláudio Justa, advogado e presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, as duas ocorrências estavam interligadas e aconteceram entre as mesmas facções rivais, nomeadamente o CV e a GDE. Na sua perspectiva, era claro que o fator determinante destes confrontos era a guerra por territórios para a comercialização e o refino de drogas, situação que descreveu como “um Estado paralelo”. Enquanto isso, a opinião do secretário de Segurança Pública do Ceará, André Costa,

⁸³ Ver, por exemplo: Coelho, Janet Tappin (2018, 27 de janeiro). Mass shooting at packed Brazilian nightclub leaves 18 people dead and 12 injured – most of them young women. *Daily Mail*. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-5320109/Mass-shooting-packed-Brazilian-nightclub-leaves-18-dead.html>. (Data de consulta: 08/07/2024).

⁸⁴ Depois do caos de 2016, as quinze grandes unidades penitenciárias cearenses fizeram um esforço para separar membros de facções rivais, algo que não é possível nas unidades menores, como é o caso de Itapajé. O presídio desta cidade que tinha capacidade para 25 detentos contava na altura da tragédia mortal com 83.

já era outra: na perspectiva deste, a briga entre as facções ainda não podia ser indicada como explicação exclusiva destes acontecimentos dramáticos (Rossi, 2018).

No rescaldo desta violência extrema, Camilo Santana (do Partido dos Trabalhadores), governador do Ceará, salientou “a falta de uma política nacional” da parte do governo Temer para lidar com a guerra por território entre facções que originaram no Rio de Janeiro e São Paulo, crítica que não foi bem recebido pelo Governo Federal. No entanto, na sequência dos acontecimentos no Ceará e em entrevista ao *El País*, este anunciou a criação de uma força-tarefa para “combater a ação de facções criminosas neste território”. Ao mesmo tempo havia vozes cearenses, como a de Cláudio Justa, que apelavam para uma ação maior, como decretar a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ou seja, um decreto de emergência para poder aumentar a ação do Estado, como o uso temporário de agentes das Forças Armadas (*Ibidem*, 2018).

Menos de dois meses depois, foi registada mais uma chacina, que viria a ser um marco trágico na história recente da cidade. O ataque aconteceu na Praça da Gentilândia no coração do bairro universitário de Benfica, situado a dois quarteirões da sede da UFC. A matança ocorreu às 23h numa praça conhecida pelos bares e o seu carácter universitário e boémio, frequentada por universitários e pessoas da classe média em geral. Sete pessoas foram assassinadas e três ficaram feridas no que viria a ser conhecida como a ‘Chacina do Benfica’. Mais uma vez, o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) negou o envolvimento das facções criminosas e atribuiu a tragédia a grupos organizados da cidade (Paiva, Barros & Cavalcante, 2019: 87). Mais tarde, as investigações do MPCE confirmaram que o episódio estava diretamente ligado à guerra entre facções rivais, nomeadamente a GDE e o CV (MPCE, 2019). O que fez esta chacina ser diferente, foi a abrupta rutura na territorialidade dos enredos do crime das facções criminosas em Fortaleza. Foi a primeira vez que a ameaça de uma chacina se cruzou com as vidas da classe média da cidade. Conforme Paiva, Barros e Cavalcante (2019: 87), “tratou-se, sem dúvida, da transposição de um limite no imaginário da segurança pública no Ceará. O sentimento ecoado nisso tudo era o de que ninguém mais estaria seguro de agora em diante, na medida em que as chacinas não se restringiam mais às territorialidades periféricas e estigmatizadas”. Nesta altura, e ao contrário do que se poderia ter esperado uns anos antes, as chacinas, juntamente com as suas causas e consequências, já tinham sido naturalizadas e incorporadas ao quotidiano da cidade. Para chegar a um ponto onde uma chacina ecoaria na cidade durante semanas e semanas, como acontecia anteriormente, era preciso que ela fosse de um grau de violência sem precedentes. Foi precisamente este o caso com as chacinas de Cajazeiras e do Benfica (*Ibidem*, 2019: 86).

O que começou a ganhar contornos em 2017, tornou-se, portanto, uma verdadeira crise de segurança pública em 2018. Neste outono brasileiro de 2018, Fortaleza tinha-se tornado uma cidade sitiada que viveu dias de terror. Já no início do ano, a taxa de homicídios tornou-se ainda mais acentuada do que em 2017: nos dois primeiros meses do ano, houve um aumento de 36 por cento no Ceará e de 51 por cento em Fortaleza face ao período homólogo de 2016. Segundo *El País*, o aumento foi ainda mais acentuado entre as mulheres: 300 por cento, “também como consequência da participação delas na linha de frente das facções” (Bedinelli, 2018). O secretário de Segurança Pública do Ceará, André Costa, apesar de ainda hesitante em nomear a tensão entre as facções como explicação principal para o aumento da violência no Estado, reconhece em março de 2018 a existência de uma guerra entre as facções criminosas. A 13 de março, depois de uma série de ataques em que várias infraestruturas públicas foram visadas e incendiadas, parcialmente em protesto contra o plano de se instalar bloqueadores de sinal de telefonia móvel nos presídios, os deputados arquivaram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o crime organizado no Ceará, “com medo de sofrerem retaliações”. Apesar disso, no dia seguinte foi anunciado um Centro Integrado de Inteligência para o Combate ao Crime Organizado no Estado do Ceará, com o qual haverá uma maior colaboração entre as inteligências dos Estados do Nordeste (*Ibidem*, 2018).

Em 2019, Fortaleza continuou refém das facções. Tal como o ano passado, também este começou com uma onda de terror. Aconteceu uma série de mais de 200 atentados violentos em 46 cidades do Ceará que durou quase todo o mês de janeiro. Uma coligação das facções ativas no Ceará fez explodir viadutos, uma ponte e redes de transmissão, incendiou autocarros escolares e da rede de transportes públicos, camiões da coleta de lixo, edifícios públicos, esquadras de polícia e bancos, e mandou fechar o comércio em vários bairros, no que seria a maior ofensiva da história do Estado. Foram mandados 400 homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) para conter a situação. Em Fortaleza, afetou todos os serviços da cidade, inclusive a saúde, e deixou o sistema de transporte público e de coleta de lixo em colapso e a população em pânico generalizado (Castro, 2019b; Sullivan, 2022: 59-60). Mas ao mesmo tempo o Ceará estava a viver o que o jornal *O Povo* chamou de “paradoxo estatístico”: enquanto a violência tomava conta das ruas em tantas cidades cearenses, o número de homicídios dolosos estavam em queda livre, pela primeira vez, em vários anos. Em comparação com o período homólogo do ano anterior, a queda foi de 56 por cento (Castro, 2019b).

O Governador do Ceará, Camilo Santana, viu nisso o reflexo de uma reforma recente no sistema carcerário⁸⁵, argumento que foi recusado por Luiz Fábio Paiva em entrevista ao mesmo jornal (*Ibidem*, 2019b). Há várias pistas que indicam que as facções tinham chegado a um acordo tático para uma trégua para enfrentar o Estado em conjunto, fenômeno que Benjamin Lessing (*Apud* Sullivan, 2022: 59-60) descreve como “*violent lobbying*”. A motivação teria sido dupla: em primeiro lugar, queriam reverter a transferência dos seus líderes para estabelecimentos prisionais federais, resultado de um acordo entre Estado e Justiça, e em segundo lugar, exigiram que Mauro Albuquerque deixasse o cargo de secretário estadual de Administração Penitenciária que acabara de assumir. Os atentados começaram logo depois deste último, visto como rígido e referência nacional na gestão de crises penitenciárias, ter dito “com todas as letras” que o Estado não deve reconhecer a existência as facções. Apesar da pressão, Santana não recuou e Albuquerque continuou no cargo⁸⁶, ignorando as muitas pichações exigindo a sua demissão (Castro, 2019a; Castro, 2019b; Sullivan, 2022: 59-60). Esta série de eventos mostra mais uma vez o tamanho da influência das facções na gestão da vida e da morte nas cidades brasileiras hoje em dia.

Esta influência continuou visível durante o resto do ano, com a queda na taxa de homicídios. Segundo dados da SSPDS-CE, os assassinatos caíram pela metade a nível do Estado e com 56 por cento em Fortaleza nos primeiros sete meses do ano quando comparado com o período homólogo do ano anterior. A tendência era nacional – e foi inclusive liderada pelo Ceará – e viria a ser celebrado em julho 2019 pelo Governo Bolsonaro como fruto das suas políticas. Este argumento foi também desta vez amplamente negado por especialistas, que apontaram para as dinâmicas de um mercado de drogas cada vez mais sofisticado e consciente dos custos de conflitos. A diminuição dos homicídios dolosos seria assim movida pelo pragmatismo económico do crime organizado. A reforma no sistema prisional, que fez com que os presos integrantes de facções fossem misturados, obrigou as facções a uma cooperação⁸⁷ (Betim, 2019; Castro, 2019c; Cruz, 2019).

O mês de setembro de 2019 foi marcado por uma nova onda de ataques. As ações foram patrocinadas pela GDE que desta vez não contou com o apoio das outras facções, pelo que teve bastante menos impacto do que em janeiro desse ano. Os ataques teriam sido motivados pelo

⁸⁵ Esta reforma visa o fim da divisão das facções dentro dos presídios (Betim, 2019).

⁸⁶ Em janeiro de 2024, Mauro Albuquerque continuou no mesmo cargo.

⁸⁷ Algo que demonstra este novo regime de cooperação entre facções, é que estavam a ser registados vários casos em que integrantes de uma facção passam pelo território de uma facção rival como rota de fuga nas operações policiais. Existe uma regra que os impede de ficar no local, mas que os permite de apenas passar, o que ainda pouco tempo antes teria sido inimaginável (Cruz, 2019)

recente enfraquecimento e isolamento da GDE, que nos últimos anos mais território dominava em Fortaleza (Bedinelli, 2018; Sisnando, 2019). Tanto especialistas em segurança, como o serviço de inteligência policial e as lideranças comunitárias argumentam que a GDE teria ficado isolada em resultado do reordenamento das forças do PCC e do CV, que teriam concordado em apenas voltar a praticar qualquer ato público depois de terem concluído o traçado das novas estratégias e do redimensionamento territorial (Castro, 2019c). Mesmo assim, segundo um relatório elaborado pela Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), a GDE continuava a dominar a maioria dos bairros de Fortaleza em 2021 (Freitas, 2021).

Todavia, neste ano ocorreu uma mudança significativa no cenário cearense, com o desaparecimento da FDN e o surgimento de uma facção nova. A Massa Carcerária – também conhecida pelos nomes Massa, Neutros, Tudo Neutro ou TDN – apareceu em 2021 e englobava inicialmente presos não faccionados, mas no Ceará parece ser composta por integrantes insatisfeitos do CV. Além desta facção, também entrou em cena a facção carioca Terceiro Comando Puro (TCP). Se em 2023 a comunicação social ainda noticiava que a facção não se conseguiu estabelecer no Ceará, em 2024 já há relatos inversos. Inicialmente teria falhado na sua tentativa, porque os três líderes da GDE que tinham ido ao Rio de Janeiro para falar com a maior rival do CV tinham sido considerados traidores pela cúpula da sua facção. No ano seguinte, o TCP já teria conseguido estabelecer-se e há indicações que seria composta por líderes dissidentes do CV. Apesar de não serem aliados, o TCP e a GDE encontram união na sua ambição de conquistar território ao CV (Barbosa, 2023a; “Facção carioca TCP”, 2024). As relações de poder entre as facções ativas no Ceará vão se transformando ao longo do tempo, o que influencia também de forma significativa as fronteiras invisíveis entre os seus respetivos territórios.

Mesmo com as mudanças constantes no cenário das facções criminosas em Fortaleza nos últimos anos, as vidas dos moradores, e especialmente dos que vivem nas periferias, não parecem ter sofrido alterações pertinentes. Durante este tempo todo, continuaram e continuam a ser reféns da ação das facções. Moradores ainda estão a ser expulsos de casa, crianças obrigadas a mudar de escola e os bairros condenados a fronteiras invisíveis (Bedinelli, 2018). Em tempos de facções, reinam o medo e a segurança. Em 2021, Sandro Cabral, professor de Estratégia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), também indicou vários outros problemas no quotidiano de moradores em Salvador da Bahia, como os impactos económicos, entre os quais os prejuízos no comércio que frequentemente tem de fechar as portas e a desvalorização das residências com quase metade dos seus valores de mercado. Moradores veem as suas vidas hipotecadas em várias outras áreas, como escolas a terem de interromper aulas e o transporte

público a parar de circular. Porém, ainda segundo Cabral, nem este clima de medo modificou as relações entre as facções e os moradores, que não só temem represálias como também em muitos casos dependem das facções. Onde o Estado está ausente, elas ocuparam o lugar vazio. Foi sendo criado assim uma situação de dependência entre as facções e os moradores, em que estes têm de recorrer aos primeiros para certos serviços. Cabral aponta que o que efetivamente mudou é a relação já em si historicamente problemática entre os moradores destas comunidades marginalizadas de um lado e o Estado e a polícia do outro. Segundo ele, esta desconfiança só poderia ser desconstruída se houvesse uma “articulação mais organizada das forças de segurança em parceria com a população” (Novais, 2021).

Na era da guerra entre as facções tem se observado principalmente uma aposta no reforço policial e das forças de segurança em geral da parte das autoridades. Todavia, nas várias comunidades de Fortaleza onde já tinham ocorrido muitas expulsões e onde hoje há bases fixas da PM do Ceará, a ação das facções, inclusive as expulsões, continuam na mesma. A violência continua a alastrar-se pela cidade. Apesar de dar mais segurança aos moradores, a presença policial não consegue inibir a totalidade dos crimes (Borges & Rodrigues, 2023). Reforços às forças de segurança não resolvem o problema das facções. Como Ciro Gomes já afirmava durante a campanha presidencial em 2017, “não se pode combater violência sem investir na educação do povo e sem aumentar a renda per capita” (F.M. & C.J., 2017). Borges e Rodrigues (2023) alertam que o Estado vai tomando conta da situação já com um déficit grande, por tratar apenas da violência e não das causas subjacentes. Investiu-se muito na prisão de lideranças das facções, mas esta estratégia não consegue mudar a dinâmica do processo nem a sua extensão, pois elas vão criando outras formas para resistir ao Estado. A facção *não é um fenômeno apenas criminal, é social*⁸⁸: enquanto o Estado apenas se faz presente através da segurança pública e da polícia e não com o Estado como um todo, com saúde, educação e lazer, as comunidades parecem estar condenadas a essa dinâmica. Dom Red, ativista e militante da Consulta Popular no Ceará, aponta o dedo para o mesmo problema:

Eles [governantes] acharam que as gangues de rua eram o problema da violência e investiram em policiamento e repressão, mas ninguém percebeu que aquela juventude precisava de campo de futebol, cultura, praça pública. Eu estou falando de 1996, 1997. E olha que interessante: continua a mesma coisa (Cruz, 2019).

⁸⁸ Grifos meus.

Se o contexto social dos bairros periféricos não mudou muito desde o tempo das gangues e das quadrilhas de traficantes, a dinâmica social que as facções impõem neles de facto têm contornos bastante diferentes. Enquanto as primeiras

se moviam em territórios estáticos, e enquanto cada grupo dominava seu pedaço, matando sem mexer no pedaço do outro, as facções invadem, matam, ocupam e expulsam moradores de suas casas”. Os líderes de gangues e os traficantes locais sempre tiveram um peso dentro da comunidade, mas sua capacidade de agência era limitada, e as negociações com eles eram consideradas como algo “tranquilo”. Desde as facções, esse equilíbrio foi quebrado, e os moradores relatam que as pessoas que fazem o crime querem determinar o que pode e não pode ser feito na comunidade (Paiva, 2019: 181).

Crianças e adolescentes estão sujeitos à realidade das facções, pois crescem sem estudos e sem uma carreira para seguir. A falta de perspectiva acaba empurrando-os para esses grupos criminosos e para o tráfico de drogas, na busca de uma vida mais confortável. É preciso investir no tecido social para poder enfrentar e reestruturar as condições sociais que criam e possibilitam a existência deste tipo de fenómeno *social*⁸⁹. Este tem de ser um trabalho das prefeituras (municípios) em conjunto com os governos estaduais e o governo federal. Mas o Estado brasileiro não só tem investido apenas no reforço do policiamento e das forças de segurança, como também tem sido conivente em permitir que estes jovens estão condenados a uma sociedade injusta e desigual, em que a morte dos seus pares é tão comum como sistemático (Borges & Rodrigues, 2023; Paiva, 2019: 181-182). Se as crianças e os adolescentes crescem com a normalização dos seus pares a serem assassinados, estamos perante um cenário de uma possível socialização pela violência. Sendo assim, “um homicídio não é um elemento estranho a pessoas que sofrem e praticam crimes cruéis contra a própria população com a qual compartilham as dores e os sofrimentos sociais”. E é justamente por estes sofrimentos sociais serem experiências coletivas que elas são geradoras de uma reação, neste caso a um contexto social que em si é problemático (Paiva, 2019: 181-182). Fazendo uso das palavras do pastor e morador da periferia Jamieson Simões, numa cerimónia em homenagem às vítimas da chacina no bairro universitário de Benfica em 2018:

⁸⁹ Grifos meus.

Meu bairro⁹⁰ tem 70 000 adolescentes e jovens e apenas 6000 vagas nas escolas. Há um único centro cultural para 210 000 habitantes. Que oportunidades esses meninos [que entram no tráfico] têm? (Bedinelli, 2018).

⁹⁰ Bom Jardim, um bairro no sudoeste de Fortaleza.

4. Pirambu fragmentado: vida e resistência em território de facções⁹¹

Para a última parte desta dissertação, foi feito um curto exercício de incursão no campo, a partir do qual nasceu um breve ensaio etnográfico sobre os efeitos das facções do Pirambu nos seus moradores. Durante as minhas estadias em Pirambu no mês de dezembro dos anos de 2022 e 2023, fiz observação de lugares e estabeleci conversas informais com diversas pessoas que compõem uma parte do universo do Pirambu e que estavam dispostas a falar de situações de crime e das limitações impostas pelas facções nas suas vidas. Visto o tempo limitado e a impossibilidade de fazer desta dissertação um trabalho mais antropológico aprofundado, não realizei entrevistas estruturadas nem semiestruturadas. Saliento ainda que em nenhuma ocasião as conversas sobre as facções e os seus efeitos no quotidiano começaram por iniciativa minha. Esta foi uma escolha consciente, como resultado das reflexões sobre a minha posição neste contexto, enquanto alguém que não é do bairro ao mesmo tempo que não dispunha da possibilidade de fazer um trabalho de campo mais profundo. Em quase todos os encontros que tive no bairro em dezembro de 2023, o assunto parecia estar tão à flor da pele dos moradores que aflorava sempre à medida que a conversa foi sendo acompanhada de confiança e empatia.

As pessoas com quem tive estes diálogos em geral fazem parte da minha rede de contactos no Pirambu, por serem famílias de acolhimento, e fazerem parte de projetos sociais ou por eu ter relações de amizade com elas. A maioria destas pessoas conheço há pelo menos dois anos e conversei com elas mais ou menos mensalmente – tem pessoas cujos pais e irmãos conheço há mais de uma década – mas também inclui interlocutores com quem tive conversas circunstanciais. Através das micro-histórias de quem vive e faz a sua vida no Pirambu, este breve ensaio etnográfico tenta revelar um pouco as dinâmicas de um bairro “sitiado” em plena “guerra entre as facções”.

Tal como indica Fonseca (2004), as narrativas de uma incursão etnográfica não falam por si só. Por esta razão, tentei estabelecer um diálogo entre os temas que sobressaltaram nos fragmentos do meu diário de campo e alguma literatura académica existente sobre eles (Fonseca, 2004). Neste caso, trata-se de temas como migração, juventude, violência e mobilidade.

⁹¹ Por questões éticas, os nomes de todos os interlocutores neste capítulo são inventados.

4.1 Quotidiano e afeto sob vigilância

A casa tem uma fachada pintada de laranja, um mercadinho do seu lado esquerdo, e uma loja de ração do seu lado direito. O forró universitário⁹² em alto volume de lá fora entra cá dentro pela grade de ferro no lugar da porta. Santos e fotos de família nas paredes, as redes penduradas, o eterno “suco” de abacaxi, termo de café e bolo para lanche na banca da cozinha, a panela de pressão no fogão. Não tem sofá, mas tem várias cadeiras de balanço *espaguete*, típicas do Ceará, todas elas ocupadas por mulheres. São três gerações delas nesta casa de três andares no Cristo Redentor, parte do Grande Pirambu. É assim o lar de Merivalda, sertaneja de nascença e pirambuense de criação. Ela é de certa forma a síntese da identidade de Pirambu: uma simbiose entre as raízes sertanejas da maioria dos seus moradores e as influências do litoral.

Conheço Merivalda há pouco mais que um ano, mas conheço os pais e vários irmãos dela há mais que uma década. A família dela é natural de uma comunidade que já foi praticamente autossustentável, no sertão cearense, a umas seis horas de viagem de Fortaleza. A última hora é por uma estrada de terra batida, vermelha e repleta de buracos enormes e com cajueiros e pequenos açudes à volta. São quatorze os filhos de Seu António e Dona Maria: sete mulheres e sete homens, cuja metade vive no sertão e outra metade em Fortaleza. Merivalda é a mais velha de todos e aos quatorze anos foi a primeira a migrar para a cidade, onde foi viver para a casa de uma tia para completar os seus estudos. Teve duas filhas no Pirambu, que criou praticamente sozinha depois do seu marido ter ido embora quando elas ainda eram pequenas. Ele nunca mais voltou. Ela não tem carteira assinada, mas às vezes vai tendo empregos informais ou vai vendendo refeições à porta da sua casa ao fim da tarde, enquanto convive com os vizinhos na rua.

Quando visitei Merivalda, em dezembro de 2023, também estava a sua irmã Rosinha, com quem convivi muito há mais que uma década, quando eu própria era estudante no programa de mobilidade. Na hora de lanche percorremos entre os membros da família para me pôr a par de todas as novidades, quando de repente e sem contexto prévio a Rosinha inclina para mim. “*Sabe, há uns anos, havia as gangues aqui no Pirambu, e agora já não tem*”⁹³. Hoje em dia são

⁹² Segundo Silva (2003), o forró universitário “surgiu a partir de 1975 (1ª fase), mas consolidou-se na década de 1990 (2ª fase). É fruto da junção do forró tradicional com a musicalidade do pop e do rock. A fusão da linguagem regional do forró com a linguagem da música popular urbana, mixando tanto os atributos e valores do rock quanto do forró tradicional, gerou um novo estilo de forró que ganhou adeptos e apreciadores de várias classes sociais”. É também neste estilo de forró que se incluem “os primeiros artistas a introduzirem instrumentos eletrônicos no forró” (Silva, 2003: 17).

⁹³ Em duas outras ocasiões, foi me dito praticamente a mesma frase, por duas pessoas diferentes. Uma delas é o Cleison, fundador de um projeto social no Pirambu (“*Já não tem gangues, pois foram*

as facções que controlam tudo. A fronteira entre duas facções rivais fica entre Cristo Redentor e Vila do Mar”⁹⁴, bem perto da casa onde esta conversa se desenrola. Não era a primeira vez que eu notara que as pessoas baixam ou mudam o tom de voz quando falam das facções. Em nenhuma das ocasiões que o tema surgiu em conversa, fui eu quem puxou o assunto, mas em todas elas, observei que os moradores primeiro olham ao seu redor, antes de prosseguir. Semelhante ao que indica Fonseca (2004) na sua pesquisa de campo, comecei neste momento a entender que este tipo de pequenas anedotas de violência e crime fazem parte da fofoca e conversas quotidianas entre moradores. Os pontos de referência do bairro, como uma determinada rua, esquina, beco ou bar, passam a ser identificados em função de tais episódios que implicam violência (Fonseca, 2004).

*“As pessoas que fazem parte das facções não podem mais atravessar esta fronteira,”*⁹⁵ prossegue Rosinha, que ainda acrescenta que há uns tempos, as coisas estavam bem difíceis, com tiroteios e guerras abertas e carros a serem incendiados. O carro de uma pessoa conhecida das irmãs, que não tem nada a ver com as facções, também foi incendiado⁹⁶. Houve inclusive uma noite em que a Merivalda não pude voltar à casa por causa desta guerra, que estava a acontecer aí onde ela mora. Por causa disso, teve de dormir na casa da irmã. Rosinha prossegue no seu relato, e adiciona que não são apenas os integrantes que deixam de poder atravessar as fronteiras invisíveis, mas também as pessoas que fazem parte da rede deles. *“Imagina”, diz Rosinha, “que hipoteticamente falando, o meu primo faz parte de uma facção. Acontece que eu vou à casa dele e um olheiro viu que eu fui lá e isso é o suficiente para eu ser ‘marcada’. Ou ele vem cá à casa e um olheiro viu que ele esteve cá e passamos a estar em risco também. Há pessoas que deixam assim de poder frequentar as escolas onde andavam, os trabalhos que tinham, ou os centros de saúde onde iam*”⁹⁷. E penso que isto é no caso da pessoa de facto saber

praticamente absorvidas pelas facções”), e a outra é o Igor, fundador de um projeto social na favela de Serviluz. Antigamente, esta comunidade era dividida em cinco territórios por cinco gangues distintas. Hoje em dia, praticamente todo o território de Serviluz é controlado pela GDE, com a exceção de uma só rua que pertence ao CV.

⁹⁴ Caderno de campo, 06/12/2023.

⁹⁵ Caderno de campo, 06/12/2023.

⁹⁶ De acordo com uma notícia da Globo (2023), este episódio aconteceu a 10 de agosto de 2023 e fez parte de uma série de ataques que foi muito noticiado na altura. Vários automobilistas foram obrigados a deixar os seus veículos, que de seguida foram incendiados. Estaria ligado com o conflito entre as facções e teriam sido represálias depois do assassinato de um integrante de facção. Como os ataques aconteceram em três eixos de trânsito importantes no Pirambu – as avenidas Dr. Theberge, Presidente Castelo Branco e Leste Oeste – a circulação de várias linhas de autocarro que passam na zona ficou afetada e duas escolas tiveram as suas aulas suspensas (*“Linhas de ônibus em Fortaleza são alteradas após criminosos incendiarem carros em conflito entre facções”*, 2023).

⁹⁷ Caderno de campo, 06/12/2023.

que o primo é faccionado e pergunto-me como ficará então quando não sabemos que a pessoa com quem lidamos faz parte de uma facção.

A resposta a esta pergunta viria poucos dias depois. Voltei a Pirambu para participar na festa do [nome da ONG omitido], perto da Vila do Mar. Celebramos onze anos de luta social deste projeto, que define o seu principal objetivo como a “inclusão social”⁹⁸ de crianças e adolescentes, principalmente através do surf, do karaté e da capoeira. Mas também tem uma pequena biblioteca, aulas de mobilidade funcional para seniores e não só, aulas de inglês dadas pelos estudantes belgas e distribuição semanal de sopa. Enquanto as crianças ocupam a pista de dança e os adultos fazem fila para o vatapá de frango, mantenho conversa com a mulher que está ao meu lado. Sara é filha de mãe indígena e de pai português. Órfã de mãe, foi criada pelo pai em Manaus, cidade da qual não guarda boas memórias. Talvez tenham sido a precariedade e a falta de condições sanitárias na Cidade Flutuante que a trouxe para Fortaleza, onde reside há muitos anos no Pirambu. Além de trabalhar na administração do maior hospital público da cidade, ela é secretária de uma ONG [nome da ONG omitido]. Fala-me da importância do projeto e do orgulho que tem nele, “*especialmente com todas as dificuldades que existem com as facções*”. Afastamo-nos do sistema de som e das pessoas para continuarmos a conversa sobre este tema naturalmente sensível. Sara comenta que “*no Pirambu tem crianças que vivem para além da Igreja do Cristo Redentor, pertinho da Avenida Dr. Theberge, que não podem mais vir para cá*”⁹⁹ (**Figura 1**). Na altura em que esta conversa decorreu, esta avenida, que concentra uma boa parte do comércio e da movimentação da zona, funcionava como fronteira entre a GDE e o CV, as duas facções rivais ativas no Pirambu.

Esta breve incursão etnográfica, mencionada na introdução desta dissertação, decorreu no mês de dezembro dos anos de 2022 e 2023. A minha experiência anterior com vários moradores do bairro permitiu-me entrar numa área específica do Pirambu e observar como as pessoas vivenciam a presença das facções. Essa área, retratada na **Figura 1**, inclui zonas demarcadas por eixos importantes do bairro, como a Avenida Dr. Theberge, a Avenida Presidente Castelo Branco – também conhecida como Avenida Leste Oeste –, a orla marítima da Rua Santa Elisa, paralela à Praia do Arpuador, e a Rua Vicente Sabóia. Este último capítulo, através de uma breve incursão etnográfica, visa retomar as questões discutidas nos capítulos anteriores. Temas como a dicotomia sertão/cidade, juventude e violência urbana, e a transição de gangues para facções, serão abordados no contexto específico de uma parte da favela de Pirambu na cidade nordestina de Fortaleza.

⁹⁸ Caderno de campo, 09/12/2023.

⁹⁹ Caderno de campo, 09/12/2023.



Figura 1. Mapa do Pirambu, com indicação de dois eixos importantes: as avenidas Leste-Oeste e Presidente Castelo Branco, que conectam o centro de Fortaleza (leste) com a cidade vizinha de Caucaia (oeste), e a Avenida Dr. Theberge. Esta avenida traça a fronteira entre o Cristo Redentor, parte do Pirambu a leste da avenida e dominada pelo CV, e a Vila do Mar, parte do Pirambu a oeste da avenida e dominada pela GDE.

Fonte: Google Maps (Data de acesso: 13/03/2024).

Há muitos casos como este numa cidade “sitiada” (Bedinelli, 2018) como Fortaleza, em que há uma proximidade geográfica entre territórios de facções rivais: por vezes são apenas divididas por uma rua. Isto não só faz com que enfrentamentos entre facções são fáceis de acontecer e por isso muito comuns, como também hipoteca muito a vida dos moradores. Sara prossegue e conta algo similar que a Rosinha também já me tinha dito: *“Quando tem uma pessoa que é integrante de uma facção, toda a família - e as famílias aqui são grandes - é arrastada também. Todos os membros da família passam a ser ‘marcados’ e ninguém pode mais passar de um território para outro, reduzindo muito a mobilidade das pessoas”*¹⁰⁰. Já bem antes do eclodir da era das facções em Fortaleza, Sá (2011: 345) apontava para o risco de conversar e conviver com um “bichão” ou uma pessoa “envolvida”. As suas pesquisas no bairro

¹⁰⁰ Caderno de campo, 09/12/2023.

periférico de Serviluz¹⁰¹ revelaram um pouco desta dinâmica, em que alguém – seja parente, amigo ou vizinho – que frequenta a casa ou os mesmos lugares que estas pessoas “condenadas”, está sujeito a um “devir envolvido”. Como uma espécie de bola de neve, basta haver um mínimo de suspeitas sobre a envolvimento de uma pessoa numa facção para que toda a sua família fique com a vida condicionada. Assim, numa mesma comunidade, um morador de uma zona dominada por uma determinada facção pode ser proibido de se deslocar para outra zona da comunidade dominada por uma facção rival. Aplica-se tanto a trabalhadores que se vêm impossibilitados de ir ao seu trabalho como a crianças e estudantes que deixam de poder frequentar a sua escola (Bedinelli, 2018).

Filho e Mariano (2020) fazem menção desta dificuldade no acesso às escolas em tempos de domínio das facções. Numa pesquisa centrada num bairro da periferia em Fortaleza, os investigadores relatam o impacto das “fronteiras invisíveis” nos percursos que os estudantes têm de percorrer, entre as suas casas e a escola. Se anteriormente estes percursos foram feitos a pé, a situação atual impede que isto aconteça. Os estudantes são obrigados a mudar de escola ou, na ausência desta opção, a abdicar de frequentar uma instituição de ensino (Filho & Mariano, 2020: 1558).

Na narrativa de Sara o risco e o peso enorme de passar a ser uma pessoa marcada ficaram bastante explícitos. Quando alguém passa a ser marcado, é como se essa pessoa recebesse uma espécie de sentença de morte, o que Rodrigues (2022: 307) chama de “morte simbólica”. Nas palavras de Sá, a pessoa que recebe esta sentença de morte se transforma num “morto-vivo” (Sá, 2011: 344). A morte passa a pairar sobre a pessoa como uma nuvem; a sua iminência é tão constante como inevitável. E se a mobilidade de uma pessoa periférica e marginalizada já em si era limitada, agora torna-se ainda mais hipotecada. Pessoas marcadas podem deslocar-se na cidade, mas apenas por territórios que são marcados pela mesma facção. Quando estes não são adjacentes, um simples deslocamento torna-se um desafio imenso. Os movimentos das pessoas são vigiados pelos olheiros¹⁰². Segundo Sara, também “há olheiros à volta das paragens de ônibus. No outro dia, houve um cara faccionado que estava tentando sair para um outro território da facção dele, mais afastado daqui. Para chegar lá, tinha de pegar um ônibus e

¹⁰¹ Serviluz é um bairro periférico na zona leste de Fortaleza. Tal como o Pirambu, é situado à beira mar. Os dois bairros partilham várias outras semelhanças, tanto no que toca à precariedade como à questão das gangues e posteriormente as facções.

¹⁰² No documentário *Falcão – Meninos do Tráfico* de 2006, o “olheiro” é denominado de “falcão”. O termo é usado nas favelas para designar aquele cuja tarefa é vigiar a comunidade e informar quando a polícia ou algum grupo inimigo se aproxima. No contexto da favela representada no documentário, esta figura é uma pessoa jovem, que está no tráfico noturno (MV Bill & Athayde, 2006).

*passar por um território rival. Já estava no ônibus há meia hora quando os cara apareceram do nada na estrada, lá perto da Barra do Ceará. Mandaram parar o ônibus e mataram ele*¹⁰³. Este episódio trágico é bem indicativo dos efeitos sociais da “fronteirização” que o domínio das facções trouxe. É muito diferente do que acontecia na época das gangues e das quadrilhas, quando um morador de um determinado território não podia ir ao território vizinho dominado por outra gangue ou quadrilha, mas uma vez fora do universo bairro podia circular sem limitações. O que acontece com as facções, cuja atuação é nacional, é que as fronteiras locais de um bairro interferem numa mobilidade mais ampla. Assim, quem mora num bairro ligado a uma determinada facção pode ser colocado em perigo em bairros dominados por outras facções, seja em Fortaleza, no Ceará ou no Rio de Janeiro (Paiva, 2022: 108).

Na era das facções, toda a vida social dos moradores da periferia parece estar a desenvolver-se em cima de areia movediça. Com estas novas regras do jogo, a espontaneidade dos encontros sociais que se desenrolavam nas lanchonetes e nas ruas do bairro, ou do convívio nas casas de pessoas da família ou da vizinhança está naturalmente sob pressão. “*Imagina,*” diz Sara, “*você vai a uma festa ou um convívio na casa de uma pessoa e durante a festa acontece a coisa mais brasileira que existe: tiramos a foto de grupo lá na casa do aniversariante. Esta foto vai para as redes sociais e querendo ou não, ela circula*”. Ela suspira antes de prosseguir: “*Basta você não ter noção de que uma das pessoas lá naquele convívio é integrante de facção de um território rival ao seu*”¹⁰⁴. Na lógica das facções, isto seria o suficiente para uma pessoa se tornar “marcada”, sem ela própria estar consciente disso, e ser condenada a uma “morte simbólica” a partir do momento que desloca ao território rival. A própria pessoa pode nem sequer chegar a saber que foi “marcada” e que a sua mobilidade ficou profundamente condicionada a partir daquele momento, “*mas a próxima vez que ela for ao território que é da facção daquela pessoa com quem foi vista, a outra facção vai matar ela*”¹⁰⁵. O relato de Sara revela que os moradores nem sempre sabem, necessariamente, quem pertence a uma facção ou outra, sendo este movimento bastante dinâmico.

Se uma pessoa ficar “marcada”, significa também que existe uma certa documentação acerca dela, inclusive fotos e outros dados pessoais. Segundo Sara, “*está tudo muito melhor organizado do que pensamos*”¹⁰⁶. Isto está em linha com o que Paiva (2019: 179) já tinha também constatado nas suas pesquisas sobre facções nas periferias de Fortaleza, nomeadamente

¹⁰³ Caderno de campo, 09/12/2023.

¹⁰⁴ Caderno de campo, 09/12/2023.

¹⁰⁵ Caderno de campo, 09/12/2023.

¹⁰⁶ Caderno de campo, 09/12/2023.

que os perfis de pessoas “marcadas” ou “decretadas” ficam frequentemente expostos nas redes sociais, em páginas de Facebook de integrantes de facção, para retratar quem são e até mesmo para divulgar as suas moradas.

Desta maneira, o domínio das facções sobre os seus territórios tem inúmeras consequências graves. As facções, muito além de usar o território para o tráfico de drogas e armas, monopolizam todo o espaço social, impondo regras, códigos e limitações, que erguem muros em comunidades que anteriormente conheciam uma sociabilidade interna muito mais fluida (Paiva, 2022: 108). Para quem vive e se relaciona numa periferia “sitiada”, a vigilância constante passou a fazer parte do quotidiano e infiltra todas as áreas da vida, inclusive os relacionamentos pessoais. Em plena era de facções, namorar e construir relações afetivas na periferia vem com camadas invisíveis de cautela e responsabilidade, por vezes maiores que a própria vida. Relações amorosas foram transformadas em objeto de preocupação, especialmente no caso de adolescentes e jovens adultos. Podem até não existir proibições explícitas para pessoas que vivem em territórios inimigos se relacionarem, mas pode haver desde orientações sutis de evitar o contato até ordens que implicam consequências reais para quem insiste em manter as relações (*Ibidem*, 2022: 110).

No hospital onde trabalha, a Sara tem uma colega cuja sobrinha foi assassinada justamente por estas razões. A tragédia aconteceu em novembro de 2023, poucas semanas antes de termos esta conversa. A menina tinha começado a namorar um rapaz que ainda não tinha sido “batizado”, mas que já “corria com a facção¹⁰⁷”. “*Ele inclusive vivia com pessoas da facção, já*

¹⁰⁷ Há vários graus de alguém se “envolver” com a facção, seja através de relações que tem com pessoas de facção, ou através do seu envolvimento com o crime em si. Existem os casos em que a relação de família, de amor ou de amizade com pessoas faccionadas, ou o mero facto de ter estado num mesmo convívio, são o suficiente para uma pessoa ser considerada como “envolvida” também. Esta expressão popularizou-se para denominar indivíduos que fazem parte de alguma facção, porém, nem sempre significa tornar-se de facto praticante de algum crime (Filho & Mariano, 2020: 1552; Rodrigues, 2020: 11). Pode acontecer também que a pessoa apenas “corre com a facção”. Neste caso, a ligação que uma pessoa não faccionada mantém com pessoas faccionadas é mais circunstancial e pode se desenvolver tanto no sistema prisional como nos bairros. A pessoa é considerada apenas uma espécie de simpatizante da facção. Todavia, o simpatizar com uma determinada facção cria simultaneamente uma proibição de “correr com” aliados da facção rival (Barbosa, 2023b; Rodrigues, 2020: 11). Em relação a isso, Rodrigues (*Ibidem*, 2022: 289-290) relata o caso de uma pessoa que não é faccionada, mas que conhece os integrantes de uma facção da sua área e é “considerado” por eles. O facto de “conhecer” e “ser considerado” fez com que passou a estar numa situação liminar de risco nas suas andanças pela cidade, especialmente quando se trata de lugares que são frequentados por integrantes de uma facção rival. Para uma pessoa poder de facto ingressar na facção, esta precisa de ser “batizada”, expressão usada no crime para o recrutamento de novos integrantes. O “batismo” é algo como um pequeno ritual, onde o novo ingressante faz a leitura dos estatutos da facção que vai integrar e jura fidelidade. Por regra, um novo ingressante é apresentado por um membro mais antigo. Este passa a ser o “padrinho” dele e será considerado corresponsável pelas ações do seu afilhado.

batizadas. Os olheiros viram ela ir à casa dele e aí ela ficou marcada”. Ela vivia numa parte do Pirambu que é dominada pela facção rival, pelo que “*na próxima vez que ela foi lá, foi brutalmente assassinada*”¹⁰⁸. Segundo a Sara, a jovem foi esfaqueada e degolada. Tanto ela como o namorado eram menores, tinham 16 ou 17 anos. A constelação atual implica que adolescentes e jovens adultos em relacionamentos amorosos com alguém de um território rival podem a qualquer momento ser submetidos a julgamentos das facções que controlam os territórios onde residem. Isto aplica-se tanto à pessoa que mora no território como à pessoa que, por acaso ou não, visita o território da outra. Caso exista a mínimo suspeita de envolvimento com o grupo rival, as pessoas podem ser acusadas de colaboração por integrantes da facção que controla o local em questão (Paiva, 2022: 110). Mais do que isso, o que este e outros episódios parecidos revelam é que, na era da guerra das facções, a dicotomia de “cidadão” e “bandido” de certa forma deixou de existir. Aos olhos de uma facção, todos os moradores de um território rival podem ser suspeitos e estigmatizados como “envolvidos” (Filho & Mariano, 2020: 1553-1560). No fundo, o principal efeito simbólico desta nova realidade é a generalização de suspeitas sobre pessoas que transitam e se relacionam entre territórios dominados por grupos rivais. A fronteira simbólica que existia entre as pessoas “envolvidas” e “não envolvidas” desvaneceu-se com o advento das facções. No fundo, revela o que já tinha ficado claro na Chacina de Cajazeiras em janeiro de 2018, nomeadamente que qualquer morador de território inimigo pode ser classificado como possível pessoa digna de morrer (Paiva, Barros & Cavalcante, 2019: 92-93).

No Pirambu e nos outros bairros periféricos de Fortaleza, a maneira como moradores e especialmente jovens socializam acaba assim por ser muito circunscrita pelas facções. As pessoas são obrigadas a olhar para o resto da cidade através do filtro da facção que domina no bairro onde vivem, que grosso modo é ou GDE ou CV. A mobilidade social fica muito mais restrita, pois este filtro tem de ser lembrado e aplicado cada vez que se escolhe um lugar para trabalhar, estudar, descontraír e até mesmo de namorar. Quem não toma em conta estas restrições impostas pelo crime na hora de circular dentro de um território inimigo, coloca-se numa situação de risco de morte. Que as facções reivindicam não só o domínio físico como também simbólico da comunidade (Paiva, 2022: 109), fica também evidente na fala da Sara: “*Se você vai a uma festa num bar que por azar fica num outro território e alguém pergunta você espontaneamente e aparentemente de forma descontraída ‘e aí, onde é que você mora?’*”,

Algumas facções exigem mais do que um “padrinho”, como forma de limitar e seleccionar mais quem entra na facção (Dias, 2011: 219).

¹⁰⁸ Caderno de campo, 09/12/2023.

ai todos os alarmes tocam ou deveriam tocar. Se houveram as 'fotos de costume' e ficou registrado que você esteve lá com fulano tal, que aparentemente é integrante da facção x, e você é de uma parte da comunidade que é controlada por outra facção, aí a coisa é capaz de virar um belo grande problema. Por isso, as pessoas das comunidades têm imenso cuidado com onde vão. Não é legal você ir parar numa festa de favela qualquer porque você não faz ideia de quem manda lá, nem de quem está vendo você"¹⁰⁹. A pesquisa de campo que Filho e Mariano (2020: 1550-1553) fizeram num bairro da periferia na zona sul de Fortaleza também levou à constatação que a nova dinâmica da guerra entre as facções representa uma grande mudança de “códigos de ética” entre os faccionados e os moradores, o que tem um impacto direto no cotidiano e nas relações sociais nas periferias de Fortaleza. Se na era das gangues e das quadrilhas de traficantes este código implicava a defesa da comunidade e dos seus moradores, que “muitas vezes se sentiam mais protegidas pelo tráfico do que pela própria polícia”¹¹⁰ (*Ibidem*, 2020: 1553), nos dias de hoje prevalece um sentimento de desproteção, fortalecido pela aleatoriedade e pelas regras sociais quase impossíveis que as facções impõem.

Com as novas dinâmicas na vida social na favela em vigor, é natural que há uma relutância dos pais em deixar os seus filhos jovens saírem para a rua e para bares à noite. Especialmente famílias de mãe solo, como as de Rosinha e Merivalda, preferem que as suas filhas saiam no centro da cidade, apesar de ficar bem mais longe, em vez de irem para um bar ou uma festa perto de casa no Pirambu. Mas depois de uma certa hora, fica difícil voltar para casa. A partir das dez horas da noite, para quem pretende voltar para o Pirambu, o mais comum é ver todos os pedidos nas aplicações de transportes, como Uber ou 99, serem recusados. O mesmo acontece para quem quiser ir do Pirambu para o centro a essa hora. Como já tinha experienciado em outras ocasiões, também depois do convívio na festa de aniversário do [nome da ONG omitido] foi difícil arranjar um carro para voltar para a Praia de Iracema, onde estava hospedada. O motorista que veio era de Pirambu (e é isto que costuma acontecer): só aceita viagens de lá para cá ou vice-versa quem é residente e conhece a realidade local. Entre os

¹⁰⁹ Caderno de campo, 09/12/2023.

¹¹⁰ Acerca do papel da polícia no Pirambu, não consegui detetar uma presença policial significativa, a partir das minhas observações, no mês de dezembro de 2022 e de 2023, apesar de existir uma unidade da Polícia Militar no coração da parte da favela onde decorreram a maior parte das minhas andanças. Observei que, diariamente, ao fim da tarde, quando a orla vive o seu momento mais movimentado do dia, a polícia ia patrulhar de cavalo, precisamente na zona fronteira entre os territórios rivais, controlados pela GDE e pelo CV. Também vi o rasto indireto da polícia, através da tinta azul que pretende apagar as pichações com as siglas das facções criminosas. Além destas duas situações, não tive muita oportunidade de obter mais informação sobre este assunto, que tampouco surgiu nas minhas conversas com os moradores. Por esta razão, não irei entrar em detalhe sobre o papel da polícia.

restantes, reina o medo. Estas dificuldades estão diretamente ligadas com as “regras de circulação” que começaram a ser impostas a partir de 2017, ano sangrento na era das facções em Fortaleza. Foi neste período que começaram a aparecer inscrições nas paredes como “ao entrar, baixe os vidros¹¹¹, retire o capacete” à entrada dos bairros periféricos (Bedinelli, 2018), inclusive no Pirambu, em plena Avenida Dr. Theberge (**Figura 2**), a mais movimentada da comunidade.

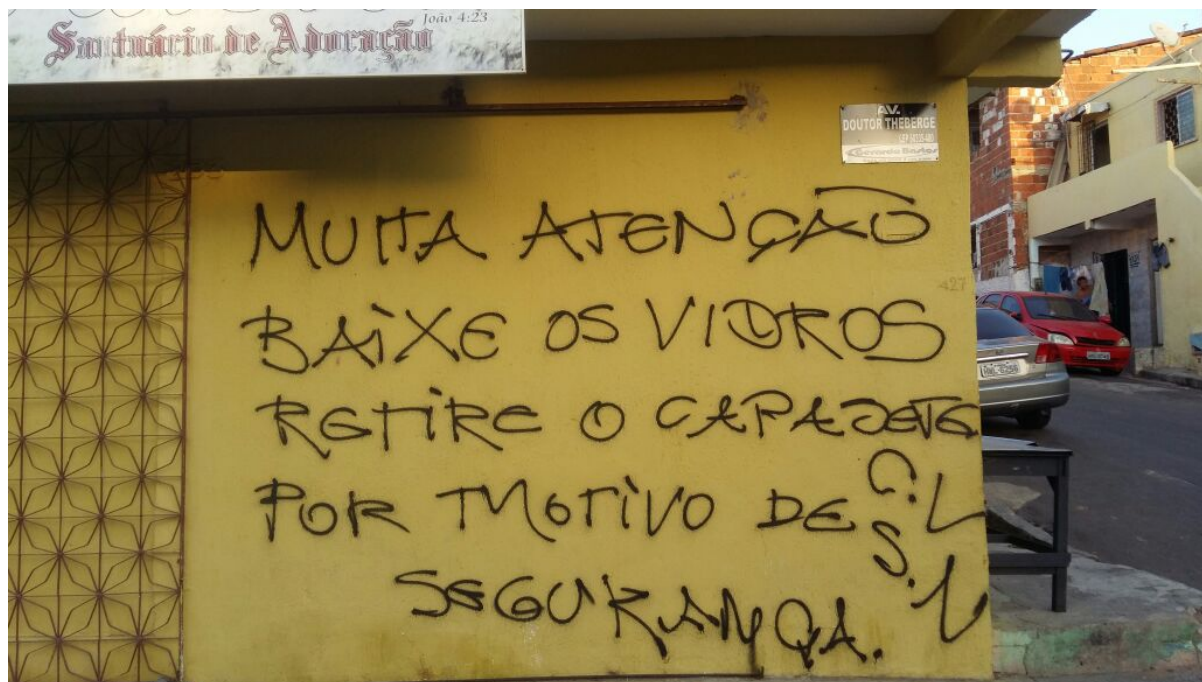


Figura 2. Regras de circulação na Avenida Dr. Theberge. **Fonte:** *Pirambu News*, 19 de setembro de 2017, <https://tvpirambunews.wordpress.com/2017/09/19/pichacao-em-muro-na-av-dr-theberge-manda-motorista-baixar-vidros-e-motociclista-tirar-capacete/>. (Data de acesso: 13/03/2024).

O não cumprimento dessa exigência – baixar o vidro do veículo ao entrar numa área dominada por uma facção – já custou a vida a vários motoristas de Uber, o que é muito revelador das novas dinâmicas que vieram com a transição das gangues para as facções, tanto no que toca

¹¹¹ Uma grande parte dos carros no Brasil tem os vidros blindados, pelo que não é possível ver quem está dentro do veículo. Ademais, o número de carros blindados per capita do Brasil é o maior do mundo, ultrapassando assim países como México e Rússia, igualmente nações com históricos de violência e crime organizado. O crescimento pronunciado de carros blindados na frota automóvel do Brasil está intrinsecamente conectado com a violência que penetra a sociedade (Aragão, 2023).

às relações entre grupos rivais como às relações entre as facções e as pessoas “não envolvidas”. Ao contrário do que acontecia com as gangues, cujos territórios eram mais “sagrados” e não sujeitos a invasões de grupos rivais, as facções temem que os seus territórios sejam invadidos, seja para tomá-los, seja para fazer chacinas. Além disso, o domínio das facções tem um impacto muito maior na vida de quem não faz parte do crime do que as gangues alguma vez tiveram (Paiva, 2017: 177). Durante as minhas visitas ao Pirambu em dezembro de 2022 e 2023, já não observei os motoristas de Uber baixarem os vidros, desligarem as médias ou ligarem a luz de dentro do carro, mas era muito comum ver os inúmeros motociclistas com o capacete pousado em cima da cabeça. À primeira vista, parecia um gesto descontraído, mas é provável que tenha sido movido pela consciência de que há quem controla quem entra e sai.

4.2 Fronteirização e resistências sociais no Pirambu

Voltei ainda várias vezes ao Pirambu e ao [nome da ONG omitido] em dezembro de 2023. Os projetos sociais que operam nos bairros pobres da periferia representam uma parte importante de que Telles (2010: 73-74) descreve como um “intrincado e multifacetado jogo de atores”. Também no Pirambu, diversas entidades sociais estão presentes para a implementação de programas sociais. Projetos como estes, de quais [nome da ONG omitido] é apenas um exemplo, sempre tiveram de lidar com a presença do crime nos seus bairros, mas se nos tempos das gangues e quadrilhas de traficantes conseguiram realizar o seu trabalho social sem grandes obstáculos, isto mudou significativamente com o advento das facções. Especialmente para projetos que trabalham com crianças, adolescentes e jovens começa a ser cada vez mais difícil funcionar nos mesmos moldes (Paiva, Barros & Cavalcante, 2019: 75-76).

Um primeiro grande obstáculo que este projeto, tal como muitos outros, enfrenta, é a “fronteirização” das facções (Paiva, 2022): muitos meninas e meninos que antes frequentaram o projeto, deixaram de o poder fazer por viverem do lado “errado” da fronteira invisível entre os territórios do CV e da GDE. Tal como a Sara me tinha dito, Cleison, fundador do projeto e filho do Pirambu, confirma esta realidade. Quem vive do lado de lá da Avenida Dr. Theberge é do território do CV, e o [nome da ONG omitido] fica do lado de cá da mesma avenida, no território da GDE. A mesma história ouvi nas favelas de Vila Velha e Serviluz, onde vários projetos igualmente denunciaram o facto que uma boa parte dos jovens que antes frequentaram as atividades, deixaram de o poder fazer por viver no território de uma facção rival, ou seja, do lado de lá da fronteira invisível. Exatamente por causa disto, um projeto social em Serviluz,

favela à beira-mar na zona leste de Fortaleza, organiza uma corrida¹¹² anual para crianças e jovens, que atravessa os vários territórios de uma comunidade há muito tempo dividida por fronteiras invisíveis, traçadas primeiro pelas gangues e depois pelas facções. Ao percorrer partes da comunidade controladas por grupos rivais, é como se as crianças estivessem a quebrar as fronteiras invisíveis impostas por eles e a recompor a coesão e o tecido social que já existiram na comunidade.

Tal como muitos projetos sociais em bairros periféricos no Brasil, o objetivo do [nome da ONG omitido] é, em primeiro lugar, a inclusão social dos jovens com quem trabalham. Para conseguir isso, preencher o tempo ocioso destes jovens é essencial. Tem vários desafios nesta frente¹¹³. Em primeiro lugar, a grande maioria dos alunos, especialmente os que frequentam o ensino médio, está matriculada na educação em tempo parcial¹¹⁴, o que significa que apenas passam quatro horas por dia na escola. Acrescenta-se a isso a omnipresença da ausência parental numa comunidade como o Pirambu, algo que os meus dois momentos de incursão etnográfica no bairro revelaram. Muitas crianças não têm a figura do pai por perto ou não o conhecem sequer. No documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, de 2006, MV Bill também já fez menção desta ausência da figura do pai e o impacto que isto teve na vida dos meninos

¹¹² Não é sobre o correr em si; é bem mais simbólico do que isso. Na era das gangues, a favela de Serviluz, situada à beira-mar, tinha cinco gangues e cinco territórios muito bem definidos. Igor, fundador do projeto social que organiza a corrida, conta-me que havia muitas pessoas que, apesar de conviver com a maresia impiedosa a adentrar as suas casas, “nunca sequer tinham ido à praia ou ter visto o mar”. As crianças da estão habituadas a correr pelas ruas do bairro, mas correm de medo. A corridinha tenta promover a paz e a integração comunitária, mas acima de tudo tenta transformar estas memórias tão negativas em algo positivo, num momento em que são incentivados a correr pelas ruas não por medo, mas por competição e gosto. Os nomes dos participantes estão escritos nas camisetas, para que todas as pessoas que assistem à corrida possam gritar os nomes das crianças quando elas passam pelas ruas.

¹¹³ É importante acrescentar aqui que estes projetos sociais, além das dificuldades estruturais, ainda enfrentam uma enorme e constante instabilidade financeira. Muitos dependem diretamente de financiamentos públicos, que variam consoante o partido político que está no poder. Nos anos em que há eleições, a instabilidade ainda é maior. Feltran (2011) fez uma observação semelhante sobre os projetos sociais numa comunidade periférica em São Paulo. Na análise do autor, os projetos foram desenvolvendo estratégias de resistência em resposta a estas incertezas. Isto significa que as equipas de cada projeto precisam atingir um certo grau de autonomia nas atividades principais do seu funcionamento, para não depender apenas dos subsídios, que definem o início e o fim de certas atividades que podem acontecer dentro das organizações. Esta instabilidade também afeta os profissionais que integram as equipas e que frequentemente enfrentam momentos de incerteza sobre a continuação dos seus próprios empregos. Isso resulta, como constatou Feltran, numa dedicação constante por parte da equipa à redação de novos projetos e com isso, novos financiamentos (Feltran, 2011). Observei essas mesmas dinâmicas em vários projetos sociais com os quais mantenho ligações em Fortaleza; não só no Pirambu, mas também em outros bairros como Serviluz e Vila Velha.

¹¹⁴ Segundo dados do Censo Escolar de 2015, a percentagem de alunos matriculados no ensino médio no Ceará é de 14,3 por cento. Ainda que é um número bastante baixo, é maior que o médio nacional de 5,6 por cento (Moreno, 2016).

entrevistados. Vários deles mencionaram o desconhecimento geral de quem é a figura do pai ou os sentimentos de revolta que sentiam em relação ao comportamento do pai (MV Bill & Athayde, 2006).

Existem, por isso, bastantes mães solteiras sem rede de apoio, que têm de ir trabalhar para pôr a comida na mesa. Com a falta crónica de vagas nas creches (para crianças de 0 a 3 anos) e nas pré-escolas (para crianças de 4 e 5 anos), as mães são obrigadas a abdicar dos seus trabalhos ou a deixar as suas crianças sozinhas. No Brasil, garantir o acesso às creches e às pré-escolas é uma competência das prefeituras¹¹⁵ – o que não impede intervenções dos governos estaduais ou federais. Os números revelam a falta de estado em relação a esta matéria no Ceará: ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) tenham estabelecido a meta de ter 50 por cento das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches até 2024, este número ainda não ultrapassava os 37,7 por cento em 2023 (Campelo de Melo & Nascimento, 2023).

Para muitas das restantes crianças, sobra muito tempo livre. Entregues a elas próprias, uma parte delas acaba por passar muito tempo na rua, sem rumo e suscetíveis ao “recrutamento” pelas facções. O que demonstrou o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, é que crianças que moram na favela, em alguns casos convivem com o tráfico – com o vocabulário, com os efeitos, com os cheiros – desde muito pequenas. Neste contexto, é uma luta para mostrar outros caminhos (MV Bill & Athayde, 2006).

Os projetos sociais nessas comunidades existem muitas vezes exatamente por causa disso – para oferecer uma ocupação a estas crianças e para tirá-las da rua. Crianças como estas vêm nos adultos do projeto que frequentam um exemplo de um caminho “alternativo” a seguir – um que não passa pelo mundo do crime. Especialmente os adultos masculinos ativos no projeto são vistos como uma figura de pai e acabam por ter muito influência na vida destas crianças. Por isso, Cleison sente que “*o que os projetos sociais fazem é dar sentido, oportunidades, tirar os meninos da rua. É nos projetos que eles vêm exemplos de outros caminhos possíveis, de outras escolhas de vida a não ser o crime. E essa é uma batalha de guerra que a gente aqui faz constantemente, para tentar não perder esses meninos para as facções. Consequentemente dá uma dor enorme, um baque enorme, quando isso acontece.*”¹¹⁶ Palavras semelhantes ouvi em Serviluz e quem as disse foi o Igor, fundador do [nome da ONG omitido]. Ele falou-me da sensação forte que é quando as crianças o chamam de “tio”, e que isso de certa forma “*significa que você tem influência nas escolhas delas. Mas no momento em que deixam de fazer isso e*

¹¹⁵ O termo é o equivalente das câmaras municipais em Portugal.

¹¹⁶ Caderno de campo, 04/12/2023.

começam a dizer que o projeto já não tem nada para eles e desistem dele, aí é complicado. Aí acabou.”¹¹⁷

As conversas com Cleison remeteram-me para a pesquisa de Feltran (2011), realizada num bairro periférico da cidade de São Paulo, onde o autor constatou existir uma espécie de classificação de indivíduos e grupos que constituem o tecido social da comunidade. Esta classificação visa particularmente indivíduos masculinos e consiste em dois lados essencialmente opostos: os trabalhadores – os cidadãos de bem, homens honrados e pais de família – e os bandidos – os vagabundos, marginais e ladrões (Feltran, 2011: 316-318). O percurso do Cleison é o de um de trabalhador e, através do projeto social do qual é fundador, resgata os meninos da favela de uma eventual trajetória de bandido.

O risco de perder crianças e jovens para as facções não vem só da ociosidade ou da falta de atividades para lhes ocupar do tempo. Mais do que isto até, a atração destes jovens pelo mundo do crime vem da necessidade económica, do desespero de ter fome, de não ser reconhecido, de estar num estado constante de sobrevivência, de não ter nenhuma luz ao fundo do túnel e de outros obstáculos encontrados nos bairros periféricos. Como já escreveu Zaluar (2019: 68), o mundo do crime tem uma dinâmica própria que apresenta jovens pobres e periféricos um quadro de alternativas. Em termos de cálculo racional, o envolvimento na atividade criminosa ajudaria estes jovens a alcançar a ambição de “ganhar muito” ou “ganhar fácil”. Esta atração do mundo do crime num cenário de escassez é mais que relevante quando se tenta entender as dinâmicas das facções. Não há projeto social em que os jovens participantes não têm direito a lanche – há sempre um sumo e um bolo, uma peça de fruta ou até uma refeição – ou, em alternativa, a uma cesta básica. Mas, depois de comer o lanche no projeto, as crianças e adolescentes vão para casa – casa esta onde, em inúmeros casos, não há comida. A próxima refeição talvez só seja na escola, já no dia seguinte. Esta realidade nua e crua é o que mais ocupa o Cleison: *“Ainda há muitas famílias a passar fome no Pirambu. O crime é por isso uma tentação permanente e constante, a maneira mais fácil de ganhar dinheiro, de ganhar R\$100 e garantir o mínimo para a família comer. As facções criminosas sabem disso e tentam seduzir as crianças desde pequenas.*”¹¹⁸

Quem de certa forma obstrói este recrutamento precoce das crianças e adolescentes pelas facções, não está imune ao perigo. Já no final de 2017 ficou explícito que as ameaças às lideranças comunitárias eram reais, quando uma líder comunitária de um outro bairro da periferia de Fortaleza foi baleada numa paragem de autocarro por dois homens. Mesmo quando

¹¹⁷ Caderno de campo, 05/12/2023.

¹¹⁸ Caderno de campo, 04/12/2023.

não haviam provas, corriam rumores dentro e fora da comunidade sobre o ataque ter sido uma possível retaliação por causa do possível envolvimento dela com projetos de segurança do Governo. Paiva (2019: 178) observou que a partir deste episódio dramático se instalou um medo nas pessoas que fazem a ação social nestas comunidades, o que era uma novidade importante. Mais uma vez, ficou claro que as facções não se limitam a ameaçar ou a matar integrantes de facções rivais, ou os seus familiares e amigos, mas que também as pessoas envolvidas na ação social nos bairros estão sob risco de sofrerem as consequências das suas “ações”.

As lideranças comunitárias com quem o autor contatou referem um sentimento de insegurança na hora de realizar qualquer atividade no território, que não experienciaram da mesma forma antes da existência das facções. Para não correr o risco de romper os frágeis laços de confiança com os grupos dominantes, são precisos uma série de compromissos complexos e um certo silêncio em relação às práticas destes grupos no território. Isto parece demonstrar que tem de existir uma preocupação constante da parte dos movimentos sociais em manter uma posição “neutra” e em não passar a imagem de que estariam de alguma maneira a “colaborar” com as autoridades. Mas Cleison parece também ver outros riscos associados, que muito mais do que às suas atividades, estão ligadas à mera existência dos projetos: *“Nós que trabalhamos no social também estamos em risco. Eles [as facções] não querem projeto social, não querem que as crianças e os jovens tenham saudades do projeto. Eles querem faccionar as pessoas desde criança, desde muito pequeno. Nos bairros mais problemáticos com mais crimes e mais mortos tem menos projetos sociais.”*¹¹⁹

Além disso, ainda tem outro elemento, nomeadamente os laços pessoais que ele tem com meninos que já fizeram parte do projeto e que foram para o crime. Não são estes que ele teme – *“os meninos que já foram do projeto e que foram para o crime têm muito respeito por mim e nunca me vão fazer nada”*¹²⁰ –, mas sim as teias em que lhe podem fazer parar. Ele lembra um episódio que aconteceu na praia, quando estava a dar uma aula de surf muito perto da fronteira entre os territórios da GDE e do CV. De repente veio correndo na sua direção um rapaz que no passado já foi do projeto. O menino tinha cometido um crime e estava naquele exato momento a fugir da polícia. *“Veio correndo gritando ‘tio! tio!’ e pediu a minha ajuda. Eu disse para ele entrar no mar para ficar misturado entre os meninos da aula de surf até a polícia ir embora. Ajudei-o assim dessa maneira, o que dá um sentimento misto, claro. Já foi do projeto, mas*

¹¹⁹ Caderno de campo, 04/12/2023.

¹²⁰ Caderno de campo, 04/12/2023.

foi para o crime. E, se eu não o tivesse ajudado, eu viria alvo também, por causa da vingança.”¹²¹

Para Cleison, hoje com quarenta e poucos anos, tudo isto tem um peso inegável no seu dia-a-dia. Não pensa em desistir ou abandonar o projeto, pois a sua motivação é clara: “*Todas as pessoas da minha geração, os meus amigos da minha geração, já partiram. Morreram todos por causa do crime.*”¹²² A morte não é estranha para quem vive num território periférico urbano. Se a situação durante a adolescência e a juventude de Cleison já era difícil, hoje o cenário não está melhor. Em 2014 e 2015, de todas as capitais brasileiras, era de Fortaleza o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que engloba vítimas com idades entre 12 e 18 anos. Conforme dados da Secretaria Saúde de Fortaleza, a partir de 2006, o IHA na cidade era mais alto do que o de homicídios da população em geral: os homicídios tornaram-se na principal causa de morte na cidade (Barros & Benício, 2017). De acordo com uma investigação de 2016 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, feita para compreender o aumento do IHA, quase um terço das vítimas eram moradores de 52 bairros com infraestrutura e serviços precários. Isto indica que a segregação urbana é um fator de exposição à violência letal, que afeta maioritariamente homens (98 por cento) da raça parda e preta (69 por cento). Os dados também indicam claramente que o quotidiano de muitos adolescentes é atravessado por violência: 93 por cento foi morto por arma de fogo e 73 por cento no bairro onde residia, 46 por cento já tinha passado pelo sistema socioeducativo e 73 por cento já tinha sofrido violência policial. Acrescenta-se ainda o facto que 64 por cento destes jovens teve amigos assassinados e que em 89 por cento dos casos os agressores das vítimas não foram presos ou detidos (*Ibidem*, 2017: 34-36).

É a esta realidade que Paiva refere quando indica que existe uma possível socialização pela violência nos bairros periféricos de Fortaleza. Uma boa parte dos moradores destas comunidades já viveu o drama de amigos ou vizinhos serem assassinados no próprio bairro, seguido por uma impunidade e, muitas vezes, uma certa indiferença (Paiva, 2019). Mas os dados do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também sugerem de forma clara porquê pessoas como Cleison, no Pirambu, e Igor, em Serviluz, não desistem dos seus projetos sociais: 65 por cento dos adolescentes e jovens assassinados, da faixa etária de 10 a 19 anos, não participava de projetos sociais (Barros & Benício, 2019: 35). As ONGs nestas comunidades têm um papel importante no curso de vida destes jovens. Durante a sua infância e adolescência, Igor, filho da favela de Serviluz e fundador de um ONG no bairro,

¹²¹ Caderno de campo, 04/12/2023.

¹²² Caderno de campo, 04/12/2023.

sempre participou num projeto social e sublinha o valor que isso teve para a sua vida: “*Nesses anos [início dos anos 2000], quando eu tinha uns 13 anos, a taxa de homicídios de crianças e adolescentes de Fortaleza era das mais altas do Brasil e eu tinha muito medo de passar a integrar as estatísticas. Eu dou graças a Deus por ter estado num projeto social, pois isso me salvou.*”¹²³

Os dados de 2016 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também revelaram que 73 por cento das vítimas havia abandonado a escola (*Ibidem*, 2019: 35). É possível que este indicador se agrave nos próximos anos, visto que nem serviços públicos como a educação ou a saúde são imunes à “fronteirização” das facções. Em abril de 2019, *El País Brasil* publicou um artigo que aprofunda o tema da transição das gangues para as facções. São mencionados os chamados “bairros ilhados” que existiam no tempo das gangues, em que crianças só podiam ir à escola até uma certa idade, porque a escola onde iriam começar o próximo ciclo ficava numa zona rival. Esta realidade não só se manteve, como se alastrou pela periferia toda. Há inúmeros casos em que crianças simplesmente não podem continuar a sua carreira escolar, por a escola se encontrar num território rival (Cruz, 2019). Os usuários do serviço público de saúde sofrem do mesmo mal. Quando estive na sua casa, Rosinha mencionou que este problema existe no Pirambu. Como indicam Filho e Mariano (2020: 1567), há muitos casos nos quais a mesma Unidade de Saúde Pública (USP) é frequentada por pessoas que moram em comunidades “controladas” por facções rivais, o que faz com que algumas pessoas deixem de ter acesso aos cuidados de saúde (Filho & Mariano, 2020: 1552). Perante a situação atual, em que o “faccionamento” dos territórios traça fronteiras invisíveis que impedem os moradores comuns de se mover livremente, os mesmos autores (*Ibidem*, 2020: 1567) sugerem que estamos perante uma espécie de deslocamento interno.

Os caminhos que um morador pode ou não traçar estão indicados pelas abundantes pichações com siglas das facções (**Figura 3**) que dominam num determinado território. Estão em muros ou nas fachadas de casas, tanto na entrada desses territórios como dentro da comunidade, especialmente nos becos. Às vezes a polícia apaga as pichações ou pinta por cima delas (**Figura 4**), mas é em vão: elas voltam sempre. Quem vai caminhar ou dar uma corrida na orla da Vila do Mar, a parte do Pirambu onde a ONG do Cleison é situada, só vai até ao ponto em que as pichações da GDE acabam e as do CV começam.

¹²³ Caderno de campo, 05/12/2023.



Figura 3. Pichação da GDE, com a frase “Bota na cara CVCÚ” em referência ao CV, num beco perto da orla na Vila do Mar. © Joke Langens



Figura 4. Tinta azul da polícia, tentando cobrir pichação com a frase “bala no CVCÚ”, em referência ao CV, num beco perto da orla na Vila do Mar. © Joke Langens [Pirambu, 06/12/2023]

Durante a maior parte do dia, a orla da praia é deserta. Mas ela ressuscita entre as 17h e as 20h horas da tarde, quando muitas pessoas voltam do trabalho e vão passear ou tomar uma caipirinha numa das barraquinhas que parecem ter emergida de maneira súbita. E tão repentinamente quanto surgiu, toda esta movimentação desaparece novamente. Provavelmente não será por acaso que o corpo de intervenção policial vem patrulhar na orla, a cavalo, todos os dias a esta hora. Em março de 2024, vários moradores, interlocutores com quem mantenho contato, mencionaram que a fronteira entre ambas as facções, durante tanto tempo tão estabelecida na Avenida Dr. Theberge, que acaba justamente na orla, começou a ser mais movediça. As pichações vão indicando as mudanças de poder – que nesta altura parecem ser diárias – nas ruas paralelas à Avenida Dr. Theberge.

4.3 O corpo como marcador de fronteiras

Não são só as pichações nos muros do bairro, mas também os símbolos estampados nos corpos dos seus moradores que dão forma à “fronteirização” imposta pelas facções. Tanto em dezembro de 2023 como no período homólogo do ano anterior, chamou-me atenção o que pessoas diversas foram conversando sobre tatuagens. Uma delas foi o Gustavo, morador de Vila Velha, bairro periférico que como tantos outros foi fatiado no meio pelas facções. Gustavo comentou que ele, ao contrário de muitas pessoas, ainda pode atravessar a nova fronteira invisível, pela simples razão de não ter tatuagens. Em linha com o que já acontecia com as gangues, como o trabalho de Glória Diógenes tão bem mostrou, também as facções parecem ter escolhido tatuagens como símbolos ou sinais de código para se identificarem entre eles (Diógenes, 2008). No Pirambu, Sara relata algo parecido durante a nossa conversa no [nome da ONG omitido]. “*Aqui atrás,*” e ela aponta vagamente com o seu braço, “*um dos chefes da GDE escolheu um falcão como símbolo para ser tatuado nos membros. Se uma pessoa é mais velha e tem uma tatuagem que claramente foi feita anos atrás, então com certeza ninguém vai parar essa pessoa,*”¹²⁴ sugerindo, com isso, a temporalidade das pertencas. Mas, continua Sara, “*se você tem um ar de ser integrante de facção e tem esse falcão - ou qualquer outra tatuagem que seja um possível símbolo de facção – e você passa a fronteira para um território rival, aí você vai morrer.*”¹²⁵

Parece existir uma camada forte de preconceito, tanto da parte dos moradores como da parte das autoridades sobre quem tem ou não “ar de quem é integrante de facção”. Como já foi discutido no capítulo anterior, muitas vezes basta alguém ser homem, jovem, pobre, pardo/negro e fazer uso de um certo estilo juvenil, para corresponder a um estereótipo e acabar classificado como “faccionado” na mente das pessoas. Contudo, dentro do grupo das pessoas “faccionadas”, também parecem existir marcas que classificam os seus integrantes. Através da tatuagem, as territorialidades das facções são impressas nos corpos de quem faz parte delas. Ter tatuagens semelhantes às que foram escolhidas como símbolos de uma ou outra facção, pode ter consequências. Quem sofre isso na pele é o Tiago. Ele vive com a sua esposa Ianara e a filha Maria de dez anos. A família de Ianara também vive no Pirambu, numa parte dominada por outra facção, e é frequentemente visitada por ela e a filha. O Tiago nunca as acompanha. Ao contrário do que acontece com Gustavo, que na ausência de tatuagens alega poder circular de

¹²⁴ Caderno de campo, 04/12/2023.

¹²⁵ Caderno de campo, 04/12/2023.

forma mais livre, Tiago aponta as suas tatuagens como o obstáculo¹²⁶ para o seu livre movimento dentro da comunidade.

Tanto dentro como fora do universo do Pirambu, Tiago enfrenta os limites da sua mobilidade social. Teve de deixar o seu emprego numa loja no centro da cidade. Para chegar lá, tinha de atravessar o território do CV – que abrange não só a parte mais a leste do Pirambu como também quase todo o centro e as partes mais nobres da cidade – o que deixou de ser possível para ele, morador de um território dominado pela GDE. Através deste relato, observa-se que a delimitação do bairro estende para além do bairro. Mesmo se as ações das facções criminosas se concentram nas periferias, onde assumem uma outra escala e uma outra forma, para alguns dos seus moradores, as limitações de circulação aplicam-se mesmo fora da periferia. Tiago e a sua família sofrem assim as consequências económicas do domínio das facções.

Quem também sente o impacto económico disto tudo é o comércio local¹²⁷. Como revelou a pesquisa de campo realizada por Paiva (2022: 115-116) em diversos bairros periféricos de Fortaleza, é recorrente os comerciantes serem obrigados a pagar uma espécie de “portagem” para poderem manter os seus estabelecimentos a funcionar em segurança num território dominado por uma facção. Apesar de esta já ter sido uma prática comum na era das gangues e das quadrilhas, com as facções virou uma ordem cujo não cumprimento arrisca ser pago com a própria vida. Em fevereiro de 2024, o CV “decretou luto” no Pirambu após um de seus líderes, o “Biu”, ter sido assassinado por polícias militares numa favela no Rio de Janeiro. Ao determinar que nada funcionasse no Pirambu, a facção carioca ameaçou os comerciantes da zona para que fechassem as portas. Comerciantes de outras zonas da cidade também foram impedidos de fazer entregas no Pirambu durante o “luto imposto”. Moradores ficaram reféns

¹²⁶ Não foi só na periferia da cidade que os meus interlocutores referiram que as suas tatuagens formam uma espécie de obstáculo para a mobilidade de quem as tem: também Anuar e Daniel, ambos com trinta e poucos anos, da classe média e residentes no Aldeota, o bairro mais nobre de Fortaleza, dizem por vezes sentir-se em perigo. Anuar tem raízes italianas da parte do pai e Daniel tem ascendência indígena de ambos os lados da família. Ambos são altos e muito tatuados. “*Nós não temos propriamente um ar muito fofo né, então aí você fica pensando em como as outras pessoas olham para você, se classificam você como ‘envolvido’ ou não. Aí, às vezes eu fico com medo de ser confundido, pelas facções ou pela polícia, e prefiro não sair. Nós quase já não saímos mais, na verdade. Prefiro ir à casa de amigos ou convidar eles para a minha casa. A coisa está meio osso lá fora*” (Caderno de campo, 17/12/2023).

¹²⁷ Na sua pesquisa etnográfica em bairros periféricos de Porto Alegre, Cláudia Fonseca (2004) também já relatava os desafios quotidianos dos comerciantes locais, numa época anterior ao domínio das facções. A autora descreve como os episódios constantes de violência governavam o espaço e organização dos horários do comércio. Para poder conter o perigo, pessoas como, entre outros, o barbeiro de um bairro periférico da cidade, adaptava o seu horário de fecho à quantidade de “guris reunidos na frente. Quanto mais tem, mais cedo ele fecha” (Fonseca, 2004: 169).

nas suas casas, algumas escolas impedidas de continuar as aulas e um posto de saúde sem condições de atender doentes (Sisnando, 2024).

Não só ser, mas também sair da facção significa estar sob grande risco. “*Uma vez na facção, não tem volta atrás.*”¹²⁸ Quem o diz é Cleison. O “Biu”, alcunha de Fábio de Almeida Maia, era um dos líderes da facção carioca no Ceará. Para quem ocupa uma posição de poder, não tem mesmo saída. Mas para quem “correu” com a facção ou não teve uma posição considerada importante e quer sair, existe um caminho: virar crente. Carvalho (2021) refere o poderoso papel das igrejas, especialmente as evangélicas, na questão do crime, que se revela, entre outras coisas, na conversão dos considerados ‘bandidos’. Na sua pesquisa num morro belo-horizontino, o autor ainda consta que um “desengajamento” através da conversão em si só não basta; é necessário que tal torne visível “por meio da distinção comportamental e estética” (Carvalho, 2021: 28). Também Machado e Gouvêa (2022), num trabalho realizado num bairro em Vitória (Espírito Santo), indicam que há vários aspetos que servem para comprovar a transformação de identidade de traficante a crente. São exemplos disto a adoção de uma linguagem típica do meio evangélico e de uma nova maneira de se vestir, como “usar roupa social”, “andar arrumado” e até usar uma Bíblia como adereço (Machado & Gouvêa, 2022: 365).

Uma série de reportagens sobre as facções no Ceará, publicadas no jornal *O Povo*, investigou precisamente esta parte das dinâmicas das facções. Consta que, se uma pessoa quer deixar a facção, esta precisa comunicar a algum superior hierárquico que entrou na “bênção” (Barbosa, 2023b). É também o que me contou Paulo, monitor do [nome da ONG omitido]: “*A única maneira de sair da facção é virar cristão a sério, passar a fazer parte de uma igreja. É uma espécie de batismo simbólico. Essa é a única maneira. Se não for isso, não tem como. Mas se tiverem uma posição de importância dentro da facção, então não tem saída mesmo.*”¹²⁹

Paulo, jovem, negro e filho do Pirambu, frequentemente colabora com o [nome da ONG omitido] como voluntário, e quando era adolescente participava ele próprio nas atividades. Ele veste-se de forma mais formal – camisa polo, calças *chino* e calçado *mocassin* estilo vela –, o que corresponde com um estilo chamado por vezes de “evangélico” ou “modesto”. Cleison, também negro e filho do Pirambu, tem um estilo de surfista. T-shirt, calções de surf e tênis descontraídos compõem um *look* comum entre as pessoas ligadas ao surf nas comunidades à beira-mar em Fortaleza (e não só). Esta observação e a fala do Paulo levaram-me a pensar sobre a maneira como o corpo pode ser usado para comunicar sinais de código, tal como já foi

¹²⁸ Caderno de campo, 04/12/2023.

¹²⁹ Caderno de campo, 04/12/2023.

mencionado na questão das tatuagens. Estas últimas, em combinação com roupas de um estilo global juvenil, compõem um estilo que é muito comum nas favelas (e não só).

Mas no contexto dos bairros periféricos e estigmatizados, onde os tão presentes estereótipos e preconceitos sobre homens jovens, pobres e negros/pardos são facilmente ativados, o estilo é muitas vezes interpretado como a afirmação que alguém é “envolvido” numa facção. Com isto em mente, usar uma roupa que se desvincula desta leitura estigmatizante sobre a aparência de um jovem periférico, como é possivelmente o caso da roupa do estilo “evangélico” ou “surfista”, pode ser uma maneira de construir uma camada de autoproteção. Se a aparência física é, por vezes, suficiente para ser alvo de suspeitas, seja da parte das facções, de moradores ou das autoridades, de igual modo, o próprio corpo pode ser usado para comunicar a mensagem que a pessoa não é “envolvida” e para, no limite, aumentar a sua mobilidade dentro da comunidade. É o corpo como marcador de fronteiras, desmarcando conscientemente a sua suposta relação com o tráfico que a sociedade lhe impõe.

“*Aqui e ali*”, a Sara acena com uma mão na direção da igreja e da fronteira invisível que fica lá perto, “*é como se fossem dois Estados: se aqui é o Brasil, do outro lado é como se fosse os EUA, por exemplo.*”¹³⁰ E tal como diferentes Estados têm diferentes regras, códigos e símbolos, territórios de facções diferentes também o têm. É no vácuo deixado por um Estado que apenas esteve coerente na sua ausência histórica, que as facções conseguiram criar uma espécie de ‘Estados’ paralelos, através da violência entre si ou contra o Estado (Sullivan, 2022: 256). O código de estrada proíbe motociclistas a andar sem capacete, mas tirar o capacete é “lei” quando a facção assim manda. As leis das facções desafiam a lei nacional. É assim a vida em lugares “sitiados”. Filho e Mariano (2020: 1554) conectam este cenário com Agamben, “para quem o estado de exceção não é um direito especial, como o direito da guerra, mas a suspensão da própria ordem jurídica, o que indica seu conceito limite”.

¹³⁰ Caderno de campo, 09/12/2023.

Considerações finais

No Pirambu, muitos são filhos ou netos do sertão. Mas existe também uma relação muito afetiva com o mar, seja através dos pescadores que ainda hoje pescam o peixe que deu o nome ao bairro, seja através da maresia que adentra as casas. Estou na varanda de uma das muitas casas de dois andares na orla da Vila do Mar, com vista para os coqueiros que abanam no vento e os *kitesurfistas* que voam por cima do mar verde. A casa é de Jéssica, mulher negra e mãe jovem, nascida e criada no Pirambu, e é partilhada com o seu marido e a sua filha, com os seus pais e com o seu irmão e a família dele. O dia caminha para o fim e a orla enche-se de gente: pescadores a caminho de casa puxando o carrinho cheio de peixes, polvos e carangueijos, crianças e jovens a jogar futebol, amigas a passear, almas desportivas a correr, e a polícia a patrulhar, a cavalo e com a pompa de sempre. É este o cenário que apreciámos a partir da varanda (**Figura 6**), espaçosa e sem vidraça, pela qual a maresia adentra a casa. A maresia aqui é forte, impiedosa e sempre presente. Aliás, a Praia do Futuro, situada a uns meros dezasseis quilómetros daqui, tem a maresia mais forte de todo o Brasil. Nesta casa, que vai sendo corroída aos poucos pelos efeitos da maresia, “*todos os santos anos*”¹³¹ repete-se a mesma tragédia: o concreto sofre e os eletrodomésticos sucumbem. Em cinco anos, Jéssica teve de comprar três televisões. O frigorífico teima em ficar coberto em ferrugem; será provavelmente o próximo a desistir. E quando não é a maresia, são as chuvas a causa do próximo apocalipse doméstico. A época de chuva de 2024, sob influência do fenómeno El Niño, tem trazido pancadas de chuva, que por sua vez causaram surtos de dengue, e inundações e infiltrações quase diárias nas casas do Pirambu. Faltam medidas eficazes da parte das autoridades em relação a esta última questão.

É a precariedade quotidiana infligida pela condição de “hiperperiferia” (Telles, 2010: 81), uma periferia da periferia, caracterizada pela insalubridade e a instabilidade das casas que hoje enfrentam uma bela orla, mas que em tempos idos, na realidade, foram construídas em dunas e falésias sem condições para isso¹³². Na década de 1970, Belchior lançou a canção “Como

¹³¹ Caderno de campo, 04/12/2023.

¹³² Muitas das casas na Vila do Mar, parte de Pirambu, foram construídas anos atrás em terrenos abandonados pertencentes à União da Marinha. Mais tarde, a Marinha acabou por doar os terrenos à Prefeitura de Fortaleza. Uma consequência disto é que muitos moradores aqui não possuem cartórios de casa. A pedido da Prefeitura de Fortaleza e mais especificamente da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), o [nome da ONG omitido] de Cleison agora faz um serviço de intermediário para estabelecer a ponte entre a Prefeitura e as famílias em núcleos urbanos informais que serão beneficiados pelo Programa Municipal de Regularização Fundiária Urbana de Fortaleza (ReurbFor)(Prefeitura de Fortaleza, 2022b). Uma vez por semana, os moradores podem se dirigir a [nome da ONG omitido] para pedir ajuda na burocracia da legalização dos documentos de casa. A Prefeitura também pediu ao Cleison que indicasse três pessoas para serem contratadas pela

nossos pais”, que foi imortalizada na voz de Elis Regina. Embora o cantor cearense e “*vindo do interior*”¹³³ escreveu-a durante a Ditadura Militar, a sua letra hoje continua a ser dolorosamente atual: *Minha dor é perceber / Que apesar de termos feito / Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo que fizemos / Ainda somos os mesmos e vivemos / Ainda somos os mesmos e vivemos / Ainda somos os mesmos e vivemos / Como os nossos pais* (Belchior, “Como Nossos Pais”, 1976). Belchior revelou que a letra se referia a um sentimento de incômodo com a acomodação dos jovens com o estado das coisas na época da ditadura. As décadas passam, a vida continua e o dia de amanhã traz mais chuva.

Hoje, a situação de “hiperperiferia” (Telles, 2010: 81) que existe no bairro de Pirambu já não é apenas caracterizada pelas condições de vida, precárias e estagnadas, já destacadas pela geração de Belchior na década de 1970. As gerações mais novas ainda enfrentam e resistem a estas mesmas condições, que inclusive se tornaram mais complicadas pela presença das facções. Num território como o do Pirambu, os moradores seguem na medida do (im)possível com as suas vidas normais, apesar de todos os obstáculos e impedimentos que as facções criminosas e as fronteiras invisíveis traçadas por estas nos seus bairros. Neste cenário, os pirambuenses fazem o que sempre fizeram: resistem. Na era das facções, coisas aparentemente simples como frequentar certos espaços, namorar e atravessar a cidade, tornaram-se atos de resistência.

Nesta dissertação, propus debater a relação entre as dinâmicas de coletivos criminais armados (Rodrigues, 2022) e as mobilidades dos moradores dos bairros onde operam. O caso do Pirambu permitiu-me analisar esta questão num determinado território e através de uma perspectiva mais específica: a dos moradores de um espaço urbano periférico. O breve exercício etnográfico que fiz neste bairro, trouxe-me outras questões que merecem uma análise mais aprofundada, a qual não pude fazer por falta de tempo. Primeiramente, a linha de pesquisa desta dissertação não é, evidentemente, o único caminho possível para discutir o fenómeno das facções criminosas. O fator que me conduziu para a abordagem desta dissertação foi a minha ligação com o bairro e alguns dos seus moradores (que são os meus interlocutores diretos ao longo desta pesquisa). Uma outra abordagem interessante, seria analisar esta questão a partir da perspectiva das próprias facções. Porém, por razões óbvias, seria também muito mais complicado, especialmente num curto espaço de tempo. Outra abordagem que poderia trazer

Prefeitura para ajudarem a fazer um levantamento das casas por serem legalizados. O seu irmão Cleiton vive noutra parte do Pirambu, controlada por outra facção, e indicará outras três pessoas para fazer o mesmo. Como estas pessoas vão fazer visitas de casa, cabe aos irmãos – que pelo nome fariam uma bela dupla sertaneja, *dixit* Cleiton – de escolherem ‘pessoas consensuais’.

¹³³ Frase retirada da canção “Apenas Um Rapaz Latino-Americano” (1976) de Belchior.

perspetivas complementares, seria investigar a questão feminina no fenómeno das facções criminosas. Poderia ser interessante discutir qual é o papel específico das mulheres, tanto na própria organização ou eventual participação nas facções, quanto na maneira como a sua atuação afeta especificamente a vida das mulheres de um espaço urbano periférico como o Pirambu.

Este espaço urbano periférico é permeado por desigualdade social e violência. Na análise da questão da violência, tentei pensar diferentes espacialidades que produzem certos processos de exclusão. Abordei diversas dicotomias que constituem o espaço-nação brasileiro, começando pela oposição entre sertão e litoral, uma temática amplamente discutida no pensamento social brasileiro. As secas que atormentam o sertão forçaram milhares de pessoas a migrar para o litoral, especialmente no Nordeste, provocando transformações significativas nos seus centros urbanos. A crescente urbanização das cidades litorâneas resultou na expansão das suas periferias. Durham (1984) observa que esse processo de urbanização desencadeou uma transformação social alinhada às mudanças da sociedade global (Durham, 1984). No contexto da modernização capitalista, um número crescente de pessoas viu a sua mobilidade social bloqueada ou até retrocedida, enquanto as relações sociais tornaram-se mais impessoais e individualizadas. A rutura com os valores tradicionais da sociedade do trabalho e o crescimento do mercado laboral informal fizeram com que o trabalho deixasse de ser uma fonte de reconhecimento e uma garantia de vida digna, especialmente para os jovens, para quem o acesso ao emprego tornou-se ainda mais limitado. Numa sociedade cada vez mais moderna e acelerada, falhou-se em integrar os mais pobres e desfavorecidos. Como resultado, as profundas desigualdades e a pobreza urbana concentraram-se nas periferias das grandes cidades, afetando principalmente as juventudes marginalizadas e em situação de pobreza (Diógenes, 2008; Telles, 2010). Como afirma Glória Diógenes, “a juventude é a vitrine dos conflitos sociais” (Diógenes, 2008: 162).

É no movimento da vida rural para as periferias urbanas que reside a génese da violência no Brasil, incluindo em Fortaleza. Este deslocamento intensificou a pobreza, sobretudo a pobreza juvenil, agora num contexto urbano, abrindo brechas para o surgimento do crime organizado, num primeiro momento com as gangues e, mais tarde, com as facções criminosas. Paiva (2019) descreve a facção como um coletivo composto por sentimentos de pertença, associações e laços sociais profundos, semelhantes aos familiares, entre pessoas comprometidas em fazer o crime. Fazem-no como “um meio de integrar a sociedade, pois não visam à sua destruição, e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras” (Paiva, 2019: 170).

As facções criminosas nasceram e ganharam prominência e terreno como resultado de um determinado quadro pré-existente. Ao longo desta dissertação, procurei abordar a conjuntura dos fatores políticos e económicos e das dinâmicas de exclusão que criaram essas condições propícias para a sua ascensão. Zaluar (2019) afirma que, ao contrário da teoria que defende que a pobreza e a exclusão social em si são as principais causas da criminalidade, há uma outra interpretação. Segundo esta visão, o aumento das taxas de criminalidade não é necessariamente uma consequência direta da pobreza, mas sim um sintoma da deterioração da qualidade de vida nas áreas mais pobres. Isto sugere que, a curto prazo, a qualidade de vida também poderia melhorar se as taxas de criminalidade fossem reduzidas (Zaluar, 2019).

Melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em territórios periféricos, consequentemente estigmatizados e marginalizados, implica que a sociedade encara os problemas por ela criados. Para isso, é urgente que se crie políticas públicas e territoriais eficientes, que visam a redução da desigualdade social e económica, além de garantir oportunidades dignas e a inserção social de todos. Qualquer ação pública teria de ambicionar, necessariamente, uma humanização de todos os cidadãos, para que os moradores da periferia urbana deixem de ser considerados como humanos “de segunda categoria” (Rodrigues, 2022: 309), de certa forma menos merecedores de políticas públicas democráticas e respeitadoras dos direitos civis (Zaluar, 2019). Sem isso, “o problema da violência continuará penalizando todos, inclusive essa mesma sociedade que se sente confortável no seu mundo de muros e câmaras de segurança e com medo de tudo que está fora dele” (Santos, Souza, *et al.*, 2022: 47).

É interessante ligar esta ideia à linha de pensamento de Fonseca (2004), que também mencionou “as barreiras de três metros de altura erigidas diante das casas burguesas” como uma metáfora da barreira quase insuperável que existe entre os dois mundos. O mundo atrás dos muros quase não contacta com o mundo periférico. Este é muitas vezes caracterizado por uma extrema precariedade das condições de vida, como mencionado acima. Na ausência deste contato entre classes existe uma certa incompreensão da parte dos moradores de bairros nobres diante das dinâmicas de exclusão que atravessam o mundo periférico (Fonseca, 2004: 214). Onde não existe contato, é difícil existir compreensão com os processos que contribuíram para o surgimento do crime organizado e, mais especificamente, as facções.

Tal como lembra Paiva (2022), se ainda existem muitas pessoas que conseguem minimizar o impacto da violência nas suas vidas, tendo apenas contacto com o fenómeno através da comunicação social ou não tendo o seu quotidiano necessariamente limitado por ele, para outras pessoas já não tem esta hipótese. Estas pessoas são principalmente os moradores de bairros periféricos, que precisam avaliar cuidadosamente como se podem ou não mover ou até que

ponto podem ou não ignorar certas ordens, devido às implicações que isso pode representar para eles e para as suas famílias (Paiva, 2022). O autor ilustra, assim, a grande desigualdade na forma como as facções afetam diferentes áreas da cidade, sendo as periferias as mais atingidas. Enquanto as facções reivindicam tanto o controlo físico quanto o simbólico sobre as comunidades, o poder público continua a insistir no discurso de derrotar as facções, como já fazia em 2016, aquando do fim da chamada ‘pacificação das periferias’. Manter este discurso é insistir na negação da verdadeira dimensão do domínio das facções (*Ibidem*, 2022). O crime, no fundo, constitui um “perigo nas fronteiras... a forma como o explicamos e a quem culpamos é altamente reveladora de quem somos e de como organizamos as nossas relações com os outros”¹³⁴ (Girling *et al.* *Apud* Schneider & Schneider, 2008: 357).

O caso do Pirambu parece demonstrar precisamente isso. Nesta comunidade, os laços de família, de amigos e de vizinhança estão sob pressão. Lida-se e convive-se quotidianamente com o impacto de ser um território rasgado ao meio pela fronteira invisível entre várias facções, enquanto o Pirambu sempre foi uma comunidade com uma forte identidade partilhada, como a primeira parte do terceiro capítulo mostrou. Sejam as raízes sertanejas ou a luta partilhada, hoje, tudo isso está sob pressão. No entanto, não é por isso que os pirambuenses se rendem. Nas palavras da minha interlocutora Day, nascida e criada em Fortaleza: “A gente enquanto nordestinos cearenses, vivemos num território de luta histórica, de resistência política”¹³⁵.

É quinta-feira e o sol já se pôs quando Merivalda monta a sua banquinha em frente da porta da sua casa. Os cheiros da culinária nordestina enchem a rua e os primeiros clientes da noite – todos eles vizinhos – começam a chegar. Juntam-se à volta da banquinha e põem a conversa em dia ao mesmo tempo que se deliciam com a comida da Merivalda. Em noites como esta, a casa que é exclusivamente de mulheres, inclusive a cadela Mel, transborda para fora. De repente, as palavras de Paulo, monitor do [nome da ONG omitido], ecoam na minha cabeça: “*Eu circulo por todo lado, não deixo de ir a lado nenhum por causa das facções. Acho que é importante que não deixamos isso entrar demasiado na nossa cabeça, que o medo não toma conta das nossas vidas.*” Enquanto sento-me, também, no passeio para comer o vatapá com

¹³⁴ A versão original, em inglês, diz o seguinte: “Crime is a ‘*danger on the borders... how we explain it and whom we blame are highly symptomatic of who we are and how we organize our relations with others*’” (Girling *et al.* *Apud* Schneider & Schneider, 2008: 357).

¹³⁵ Caderno de campo, 15/12/2022.

arroz e farofa de dendê, penso como todas estas práticas aparentemente banais, num mundo cruelmente reinado pelas facções, se transformaram em nada menos que atos de resistência.



Figura 5. Vista para a orla na Vila do Mar, tirada da varanda de Jéssica.

© Joke Langens [Pirambu, 04/12/2023]

Bibliografia

- Abramo, Helena Wendel (1994). *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta.
- Academia de Ciências de Lisboa. (s.d.). Bandeira. In *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa* (s.d.). Recuperado em 23 de março de 2024 em <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=bandeira>.
- Academia de Ciências de Lisboa. (s.d.). Jangada. In *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa* (s.d.). Recuperado em 14 de março de 2024 em <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=jangada>.
- Agamben, Giorgio (1998). *O poder soberano e a vida nua*. Lisboa: Presença.
- Agamben, Giorgio (2010). *Estado de Exceção*. Lisboa: Edições 70.
- Alessi, Gil (2016a, 29 de Agosto). Acordo pela paz entre PCC e Comando Vermelho derruba homicídios em Fortaleza. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471617200_201985.html. (Data de consulta: 03/08/2023).
- Alessi, Gil (2016b, 20 de Outubro). Rebeliões sinalizam fim de pacto entre PCC e CV e espalham tensão em presídios. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/politica/1476734977_178370.html. (Data de consulta: 04/08/2023).
- Alessi, Gil (2016c, 1 de novembro). Família do Norte, a facção que fez a guerra entre o PCC e o Comando Vermelho. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477406310_192891.html#. (Data de consulta: 21/02/2024).
- Amado, Janaína (1995). Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, 8(15): 145-151.
- Amorozo, Marcos (2024, 2 de fevereiro). “Privatização de presídios abre espaço para o crime organizado”, diz Sílvio Almeida sobre decreto de PPIs. *CNN Brasil*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-decreto-de-ppis/>. (Data de consulta: 19/08/2024).
- Aragão, Murillo de (2023, 8 de outubro). O Brasil dos carros blindados. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/murillo-de-aragao/o-brasil-dos-carros-blindados>. (Data de consulta: 11/03/2024).
- Arruda, Gilmar (2000). *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- Barbosa, Lucas (2023a, 13 de junho). Facção criminosa no Ceará: quais grupos atuam no Estado? Entenda. *O Povo*. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/06/13/facao-criminosa-no-ceara-quais-grupos-atuam-no-estado-entenda.html>. (Data de consulta: 06/03/2024).

Barbosa, Lucas (2023b, 31 de julho). Facção no Ceará: batismos, caixinhas e tribunais; como os grupos atuam. *O Povo*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/07/31/facao-no-ceara-batismos-caixinhas-e-tribunais-como-os-grupos-atuam.html>. (Data de consulta: 10/03/2024).

Barreto, Ilson Juliano (2013). O Surgimento das Novas Regiões Metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 1(1).

Barros, João Paulo Pereira; Benício, Luís Fernando de Souza (2017). “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 8(2): 34-43.

Bedinelli, Talita (2018, 26 de Março). Fortaleza sitiada. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. (Data de consulta: 07/08/2023).

Belchior. (1976). Apenas Um Rapaz Latino-Americano [Canção]. Em *Alucinação*. Phonogram.

Belchior. (1976). Como Nossos Pais [Canção]. Em *Alucinação*. Phonogram.

Bentes, Ivana (2007). Sertões e Favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. *Revista Alceu*, 8(15): 242-255.

Betim, Felipe (2019, 26 de julho). Acordo entre facções rivais, a chave da queda global de mortes violentas no país. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/20/politica/1563625750_156154.html. (Data de consulta: 06/03/2024).

Borges, Messias, & Rodrigues, Emerson (Anfitriões). (2023, 31 de julho). A transformação das gangues em facções (#40) [Episódio de podcast áudio]. In *Pauta Segura – Os bastidores da reportagem*. Diário do Nordeste.

Campbell, Courtney J. (2017). Four fishermen, Orson Welles, and the making of the Brazilian Northeast. *Past and Present*, vol. 234: 173-221.

Campelo de Melo, Emanoela, & Nascimento, Thatiany (2023, 10 de julho). Por que garantir 50% das crianças em creches até 2024 ainda é uma meta distante no Ceará. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/por-que-garantir-50-das-criancas-em-creches-ate-2024-ainda-e-uma-meta-distante-no-ceara-1.3390698>. (Data de consulta: 10/08/2024).

Canal Habitação (2022). Programa de Regularização Fundiária Urbana de Fortaleza. *Prefeitura de Fortaleza*. Disponível em: <https://habitacao.fortaleza.ce.gov.br/2016-05-19-20-16-08/reurbfor.html>. (Data de consulta: 13/03/2024).

- Carvalho, Ada Rízia Barbosa de (2021). Experiências de fronteira: as interfaces entre *ser do crime e ser evangélico/a*. *Plura, Revista de Estudos de Religião*, 12(2): 13-37.
- Castro, Bruno de (2019a, 10 de janeiro). Uma semana de terror e medo em uma Fortaleza refém das facções. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/politica/1547065773_647255.html. (Data de consulta: 05/03/2024).
- Castro, Bruno de (2019b, 19 de janeiro). Homicídios no Ceará caem pela metade em plena crise de segurança. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/17/politica/1547732693_443586.html. (Data de consulta: 05/03/2024).
- Castro, Bruno de (2019c, 27 de setembro). Ceará volta a viver onda de terror com ataques em 23 cidades. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/27/politica/1569582895_086799.html. (Data de consulta: 06/03/2024).
- Coelho, Janet Tappin (2018, 27 de janeiro). Mass shooting at packed Brazilian nightclub leaves 18 people dead and 12 injured – most of them young women. *Daily Mail*. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-5320109/Mass-shooting-packed-Brazilian-nightclub-leaves-18-dead.html>. (Data de consulta: 08/07/2024).
- Costa, Lennon (2023, 18 de Maio). 52,7% dos trabalhadores do Ceará estão na informalidade, revela IBGE. *O Povo*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2023/05/18/527-dos-trabalhadores-do-ceara-estao-na-informalidade-revela-ibge.html>. (Data de consulta: 22/01/2024).
- “Censo do IBGE: Fortaleza passa Salvador e se torna a quarta cidade mais populosa do Brasil” (2023, 28 de junho), *Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-fortaleza-passa-salvador-e-se-torna-a-quarta-cidade-mais-populosa-do-brasil.ghtml>. (Data de consulta: 22/01/2023).
- Cruz, Maria Teresa (2019, 27 de abril). Bandido que mata menos, polícia que mata mais: a pacificação contraditória do Ceará. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/28/politica/1556407411_640932.html#?rel=listaapoyo. (Data de consulta: 06/03/2024).
- D’Agostino, Rosanne (2011, 21 de dezembro). Brasil tem 11,4 milhões morando em favelas e ocupações, diz IBGE. *Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/12/brasil-tem-114-milhoes-morando-em-favelas-e-ocupacoes-diz-ibge.html>. (Data de consulta: 28/02/2024).
- Decreto do Conselho de Ministros nº1.058, de 25 de maio de 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1058-25-maio-1962-353017-publicacaooriginal-1-pe.html>. (Data de consulta: 27/02/2024).
- Dias, Camila Caldeira Nunes (2011). Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo social*, 23(2): 213-233.

- Diógenes, Glória (2008). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop* (2ª edição). São Paulo: Annablume editora.
- Durham, Eunice R. (1984). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- “Facção carioca TCP, rival do CV, abre “filial” no Ceará” (2024, 15 de janeiro). *Terra Brasil Notícias*. Disponível em: <https://terrabrasilnoticias.com/2024/01/facao-carioca-tcp-rival-do-cv-abre-filial-no-ceara/>. (Data de consulta: 06/03/2024).
- Facina, Adriana, & Novaes, Dennis (s.d.). Baile Funk. In *Dicionário de Favelas Marielle Franco* (s.d.). Recuperado em 19 de agosto de 2024 em https://wikifavelas.com.br/index.php/Baile_Funk.
- Faria, Vilmar (1991). Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos*, 29: 98-119.
- Feitosa, Márcia (2018, 15 de janeiro). Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935>. (Data de consulta: 01/03/2024).
- Feltran, Gabriel de Santis (2011). *Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Fernandes, Kamila (2001, 10 de março). Polícia Civil proíbe realização de bailes funk em Fortaleza. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1003200129.htm>. (Data de consulta: 20/08/2024).
- Fernandes, Bruna (2023). *Cultura funk: do passinho ao rebolado* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Figueiredo, José de Lima (1941). *Cidades e sertões: páginas de história e geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Filho, Francisco Oliveira Silva & Mariano, Cynara Monteiro (2020). Fronteiras invisíveis e deslocamentos forçados: impactos da “guerra” de facções na periferia de Fortaleza (Ceará, Brasil). *Revista Direito e Praxis*, 11(3): 1548-1570.
- F.M. & C.J. (2017, 10 de agosto). Ciro Gomes: “Essa violência difusa, de garotos se matando, é nossa grande frustração no Ceará. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/10/politica/1502321990_392965.html. (Data de consulta: 08/08/2023).
- Fonseca, Claudia (2004). *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Foucault, Michel (2010). *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: Edições 70.

- Freitas, Cadu (2021, 18 de janeiro). GDE tem mais de 25 mil membros e domina maioria dos bairros de Fortaleza, diz PC. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/gde-tem-mais-de-25-mil-membros-e-domina-maioria-dos-bairros-de-fortaleza-diz-pc-1.3034221>. (Data de consulta: 06/03/2024).
- Garmany, Jeff (2011). Situating Fortaleza: Urban space and uneven development in northeastern Brazil. *Cities*, 28(1): 45-52.
- Gilberto, Gil. (1975). Lamento Sertanejo [Canção]. Em *Refazendo*. Philips Records.
- Goldstein, Paul J. (1985). The drugs/violence nexus: A tripartite conceptual framework. *Journal of Drug Issues*, 39: 143-174.
- Gonzaga, Luiz. (1947). Asa Branca [Canção]. Victor.
- Gondim, Linda M. P. e Hallewell, Laurence (2004). Creating the Image of a Modern Fortaleza: Social Inequalities, Political Changes, and the Impact of Urban Design. *Latin American Perspectives*, 31(2): 62-79.
- Guerra Diógenes, Marina (2021). Grande Pirambu: o histórico de luta e suas consequências nos projetos para a via litorânea. *Revista Thésis*, 6(12): 145-161.
- Hirano, Luis Felipe Kojima (2016). Imagens de “má vizinhança”: It’s All True, de Orson Welles, e a desconstrução racial na forma cinematográfica. *Revista de Ciências Sociais*, 44 (janeiro/junho): 125-143.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil* (27ª edição). São Paulo: Companhia das Letras.
- Infopedia. (s.d.). Arrastão. In *Dicionário da Língua Portuguesa* (s.d.). Recuperado em 18 de agosto de 2024 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/arrastão>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024). *Favelas e Comunidades Urbanas: Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (2023, 11 de janeiro). *OSCs, OSCIP e OS: o que são e como se diferenciam?* Disponível em: <https://www.idis.org.br/oscs-oscip-e-os-o-que-sao-e-como-se-diferenciam/> (Data de consulta: 05/07/2024).
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (s.d.). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil – Glossário: Organização da Sociedade Civil*. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/glossario> (Data de consulta: 05/07/2024).
- iPatrimônio (s.d.). Rio de Janeiro – Palácio Guanabara. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-palacio-guanabara/#!/map=38329&loc=-22.93605014370993,-43.18414986133575,17>. (Data de consulta: 15/03/2024).

- Lambert, Natália, & Rotta, Fernando (2016, 23 de outubro). PCC x CV – Cartas selam fim da paz nas cadeias. *Defesa Net*. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/sof/pcc-x-cv-cartas-selam-fim-da-paz-nas-cadeias/>. (Data de consulta: 22/02/2024).
- Lima, Nísia Trindade (2011). Campo e cidade: veredas do Brasil moderno. In Botelho, André; Schwarcz, Lília M. (Org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras: 70-79.
- “Linhas de ônibus em Fortaleza são alteradas após criminosos incendiarem carros em conflito entre facções” (2023, 10 de agosto). *Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/08/10/linhas-de-onibus-em-fortaleza-sao-alteradas-apos-criminosos-incendiarem-carros-em-conflito-entre-faccoes.ghtml>. (Data de consulta: 12/03/2024).
- Lourenço, Luíz Cláudio (2022). Facções criminosas: um balanço da produção acadêmica no Brasil (2000-2022). *Revista de Ciências Sociais – Fortaleza*, 53(3): 167-197.
- Machado, Igor Suzano, & Gouvêa, Gustavo Moulin (2022). De traficante a pastor: Uma análise da conversão religiosa de traficantes no Bairro da Penha em Vitória (ES). *Dilemas, Ver. Estud. Conflito Controle Soc.*, 15(1): 349-377.
- Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2024). Mapa das OSCs. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa-busca-avancada>. (Data da consulta: 14/08/2024).
- “‘Massacre do Presídio de Altamira’, no PA, maior tragédia carcerária depois de Carandiru, completa dois anos” (2021, 29 de julho). *Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/07/29/massacre-do-presidio-de-altamira-no-pa-maior-tragedia-carceraria-depois-de-carandiru-completa-dois-anos.ghtml>. (Data de consulta: 16/02/2024).
- Mendes, Maria das Dores Nogueira (2018). Nem só sertão, nem só litoral: múltiplos espaços nas canções do “Pessoal do Ceará”. *Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos*, 2(1): 55-63. In: III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: emoções, *ethos* e argumentação.
- Ministério das Relações Exteriores (s.d.). Geografia. *Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-bogota/o-brasil/geografia>. (Data da consulta: 23/08/2024).
- Ministério Público do Estado do Ceará (2019, 7 de novembro). Tempo de Justiça: autores da chacina do Benfica são sentenciados a 189 e 170 anos de prisão. *MPCE*. Disponível em: <https://www.mpce.mp.br/2019/11/tempo-de-justica-autores-da-chacina-do-benfica-sao-sentenciados-a-189-e-170-anos-de-prisao/>. (Data de consulta: 05/03/2024).
- Moreno, Ana Carolina (2016, 24 de setembro). Só 5,6% das matrículas do ensino médio são em tempo integral no Brasil. *Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/so-56-das-matriculas-do-ensino-medio-sao-em-tempo-integral-no-brasil.ghtml>. (Data de consulta: 11/03/2024).
- MV Bill, & Athayde, C. (Diretores). (2006). *Falcão, Meninos do Tráfico*. [Documentário]. Central Única das Favelas (CUFA).

- Novais, Wendel de (2021, 20 de Agosto). Como guerra entre facções afeta a vida de moradores em diferentes escalas. *Correio*. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/como-guerra-entre-faccoes-afeta-a-vida-de-moradores-em-diferentes-escalas--0821>. (Data de consulta: 08/08/2023).
- Observatório de Fortaleza (2024). Atlas da Economia: Mercado de trabalho. Disponível em: https://observatoriodefortaleza.fortaleza.ce.gov.br/dados/painel/atlas_economia/. (Data de consulta: 16/03/2024).
- OngsBrasil (2024). ONGs por Cidade: Fortaleza. Disponível em: https://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=1&Destino=Instituicoes&Estado=CE&cidade=Fortaleza&bairro=&zona=&PageNo=30#google_vignette. (Data de consulta: 14/08/2024).
- Paiva, Carlos Eduardo Amaral (2023). A nação fraturada: dualismo e exílio em Lamento Sertanejo. *Sociologia e Antropologia*, 13(2): 1-18.
- Paiva, Luís Fábio S. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, 32(85): 165-184.
- Paiva, Luís Fábio S.; Barros, João Paulo Pereira; Cavalcante, Ricardo Moura Braga (2019). Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O Público e o Privado*, 17(33): 73–98.
- Paiva, Luís Fábio S. (2022). O domínio das facções nas periferias de Fortaleza-CE. *Tomo*, 40(jan/jun): 88-122.
- Paulino, Nicolás (2021, novembro 4). Pirambu: conheça a história da maior favela de Fortaleza. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/pirambu-conheca-a-historia-da-maior-favela-de-fortaleza-1.3155457>. (Data de consulta: 26/02/2024).
- Pillar, Eduardo Hoffling Murat do (). O dia em que o morro descer e não for carnaval: samba e emancipação cultural. *Arcadia: Revista de Literatura e Crítica Literária*, 7/2021: 61-68.
- Prefeitura de Fortaleza (2022). População consolidada por bairro segundo a faixa etária, Fortaleza, 2021-2022. *Prefeitura de Fortaleza*. Disponível em: <https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa>. (Data de consulta: 26/02/2024).
- Rizzo, Marcel (2018, 5 de fevereiro). Grupo que aterroriza CE tem exército de jovens e poder descentralizado. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/grupo-que-terroriza-ce-tem-exercito-de-jovens-e-poder-descentralizado.shtml>. (Data de consulta: 01/03/2024).
- Rodrigues, Fernando de Jesus (2020). “Corro com o PCC”, “corro com o CV”, “sou do crime”: Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(102): 1-21.
- Rodrigues, Fernando de Jesus & Amorim, Adson (2022). Mobilidades marginais na “era das facções”: entre trabalho, família e crime. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, 54(2): 287-314.

- Rossi, Marina (2018, 29 de janeiro). Escalada sangrenta no Ceará com choque de facções e 24 mortos em dois dias. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/29/politica/1517252284_690629.html#?rel=mas. (Data de consulta: 04/08/2023).
- Sá, Leonardo Damasceno de (2011). A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controlo Social*, 4(2): 339-355.
- Saldanha, Suzane (2012, 5 de novembro). Conjunto Palmeiras é o bairro da capital com mais pessoas na pobreza extrema. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/conjunto-palmeiras-e-o-bairro-da-capital-com-mais-pessoas-na-extrema-pobreza-1.830397>. (Data de consulta: 01/03/2024).
- Santos, A. S. dos, & Hallewell, L. (2002). Historical Roots of the “Whitening” of Brazil. *Latin American Perspectives*, 29(1): 61–82.
- Santos, Fernanda Martins; Souza, Luciana Tolentino de, et.al. (2022). A atuação do crime organizado a partir do sistema prisional: uma revisão da literatura. *Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública*, 5(12): 38-54.
- Satie, Anne, & Vinhal, Gabriela (2023, 17 de janeiro). STF suspende indulto de Bolsonaro a policiais do massacre do Carandiru. *UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/17/carandiru-stf-suspende-parte-de-decreto-de-bolsonaro-que-deu-indulto-a-pms.htm>. (Data de consulta: 16/02/2024).
- Schneider, Jane, & Schneider, Peter (2008). The Anthropology of Crime and Criminalization. *Annual Review of Anthropology*, 37: 351-373.
- Sganzerla, Rogério (Realizador). (1986). *Nem Tudo é Verdade* [Filme]. Embrafilme.
- Siegel, Bernard J. (1971). Migration dynamics in the interior of Ceará, Brazil. *Southwestern Journal of Anthropology*, 27(3): 234-258.
- Silva, Expedito Leandro (2003). *Forró no asfalto: mercado e identidade sociocultural*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- Siqueira-Batista, Rodrigo, & Schramm, Fermin Roland (2005). A saúde entre a iniquidade e a justiça: Contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 129-142.
- Sisnando, Jéssika (2019, 23 de setembro). Ataques no Ceará partiram da GDE; facção criminosa está enfraquecida e sem apoio de rivais. *O Povo*. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/09/23/ataques-no-ceara-partiram-da-gde--facao-criminosa-esta-sem-apoio-de-rivais.html>. (Data de consulta: 06/03/2024).
- Sisnando, Jéssika (2024, 1 de fevereiro). Facção tenta “decretar luto” em bairro de Fortaleza após morte de traficante no Rio. *O Povo*. <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/02/01/facao-tenta-decretar-luto-em-bairro-de-fortaleza-apos-morte-de-trafficante-no-rio.html>. (Data de consulta: 13/03/2024).

- Sobreira, Amanda (2023, 26 de maio). Pirambu: maior comunidade de Fortaleza guarda belas paisagens e a história da capital do Ceará. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/26/pirambu-maior-comunidade-de-fortaleza-guarda-belas-paisagens-e-a-historia-da-capital-do-ceara>. (Data de consulta: 26/02/2024).
- Souza, Candice Vidal e (2011). A Pátria Geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade. In Custódia, Selma Sena; Mireya Suarez (org.). *Sentidos do Sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial: 211-238.
- Sullivan, John P. (2022). Urban conflict and Transnational Crime in Latin American Cities. In P., Baisotti (Org.). *New Global Cities in Latin-America and Asia*. Ann Arbor: University of Michigan Press: 253-281.
- Telles, Vera da Silva (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm editora.
- Veiga, Edison (2022, 2 de outubro). Massacre do Carandiru: 30 anos da maior chacina numa prisão brasileira. *Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/02/massacre-do-carandiru-30-anos-da-maior-chacina-numa-prisao-brasileira.ghtml>. (Data de consulta: 16/02/2024).
- World Prison Brief (2023). Highest to Lowest: Prison Population Total. *World Prison Brief*. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. (Data de consulta: 24/02/2024).
- Zaluar, Alba Maria (2000). Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In Schwarcz, Lilia Mortiz (Org.): *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Zaluar, Alba Maria (2019). Nexos entre droga, violência e crime organizado. *Revista Brasileira de Sociologia*, 7(17): 55-76.
- Zezé Di Camargo & Luciano. (1995). No Dia em Que Eu Saí de Casa [Canção]. Em *2 Filhos de Francisco*. Columbia Pictures.